

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ**

**EDMAR ALMEIDA DE MACEDO**

**OS TROTSKISTAS ENTRE DISCURSOS E CONTROVÉRSIAS:  
TRADIÇÃO, COMPOSIÇÃO SOCIAL E ALINHAMENTO INTERNACIONAL**

**CURITIBA**

**2011**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ**

**EDMAR ALMEIDA DE MACEDO**

**OS TROTSKISTAS ENTRE DISCURSOS E CONTROVÉRSIAS:  
TRADIÇÃO, COMPOSIÇÃO SOCIAL E ALINHAMENTO INTERNACIONAL**

**Dissertação de Mestrado apresentada ao  
Programa de Pós-Graduação em  
Sociologia do Setor de Ciências  
Humanas, Letras e Artes da Universidade  
Federal do Paraná.**

**Orientador: Prof. Dr. Angelo José da  
Silva**

**CURITIBA**

**2011**

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	07
CAPÍTULO 1 - O TROTSKYISMO E O BRASIL.....	21
1.1 – Marxismo e trotskismo.....	21
1.2 – A IV Internacional e o trotskismo no Brasil.....	30
1.3 – O militante trotskista.....	42
CAPÍTULO 2 – PARTIDO E SINDICATO.....	52
2.1 – Partido político, partido marxista, partido operário.....	52
2.2 – Sindicato e sindicalismo.....	59
2.3 - A conjuntura partidária e sindical do final dos anos 70 e início dos 80.....	61
CAPÍTULO 3 – CONSTRUINDO A REPRESENTAÇÃO OPERÁRIA.....	77
3.1 – A IV Internacional, o partido e o sindicato.....	77
3.2 – A OSI, o partido e o sindicato.....	79
3.3 – A DS, o partido e o sindicato.....	93
CAPÍTULO 4 – A CONSTRUÇÃO DO DISCURSO.....	112
4.1 – Tradição, gênese e discurso.....	113
4.2 – Composição social e discurso.....	115
4.3 – As “IVª Internacionais” e os discursos.....	120
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	122
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	125
APENDICE I.....	133
APENDICE II.....	134

Dedico este trabalho à Vinícius e Eduardo, cujo amor, próprio das crianças, tem sido fonte inesgotável de alegria. E aos meus pais Alceu e Leonilda, por tudo.

## **Agradecimentos**

O primeiro agradecimento, e também aquele mais cheio de dívidas, é, certamente devido ao Professor Angelo José da Silva, meu orientador. Figura humana exemplar, que sempre agiu comigo para além das suas obrigações de orientador, e assim cativou um admirador incondicional; ao professor Osvaldo Heller, que muito contribuiu na banca de qualificação; ao professor Ricardo Costa Oliveira, que tanto na qualificação quanto na banca foi de grande ajuda e contribuição; Ao professor Dennison de Oliveira cujas críticas e observações na banca foram fundamentais para o aperfeiçoamento desta dissertação; aos professores do curso de pós-graduação em sociologia, com quem tive o prazer de me religar a esta área do conhecimento; aos colegas do mestrado, que fizeram mais agradável os momentos de estudo, especialmente a Isabela Marassi, querida amiga, cuja ajuda ultrapassou os limites do simples coleguismo de curso; aos colegas do Hospital de Clínicas da UFPR, Ana Bozza, Ana Wiecsorek, Eliana, Isabel, Marcos, Tânia e Paulo, que assumiram, devido as minhas ausências, maior carga de trabalho, e assim possibilitaram que eu me dedicasse à conclusão deste curso; ao Roberto Salomão, pelo empréstimo de muitos materiais; a todos que me incentivaram e contribuíram para a concretização deste passo, em especial os tantos companheiros e camaradas com os quais adquiri o gosto pelo trabalho intelectual, dentre eles, Anísio, Carlão e Sandro; a todos que, de alguma maneira, dividiram comigo as angústias e alegrias destes dois anos, em especial meus pais; a todos que lutaram e lutam por uma sociedade melhor e pela universidade pública, gratuita e de qualidade, sem a qual nada disso seria possível.

“para a liberdade e luta

me enterrem com os  
trotskistas  
na cova comum dos  
idealistas  
onde jazem aqueles  
que o poder não  
corrompeu

me enterrem com meu  
coração  
na beira do rio  
onde o joelho ferido  
tocou a pedra da paixão”

Paulo Leminski

## **RESUMO**

A presente dissertação se propõe a examinar a produção de discursos dos trotskistas brasileiros, a partir de duas de suas organizações, a Organização Socialista Internacionalista e a Democracia Socialista, sobre dois temas delimitados: partido político e sindicato. Trata-se, portanto, de discutir como se produzem discursos tão dispares a partir de organizações que ostentam o mesmo rótulo político (trotskistas). Para tanto escolhemos o final dos anos 70 e início dos anos 80, momentos de grande efervescência deste debate, para examinar que fatores podem explicar a construção destes discursos. O texto se divide em quatro partes. Na primeira nos aproximamos do trotskismo, sua história e particularidades. Na segunda adentramos brevemente o campo do político, do sindicalismo e a conjuntura da época. Na terceira damos início a análise das diferenças de discurso entre a OSI e a DS. Na quarta exploramos as hipóteses em relação a produção do discurso.

**Palavras-chave: trotskismo, discurso, partido, sindicato.**

## INTRODUÇÃO

Dissidente do movimento comunista, movimento de ideias, conjunto de organizações políticas, ideologia, e muitas outras definições e categorias de análise são possíveis em relação ao trotskismo, nosso tema de pesquisa. Trabalharemos o encontro com este tema em múltiplos sentidos, mas no qual o predominante será o de movimento político, militante, expresso através das múltiplas organizações que se autodenominavam “trotskistas”.

Esquerda, sindicalismo e partidos políticos são temas relacionados, que guardam relação direta com a temática que iremos abordar. Estamos, portanto, no campo da sociologia política, para a qual adotamos a definição de SARTORI (1969, 112), que para além de constatar que este campo é um híbrido interdisciplinar, prega que o pesquisador deva conjugar em suas análises as variáveis típicas da Sociologia com as variáveis típicas da Ciência Política, ressaltando a interdependência entre o social, o econômico e o político. Mas também dialogaremos com o que se convencionou chamar de “pensamento social”, bem como com a sociologia do trabalho e a História.

Nossa proximidade com esta temática já vem de algum tempo, desde nossa graduação, e podemos afirmar que a produção acadêmica sobre este tema não é volumosa, o tema não está em ascensão, bem como não se trata de uma linha de pesquisa que atraia muitos estudiosos. Estamos nadando contra a corrente, e desenvolveremos mais adiante os motivadores e consequências desta postura adotada por nós.

No entanto, o trotskismo marca presença em solo brasileiro a muito tempo. Desde 1928 encontramos defensores das ideias de Leon Trotsky no Brasil. Sobre o trotskismo como tema de pesquisa, FERREIRA (2005, 7) anotou que

No campo daqueles que se reivindicam do socialismo de extração marxista as organizações políticas e os adeptos das idéias do revolucionário russo Leon Trotsky são – depois, evidentemente, daqueles vinculados aos partidos comunistas oficiais – dos que mais recebem atenção por parte dos pesquisadores brasileiros e estrangeiros. (...) não reside nas dimensões quantitativas de sua força militante o foco destas considerações.

Assim, a despeito de não ser um tema “em alta”, encontra estudiosos dentre aqueles que possuem o marxismo como foco. Em que reside então o especial



interesse despertado pelo trotskismo como tema de pesquisa? FERREIRA (2005, 7) defende que este interesse se deve, por um lado, a própria trajetória de Trotsky, que não sucumbiu à lógica do modelo stalinista e, por outro lado, pelo fato de as organizações trotskistas terem empreendido inovadoras análises no campo político, social, econômico e histórico, dentro do contexto marxista. Estamos de acordo com as assertivas deste autor, e, de certa forma localizamos esta pesquisa no campo da investigação acerca destas análises sociais e políticas produzidas pelas organizações trotskistas.

No entanto, é notável que este movimento de político tenha sido profícuo em produzir uma série de organizações políticas, marcando o trotskismo, enquanto movimento organizativo, por uma fragmentação *sui generis*, no campo da esquerda. Conflitos entre militantes e organizações trotskistas são marcas indelévels deste movimento político. Assim, durante muito tempo, e até a atualidade, mais de uma organização trotskista esteve a produzir, paralelamente umas as outras, interpretações sobre o Brasil. E mesmo partindo de uma mesma matriz inicial, foram notáveis as diferenças de posicionamento destas organizações trotskistas frente à conjuntura política, e frente a forma como os trabalhadores se organizavam, seja no plano sindical ou político, dentre outros assuntos.

Esta constatação inicial, da pluralidade das organizações trotskistas e de suas análises, nos levou a propor nossa problemática, que consiste em analisar como diferentes organizações trotskistas articulavam, de forma diversa e contraditória, em seu discurso, os conceitos de representação sindical e política do operariado, e as condições sociais de sua produção.

Tal problemática está marcada ainda por duas opções anteriores, que fomos obrigados a tomar e que aqui explicitamos. Primeiramente a questão do recorte temporal. Optamos por vislumbrar a problemática proposta em um período mais recuado no tempo, no intervalo aproximado entre 1978 e 1982. Tal opção se deve ao fato, que exploraremos mais adiante, de ser neste momento histórico que os trotskistas brasileiros fizeram-se mais fortes e influentes na conjuntura política. Mas também por que neste período a questão sindical e partidária era candente. A abertura política da ditadura militar estava se processando, novos partidos estavam se construindo, as greves operárias sacudiam as estruturas sindicais, repressivas e econômicas do Brasil.

Outra questão, esta de mais difícil resolução, estava ligada a escolha de quais organizações trotskistas tomaríamos como objeto da pesquisa. Trata-se de um problema relevante, na medida em que o Brasil contava, neste período, com cinco organizações trotskistas<sup>1</sup>. Realizar a pesquisa tendo por objeto o conjunto das organizações seria impensável para uma dissertação que possui apenas dois anos para ser concluída, bem como o acesso ao conjunto das publicações destas organizações seria problemático. Acabamos por optar por recortar duas organizações, a Organização Socialista Internacionalista e a Democracia Socialista. A escolha da primeira deve-se ao fato de apresentar importância, não só pelo seu tamanho a época, mas também por ter sido o “celeiro” de nomes que, já desligados do trotskismo, destacar-se-iam no mundo político, acadêmico e jornalístico, além de já termos um contato prévio com suas publicações desde nossa graduação. A escolha da segunda deve-se ao fato de ser a representante no Brasil do setor majoritário da IV Internacional, o mandelismo, e de ter ocupado, no Partido dos Trabalhadores, ao longo de sua história, um lugar de destaque, maior do que as outras correntes trotskistas que afluíram a este partido. Assim procuramos resolver a questão do objeto, tendo claro que outras opções seriam possíveis, mas a que tomamos nos pareceu a mais adequada e viável.

O contato com a temática estudada suscita sempre a pergunta sobre os motivadores da visível fragmentação do movimento trotskista em diversas organizações diferentes. Procuraremos enfrentar esta questão em nossa pesquisa, mas, no entanto, ela apenas servirá de ponto de partida para a resolução da problemática de pesquisa, para a qual, desde já, propomos a seguinte hipótese: de que a diferente gênese, composição e alinhamento internacional das organizações trotskistas analisadas são fatores fundamentais na definição do conteúdo de seus discursos a respeito da representação política e sindical dos trabalhadores.

Para GOODE e HATT (1969, 75) “a hipótese é uma conexão necessária entre teoria e investigação, que conduz a descoberta de novos conhecimentos”, e para fazer isto detalhamos mais nossa proposição inicial: As duas diferentes organizações que temos por objeto, apesar de se auto-intitularem trotskistas, apresentam visões muito diferentes, e até conflitantes, em relação a como encaravam a questão da organização e prática sindical no período estudado, bem

---

<sup>1</sup> Eram elas a Organização Socialista Internacionalista, a Convergência Socialista, a Democracia Socialista, a Causa Operária e o Partido Operário Revolucionário.

como tinham posições opostas sobre como se portar frente às eleições e a reorganização partidária de 1979/80. Assim, mesmo partindo de uma mesma matriz “ideológica” – o trotskismo – suas posições eram conflitantes em relação a como interpretavam a realidade social e política, com base nesta matriz comum.

Nossa hipótese inicial indica que a diferente gênese destas organizações pode ser um caminho explicativo para tal conflito. As duas organizações estudadas tiveram nascimentos e carregam tradições prévias a sua própria existência, muito distintas. A OSI nasceu de diferentes grupos oriundos do Partido Operário Revolucionário<sup>2</sup>, sendo herdeira de uma determinada tradição política. A Democracia Socialista, por sua vez, surgiu de uma mescla de ao menos três diferentes grupos, de recente adesão ao trotskismo, alguns tendo passado pela experiência da luta armada, outros oriundos do MDB. Desta forma, teríamos duas diferentes tradições nacionais de esquerda a influenciar cada uma das organizações em análise?

Ainda, as duas organizações apresentavam diferentes composições sociais? Vários autores, dentre eles KAREPOVS e LEAL (2007, 162) e KUCINSKI (1982, 142), ressaltam a forte presença da OSI no movimento estudantil, através da corrente por ela animada, chamada Liberdade e Luta. Assim, uma determinada faixa etária, e ocupação social, típica dos estudantes universitários, marcavam a composição social da OSI. Já na Democracia Socialista esta característica é menos saliente, sendo que o acesso as fontes (Jornal Em Tempo) e bibliografia (por exemplo: ANGELO, 2008), até o presente momento, indica a presença de jornalistas, professores universitários e sindicalistas com mais peso do que na OSI, podendo ser esta uma vertente explicativa relevante para entendermos a diferença de seus discursos.

Por fim, a última variável da hipótese diz respeito a um fato estritamente político: o diferente alinhamento internacional da OSI e da DS são fatores que explicam seus discursos sobre o sindicalismo e a reorganização partidária brasileira? Enquanto a OSI estava alinhada com o Comitê Internacional pela Reconstrução da IVª Internacional, dirigida por Pierre Lambert, a Democracia Socialista estava alinhada com o Secretariado Unificado da IVª Internacional. Tais organizações haviam se separado na década de 1950 e construíram trajetórias

---

<sup>2</sup> Partido trotskista brasileiro que fora liderado por J. Posadas e que foi o representante exclusivo das idéias trotskistas no Brasil durante a década de 1950 até final dos anos 1960.

diferentes no plano internacional, com um aumento significativo de suas diferenças no decorrer do tempo.

Assim, de certa forma este trabalho se inscreve no campo da discussão sobre a produção social do discurso, procurando os motivadores das diferentes interpretações produzidas a partir da mesma matriz ideológica.

Tratar do trotskismo, esta corrente marginal do movimento operário, no âmbito de uma dissertação de mestrado em sociologia, nos remete aos tempos desta pesquisa. Fomos durante mais de 13 anos militante deste movimento de idéias. Aqui temos nosso primeiro tempo. Fora um tempo de reuniões, passeatas, assembléias, discussões, de militância política intensa. Como militantes conjugamos a disciplina, fé e hierarquia (SILVA, 2003, 74) como instrumentais cotidianos, fazendo nossa interpretação do mundo a partir de nosso lugar de engajamento político.

Esta primeira temporalidade nos remete a questão da objetividade, cânone da epistemologia positivista. Se já temos por certo, na contemporaneidade, que a objetividade total é impossível, que a total imparcialidade do pesquisador é uma falácia, em especial nas ciências sociais, por outro lado um exercício se impõe, no decorrer de nossa pesquisa: transformar aquilo que antes era paixão em objeto de pesquisa. E sobre isso já anotou SILVA (1998, 19):

É ilusório exigir do pesquisador uma neutralidade em relação ao tema. Enquanto ser social, com uma determinada concepção de mundo, está impregnado de valores, opções político-ideológicas, culturais etc., que dificultam e impedem o distanciamento absoluto em relação ao tema pesquisado. Sua subjetividade transpira pelos poros da pesquisa e elaboração teórica desde o momento em que escolheu seu tema, a seleção das fontes bibliográficas, a maneira de trabalhá-las, a ênfase a determinados aspectos.

WACQUANT (2002) foi ao box, para investigar a sociabilidade do negro da periferia norte americana. Quase abandonou a academia para tornar-se um boxeador, no curso de sua observação participante. Fazemos o mesmo percurso, mas com os sinais invertidos. Nossa observação participante foi pretérita a pesquisa. Nosso caderno de notas é nossa própria memória. Não sendo mais militante trotskista ganhamos em objetividade, mas também procuramos aproveitar de nossa memória, de nosso conhecimento do *ethos* deste militante específico, como maneira

de acessar chaves de compreensão que talvez custassem mais a outro pesquisador com uma trajetória diferente.

Por fim, em relação a este “primeiro tempo”, por óbvio que influenciou na própria escolha da temática e dos objetos, fazendo-nos trabalhar com um tipo de sociologia política não predominante, mas que acolhida por este programa de pós-graduação, possibilitou a produção da pesquisa que aqui se desenha.

Outro tempo se refere ao da produção dos discursos que estudaremos. Não militamos neste período, nem sequer o vivenciamos conscientemente. Tratar da militância e das organizações trotskistas no período final da década de 1970 e início de 1980, e não em outro qualquer, é uma opção que fizemos, pelo único critério da relevância que as organizações trotskistas tiveram neste período. Sobre isto KAREPOVS e LEAL (2007, 155-156) apontam que “de 1979 a 1983 se estabeleceram caminhos e se formaram organizações que decidiram parte do que o Brasil é hoje. (...) Os trotskistas tiveram um papel destacado neste processo, maior, talvez, do que em qualquer momento anterior da história política brasileira.”

Na Une que se reconstruía, assim como no conjunto do Movimento Estudantil, no nascente Partido dos Trabalhadores, ou mesmo no movimento sindical, lá estavam os trotskistas constituindo a fração esquerda, mas de certa forma agora no centro do debate, posto que o stalinismo nacional (representado pelo PCB) perdia importância e as propostas e palavras de ordem dos trotskistas, principalmente pela voz de suas principais organizações, se faziam ouvir nos movimentos sociais de forma inédita. A relativa importância e público leitor de seus jornais (“Em Tempo”, “Versus” e “O Trabalho”), a direção de importantes entidades estudantis, como o DCE da USP (dirigido por dois anos pela Libelu), e mesmo a participação de trotskistas nas formulações iniciais do PT (pelas mãos da CS e de Paulo Skromov), indicam um grau de atividade e influência dos trotskistas, que para seus padrões fazem deste período o mais relevante da história deste movimento no Brasil.

Fora o tempo da distensão e da abertura política, o tempo do surgimento do rock nacional, o tempo das greves operárias, dos jornais alternativos, do ressurgimento do movimento estudantil. Ainda sob o tacho da ditadura aparecia o movimento pelas liberdades democráticas e pela anistia política, que culminariam com o movimento das “diretas já”. Milhares de pessoas engajavam-se na militância, uma nova geração, diferente daquela que até 1968 havia combatido a ditadura. Jovens em sua maioria, que quando da passeata dos cem mil, em 1968, possuíam

dez anos de idade, ou menos, agora se engajavam nas diversas organizações de esquerda, na militância pastoral, na militância estudantil, ou outras formas de participação política.

Portanto, um outro tempo, tanto em relação a esta pesquisa, quanto em relação a nossa experiência militante. Acessá-la exige os métodos apropriados, o diálogo com a história, o cortejo da memória alheia, o resgate das fontes da época e do discurso impresso por aqueles atores.

Um terceiro tempo é o presente, onde se desenvolve esta pesquisa. Tempo de uma determinada configuração acadêmica, que acolheu este projeto de pesquisa. Tempo de uma determinada configuração no campo do conhecimento sociológico e tempo de uma indeterminada crise dos paradigmas da ciência e da própria produção do conhecimento. Tempo também de refluxo das temáticas ligadas ao movimento dos trabalhadores e a esquerda em geral.

Analizando a produção acadêmica sobre o movimento dos trabalhadores em geral, KAREPOVS (2005, 269) sugere que a emergência dos movimentos reivindicatórios dos trabalhadores no final da década de 1970, o surgimento de arquivos públicos e centros de documentação dedicados a esta temática, dentre outros fatores, propiciaram um “*boom* de dissertações e teses nos anos 1980, marcando de vez a incorporação desta temática nos meios acadêmicos.”(KAREPOVS, 2005, 269, 270). Porém, a década de 1990 veria este *boom* arrefecer-se, dada a crise do chamado “socialismo real”. Tal crise teve seus reflexos no mundo acadêmico, e se a temática mais “dura” ligada a esquerda, ao movimento dos trabalhadores e a revolução refluíu, por outro lado ampliaram-se as temáticas que direta ou indiretamente refletiam uma certa preocupação social, como os estudos sobre gênero, saúde, raça, cotidiano, etc., (Cf. KAREPOVS, 2004, 270).

Assim, ao optarmos por estudar o trotskismo e seus discursos, estamos claramente nadando contra a corrente, na medida em que estamos em um período histórico em que o campo dos estudos sobre a esquerda e os movimentos revolucionários estão na berlinda. Nadando contra a corrente somos obrigados, de alguma maneira, a reinventar este campo de estudo, seja revisitando o que já se fez, seja procurando novos caminhos. É o que tentaremos fazer. Neste presente acadêmico (nosso terceiro tempo), nadar contra a corrente também não significa que o façamos sozinho. E veremos isto na revisão da bibliografia.

Mas finalmente, ao modo de justificativa, resta-nos estabelecer o porquê do trotskismo como objeto e temática. Já indicamos anteriormente que fomos militantes deste movimento de idéias, e isto não é pouco significativo na escolha de nosso objeto. Aliás, podemos dizer que boa parte dos pesquisadores dedicados a esta temática foram, ou são militantes trotskistas.<sup>3</sup>

Nossa pequena trajetória acadêmica pode ainda apontar alguns elementos da justificativa aqui esboçada. Fizemos nossa graduação em história, nesta mesma universidade. Lá, como monografia de conclusão de curso apresentamos um estudo acerca da integração da Organização Socialista Internacionalista no Partido dos Trabalhadores, quando da formação deste partido. Tal estudo nos levou a aproximação com a história política, com a década de 1970 e com a bibliografia sobre o trotskismo no Brasil. De certa forma estivemos dialogando com a “história vista de baixo”, a história política renovada, a história do tempo presente e a História Oral, que impulsionam uma certa presença dos estudos sobre a esquerda na História (Cf. ARAÚJO, 2002, 333).

No curso de nossa formação tomamos contato com a concepção de que a história pode ser encarada como uma sociologia retrospectiva (FALCON, 1997, 74 *et. seq.*) e neste sentido, não é sem propósito que buscássemos nos aproximar da própria sociologia, em especial da sociologia de corte político, para o desenvolvimento de nossa pesquisa. Tal percurso nos levou ao ingresso neste programa de pós-graduação e a continuidade desta temática, agora com outro enfoque.

Mas também esta temática está sustentada pela presença, no mundo acadêmico brasileiro, de centros de estudos sobre o marxismo, dentre os quais se destaca o Centro de Estudos Marxistas da Unicamp (CEMARX), animado por professores de sociologia, ciência política e história daquela universidade, nos quais o estudo do trotskismo é uma das vertentes.

---

<sup>3</sup> O Prof. do Departamento de história da USP, Osvaldo Coggiola, o Prof. do Departamento de Ciência Política da Unicamp, Álvaro Bianchini, o Prof. do Departamento de Ciências Sociais da UFPR, e orientador deste trabalho, Angelo José da Silva, o sociólogo Michael Löwy, diretor do Centre National de Recherches Scientifiques (CNRS), o Professor de filosofia política da Unesp, José Castilho Marques Neto, e o recentemente falecido Prof. de história da Universidade de Grenoble, Pierre Broué, entre outros, enquadram-se nesta categoria de militantes ou ex-militantes que possuem ou possuíram o trotskismo como uma de suas temáticas de pesquisa. E são eles, dentre outros, segundo um ponto de vista “os pensadores mais admiráveis dentro da comunidade intelectual que escolheram não separar seu trabalho de suas vidas” (MILLS, 1965: 211).

“O maior legado do trotskismo no Brasil foi ter oferecido a esquerda marxiana um outro curso de entendimento da realidade social” (FERREIRA, 2005, 63) e neste sentido, buscamos em nossa pesquisa apresentar esta outra possibilidade de interpretação da realidade social, proposta pelos trotskistas da década de 70 e 80 do século XX, na tentativa de contribuir com a construção desta temática de estudo que é o trotskismo. Mas também na tentativa de apresentar uma contribuição ao estudo do sindicalismo e dos partidos políticos, na medida em que estes dois campos, já tão estudados na academia, carecem ainda de incorporar a discussão sobre como a extrema esquerda brasileira operou discursos e conceitos interpretativos a seu respeito.

O objetivo geral da dissertação consiste em analisar os discursos da esquerda trotskista sobre a representação dos operários no campo sindical e político, procurando analisar os motivadores da existência dentro desta corrente política, de diferentes visões sobre o sindicalismo e a organização partidária.

Assim, nossos objetivos específicos podem ser descritos como analisar estes diferentes discursos de esquerda sobre liberdade e atrelamento das organizações sindicais; analisar estes diferentes discursos sobre estratégias possíveis frente ao fim do bipartidarismo e; analisar as especificidades da militância e organização trotskistas como possibilidade explicativa de seu discurso;

Revisitar a produção bibliográfica sobre o trotskismo apresenta algumas particularidades. Uma delas a dificuldade em distinguir a produção acadêmica da produção militante. Por ser o trotskismo um conjunto de ideias defendido por militantes e organizações políticas, uma parte significativa da produção sobre o tema é de cunho militante, destinada a propagar as ideias de Trotsky ou a historiar, do ponto de vista militante, recuperando a memória das organizações e militantes, numa forma de narrativa preocupada com os antecedentes históricos, no sentido de dar legitimidade a atuação no presente.

Sem levar em conta esta distinção, entre produção acadêmica e militante, BIANCHI (2004) realizou significativo levantamento da produção bibliográfica sobre o tema, e aqui reproduziremos alguns de seus dados. Primeiramente, a produção bibliográfica brasileira sobre Trotsky e o trotskismo apresenta seu início na década de 1930, impulsionada pelas primeiras adesões de militantes a estas ideias políticas. Contabilizaram-se na década de 1930 dez publicações, sendo que nenhuma de



caráter acadêmico<sup>4</sup>. A década seguinte verá diminuir o volume de publicações, que somaram apenas duas obras, dadas as dificuldades pelas quais passavam os próprios trotskistas, e dada a conjuntura repressiva do Estado Novo. A década de cinquenta não verá nenhuma publicação sobre o tema, dada aqui mais as dificuldades dos próprios trotskistas do que qualquer outra coisa. A efervescente década de 1960 verá o ressurgimento das publicações sobre o trotskismo, com treze títulos, certamente impulsionados pela tumultuada conjuntura da época, e pela busca por alternativas ao PCB, processo que se materializou nas inúmeras dissidências que este partido sofreu neste período.

A década de 1970 viu a continuidade das publicações com 15 títulos, acompanhando a diversificação das organizações trotskistas e a distensão política. Mas é a década seguinte que verá um significativo aumento das publicações, com 26 títulos. Agora, já se apresenta alguma produção acadêmica sobre o tema, que trataremos em detalhe mais adiante. A década de 1990 conta ainda com 26 títulos publicados, vários deles fruto de pesquisas universitárias, e por fim, de 2000 a 2008 temos ao menos 14 obras publicadas ou trabalhos acadêmicos sobre o trotskismo.

As produções acadêmicas sobre o trotskismo, no âmbito dos programas de pós-graduação brasileiros concentram-se nos campos da história, ciência política, sociologia e filosofia. Como regra, os trabalhos possuem um corte político mais acentuado, enquadrando-se na história política, na filosofia política ou na sociologia política. Predominam ainda os trabalhos sobre os trotskistas da década de 1930, período inaugural deste movimento de idéias no Brasil, neste recorte temporal estão inscritos os trabalhos de ALMEIDA (2003), CAMPOS (1998), CASTRO (1993), KAREPOVS (1996), MARQUES Neto (1992) e SILVA (1996). São trabalhos bastante diversificados em relação ao enfoque, sendo dedicados a reconstruir as trajetórias dos grupos trotskistas e a revisitar suas interpretações sobre o Brasil, onde se sobressaem as polêmicas dos trotskistas contra o PCB, suas interpretações sobre a revolução de 1930, dentre outros assuntos. As mais variadas fontes foram utilizadas, desde cartas pessoais dos militantes até a própria produção teórica destes e sua relação com a produção acadêmica.

Fora deste período, são mais raras as produções, mas ainda contamos com a de FERREIRA (1985) e PEREIRA Neto (1997). Abrangendo os anos 40, o

---

<sup>4</sup> O que não é de se estranhar, dada a conjuntura universitária da época.

primeiro, e os anos 50 e 60, o segundo, produziram trabalhos que tem por objeto as organizações trotskistas. O primeiro trabalho analisa, a partir do conceito de ideologia, a produção de idéias do Partido Socialista Revolucionário. O segundo desenha a trajetória do Partido Operário Revolucionário. As fontes mais destacadas são as publicações destes partidos e as entrevistas com militantes.

Abrangendo um período mais recente do trotskismo temos os trabalhos de FARIA (2005), ANGELO (2007), SILVA (1998) e GUTIERREZ (2004). O primeiro discute a experiência do Movimento Convergência Socialista, animado pelos trotskistas com vistas a criar um partido político no mesmo contexto estudado por nós. O segundo procura reconstruir a trajetória da Democracia Socialista, discutindo sua visão do Brasil e sua relação com o Partido dos Trabalhadores, também em período coincidente com o nosso. O terceiro é um grande apanhado do conjunto de organizações marxistas brasileiras, incluindo as trotskistas, suas trajetórias e pensamento político, no período de 1987 a 1994. O último faz um comparativo entre as posições do Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado, da Corrente “O Trabalho” e a organização Democracia Socialista frente às eleições de 2002 e 2004. As fontes de pesquisa vão desde publicações destas organizações, entrevistas, e mesmo a participação de alguns destes pesquisadores em movimentos de esquerda – inclusive trotskistas - é um dos elementos constituintes das análises desenvolvidas.

Fora do âmbito das dissertações e teses, temos ainda certa literatura produzida por “especialistas” no trotskismo, em geral ex-militantes, e ainda os artigos e outras produções mais ligadas ao mundo universitário. Nesta seara, e na tentativa de produzir visões panorâmicas e introdutórias ao trotskismo como corpo de idéias e organizacional, podemos destacar as obras de CAMPOS (1980), de KAREPOVS e LEAL (2007), KAREPOVS E MARQUES Neto (2007) e COGGIOLA (2003) que produziram obras referenciais sobre o tema, do ponto de vista da síntese histórica. Obra referencial sobre a esquerda em geral é a de SILVA (s/d), que apresentam vivo interesse também sobre as organizações de matriz trotskista. Mais especificamente no plano da análise das idéias trotskistas no Brasil e sobre o Brasil, apresentam interesse as obras de KAREPOVS, MARQUES Neto e LÖWY (1995) e FERREIRA (2005), que discutiram as suas interpretações sobre o Brasil.

Ainda, numa abordagem tributária da história, procuraremos a compreensão do contexto da produção dos discursos, buscando nas suas condições sociais e históricas de produção as chaves para sua análise e interpretação.

Do ponto de vista metodológico, temos que render tributos ao feliz artigo de SILVA (2005), que nos apontou parte do caminho metodológico a seguir, mostrando como é possível, a partir da análise da luta simbólica desenvolver uma abordagem sociológica sobre o campo político, com ênfase no discurso e no conflito de ideias.

Assim, nos ateremos a analisar, a partir das fontes selecionadas, o discurso político das duas organizações (OSI e DS), de modo a explicitar a disputa simbólica envolvida. Para esta discussão, nos apoiamos no conceito de sistemas simbólicos, que tomamos por “visões de mundo” (SILVA, 2005: 193), onde ocorrem as lutas simbólicas pelo poder simbólico, que pode ser definido como o poder de “fazer ver e fazer crer, de confirmar ou de transformar a visão do mundo e, deste modo, a ação sobre o mundo, portanto, o mundo.” (BOURDIEU, 1989: 14).

Remetendo ao pensamento de Bourdieu, SILVA (2005) esclarece que

é na luta simbólica pela representação legítima do mundo social, pelo “monopólio da expressão legítima da verdade do mundo”, que os protagonistas de cada campo específico do espaço social produzem as suas visões de mundo, as suas ideologias, no caso do campo político, as ideologias ou discursos políticos. (SILVA, 2005: 196)

Portanto, para a discussão destes discursos políticos nos utilizaremos das publicações destas organizações, em especial de seus jornais. Na medida em que pretendemos discutir as lutas simbólicas travadas, as fontes escolhidas permitem acompanhar com precisão a auto-imagem que estas organizações faziam de si mesmas, bem como os embates que travaram entre si e em relação a outros.

Outra vertente metodológica, com a qual dialogamos, é o campo da análise do discurso (AD). Este campo está permeado pelas mesmas tensões das ciências humanas, existindo uma disputa, em seu interior, sobre o que deve prevalecer: uma interpretação dos discursos de cunho mais psicológica, onde os componentes individuais, pessoais e os impulsos sejam os fatores explicativos preponderantes, ou uma interpretação mais de cunho sociológica, onde a análise das condições sociais de produção dos discursos seja o fator preponderante da explicação? (Cf. OSAKABE, 1979: 46-47). Sem acreditar que tais vertentes sejam absolutamente excludentes, optamos aqui pela segunda vertente, na medida em que se encaixa

melhor na tentativa de apreensão do discurso produzido por organizações políticas, portanto entidades coletivas, compostas de diversas pessoas e não por um enunciador pessoalmente distinguido.

Sobre as possibilidades ainda da relação entre sociologia e AD, VERON (1980, 25), afirmou que

Os lingüistas estão fazendo sociologia e os sociólogos fazendo lingüística [...] e por meio dessa dupla leitura [...] que se pode fazer surgir os contornos imprecisos de um domínio (provisoriamente) homogêneo: o da produção social do discurso, que é parte, por sua vez, de um campo mais vasto, o da produção social do sentido, objeto próprio de uma teoria geral das superestruturas.

Mas não tomaremos em nosso trabalho as condições sociais de produção do discurso de modo mecânico. Afinal, mesmo que possamos identificar condicionantes, estes condicionantes apenas condicionam, mas não explicam as causas (Cf. POSSETI, 2002: 92). Tomaremos os condicionantes sociais e políticos (origem, composição social e alinhamento internacional) como limites identificáveis, mas no interior dos quais existe liberdade de opção entre duas ou mais alternativas discursivas.

Analisar o discurso, como possibilidade interpretativa da ação e interpretação das organizações trotskistas sobre o sindicalismo e a reorganização partidária, apresenta coerência com nossa problemática, na medida em que “um ato de dizer não é simplesmente um ato de escrever, isto é, não é simplesmente a revelação de um conhecimento da parte do sujeito falante, pois dizendo alguma coisa, este age no mundo.” (OSAKABE, 1979: 176-177). De modo que analisar o(s) discurso(s) destas organizações, é também analisar sua ação no mundo.

Para finalizar a discussão metodológica resta-nos anotar ainda que compreendemos a metodologia como estando a serviço da pesquisa, e não o contrário. Desta forma, este trabalho se apoiará na Análise de Discurso, mas não pode ser tomado como um trabalho restrito aos marcos da AD. O conteúdo vinculado, as representações presentes no texto e a disputa simbólica envolvida, serão objetos de análise, produzindo um texto que esperamos corresponda a uma investigação sociológica sem receitas metodológicas pré-estabelecidas.

As fontes para a apreensão dos discursos das organizações em questão foram seus jornais, O Trabalho (Organização Socialista Internacionalista) e Em

Tempo (Democracia Socialista). A coleção de exemplares de O Trabalho encontram-se em nossa posse, enquanto os jornais Em Tempo encontram-se em guarda do Arquivo Edgard Leuenroth da Unicamp, na cidade de Campinas, e outra coleção disponível para pesquisa está no Centro de Documentação da UNESP, na capital paulista.

Os dois arquivos foram visitados em São Paulo e foram fotografadas 362 páginas de documentos, entre atas, relatórios e textos diversos. Somente do Jornal Em Tempo foram tiradas 1.467 fotos, representando quase a mesma quantidade de páginas. Do Jornal O Trabalho foram lidas mais de 3.000 páginas, somando-se a elas mais 12 números da revista Luta de Classes, editada pela OSI.

A dissertação está estruturada em quatro capítulos. De certa forma, montar os capítulos de uma dissertação é como explicar o jogo de xadrez. Assim, no primeiro capítulo apresentaremos o trotskismo, sua trajetória organizativa e discutiremos o *ethos* de seus militantes, como alguém que apresenta o jogo de xadrez, mostrando o tabuleiro e as peças. No segundo capítulo discutiremos as concepções de partido e sindicato no marxismo e no trotskismo, bem como discutiremos a conjuntura partidária e sindical do período estudado, ao modo de quem explica as regras prévias de um jogo de xadrez. No terceiro capítulo operaremos a análise dos discursos dos trotskistas acerca dos temas citados, procurando explorar seus conteúdos, contradições, complementariedades e as disputas envolvidas, como quem conta como foi a disputa de uma partida de xadrez. Por fim, no quarto capítulo discutiremos as condições de produção de tais discursos, procurando testar as hipóteses inicialmente apresentadas, ao modo de quem analisa um jogo de xadrez.

## CAPÍTULO 1 - O TROTSKISMO E O BRASIL

Neste capítulo lançaremos algumas considerações que permitem situar a temática e o objeto de nosso estudo. Primeiramente estabelecendo o lugar da ligação entre o marxismo e o trotskismo, situando sua especificidade como corrente de ideias políticas vinculada ao legado de Karl Marx. Depois procuraremos traçar um resgate histórico do trotskismo como movimento organizativo, tentando encontrar as linhas de continuidade e ruptura entre as diversas organizações trotskistas no Brasil e no mundo, de modo a familiarizar o leitor com a imensidão de organizações advindas do trotskismo. Por fim teceremos considerações a respeito do militante trotskista, procurando demonstrar como sua constituição militante colabora e propicia a fragmentação política deste movimento de ideias.

### 1.1 – MARXISMO E TROTSKISMO

O trotskismo é filho do marxismo. Assim, começaremos por estabelecer as ligações possíveis entre o pensamento do filósofo alemão e seu discípulo russo. Mas de modo algum, e isto nem seria possível nos limites deste subitem, pretendemos uma abordagem totalizante ou de maior amplitude na comparação que propomos. Para tanto teríamos que negligenciar que os dois autores apresentam uma obra extensa e de difícil comparação. Enquanto Marx versou sobre a filosofia, a sociedade e a economia, dentre inúmeros outros temas, podemos encontrar Trotsky mais ligado a política *strictu sensu* (com passagens destacadas pela teoria da arte).

Mas os pontos passíveis de uma ligação não seriam poucos também. Escolhemos trabalhar com dois textos fundadores e clássicos tanto para o marxismo como para o trotskismo. Assim, partindo do Manifesto Comunista<sup>5</sup> e do Programa de Transição<sup>6</sup>, procuraremos mostrar os traços coincidentes na forma de análise histórica e social, bem como salientar eventuais diferenças.

Por óbvio os textos escolhidos não são irrelevantes na bibliografia dos dois autores. O Manifesto Comunista, redigido no ascenso revolucionário que levaria a

---

<sup>5</sup> Trabalharemos aqui com a seguinte edição: MARX, Karl; ENGELS, Frederich. **Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: Anita Garibaldi, 1989.

<sup>6</sup> Trabalharemos com a seguinte edição: TROTSKY, Leon. O Programa de Transição. P. 68-119. In: LENIN, Vladimir; TROTSKY, Leon. **A questão do programa**. São Paulo: Kairós, 1978.

Europa às revoluções de 1848, foi participe daqueles acontecimentos, posto que se tratava de um texto voltado àquela situação revolucionária. Fora escrito por encomenda da Liga Comunista, a qual Marx e Engels achavam-se então vinculados. Como notou REIS (1998, 77), o Manifesto Comunista “antes de tudo, é uma proposta de ação revolucionária, formulada no contexto de uma revolução específica mais do que esperada, prevista”.

O lugar que o Manifesto ocupa na trajetória do pensamento marxiano é singular: trata-se de um texto onde já estão alinhados principais pressupostos do materialismo histórico e ao mesmo tempo contém elaborações que seriam abandonadas ou refinadas pelos autores em momentos posteriores (cf. COUTINHO, 1998, 44).

Nas constantes tentativas de estabelecer uma periodização da obra de Marx, o Manifesto pode ser incluído como uma das últimas obras do chamado “período juvenil” do autor (cf. VAISMAN, 2000, 16), ou ainda ser interpretada como uma obra na seqüência do amadurecimento do pensamento marxiano, após a ruptura fundamental com o idealismo, em 1843 (cf. VAISMAN, 2000, 43).

O Programa de Transição por sua vez cumpre função semelhante ao Manifesto Comunista, em relação ao trotskismo. Trata-se igualmente de um manifesto político, cuja intenção era fazer públicas as posições políticas da nascente IV Internacional. Documento fundacional desta organização política, em 1938, teve seu texto original redigido por Leon Trotsky, podendo ser tomada, desta maneira como um exemplar de sua formulação teórica.

Mas de certa maneira, a conjuntura histórica em que o Programa de Transição é engendrado é profundamente diferente do Manifesto Comunista. Enquanto o Manifesto veio a tona em um momento de ascenso revolucionário, a obra de Trotsky, ao contrário, surgiu nas vésperas da segunda guerra mundial, em um momento em que a onda revolucionária desencadeada pela revolução russa já refluía a muito tempo.

Do ponto de vista do conjunto da obra de Trotsky, o Programa de Transição é uma obra de um autor já maduro em relação às posições que defendia. Já estão assentados os conceitos de burocracia em relação à situação da União Soviética, bem como o conceito de revolução permanente e o internacionalismo metodológico que caracterizam o pensamento do autor.

Uma abordagem possível do marxismo é aquela que identifica nas idéias de Marx uma junção de quatro elementos, a saber: a evolução das ciências humanas, em especial as ciências sociais, das idéias emancipatórias da extrema esquerda da revolução francesa, do movimento espontâneo dos trabalhadores e das idéias socialistas preocupadas com a “questão social” (cf. MANDEL, 2001, 17). Poderíamos ainda incluir, a matriz dialética hegeliana como uma das importantes bases do marxismo.

O contexto histórico geral em que Marx estava mergulhado foi marcado pela consolidação do capitalismo industrial no século XIX, fruto da revolução industrial, e esteve marcado pela consolidação do proletariado e da burguesia como pólos desta nova ordem social.

O marxismo fora, segundo MANDEL (2001, 79-80), o encontro intelectual e moral de Marx (e também de Engels) com a condição miserável da classe operária do século XIX, como também com a resistência e organização destes operários frente a esta realidade social. Assim como também as revoluções de 1948-50 colocaram para o marxismo questões sobre o papel da burguesia frente à revolução. Ainda a experiência da Liga Comunista e da Associação Internacional dos Trabalhadores colocaram para o marxismo as questões da vivência prática das organizações revolucionárias, principalmente no que tangeu a experiência da Comuna de Paris. Por fim, a partir de 1860 o próprio desenvolvimento da ciência, seja com Morgan ou Darwin, exerceu influência na configuração do marxismo.

Mas o marxismo formou-se também como corrente de pensamento contraditando outros pensadores. Podemos afirmar que as polêmicas nas quais Marx e Engels se envolveram foram de fundamental importância para o estabelecimento de seu corpo de idéias. Primeiramente o conflito com os jovens hegelianos, contemplativos e liberais, promoveu uma ruptura fundadora do marxismo, em 1844-45<sup>7</sup>, como já vimos. Posteriormente foram as polêmicas com o socialismo utópico, principalmente de Proudhon, em 1846-48<sup>8</sup>, que deram o tom às novas formulações de Marx. Posteriormente o que foi menos um conflito, mas mais uma apropriação crítica, dos representantes da economia política inglesa, com os quais e contra os quais Marx formulou as bases de sua teoria econômica, a partir de

---

<sup>7</sup> São deste período as obras “A ideologia alemã” e “Teses contra Feuerbach”.

<sup>8</sup> Deste período são “A miséria da filosofia” e o próprio “Manifesto Comunista”.



1857<sup>9</sup>. Também o conflito com os anarquistas, no seio da Associação Internacional dos Trabalhadores e os debates da Social Democracia alemã em 1875<sup>10</sup>, marcaram o marxismo. (MANDEL: 2001, 81-82)

Resenhar o conjunto da contribuição teórica de Marx seria um trabalho para além dos objetivos desta dissertação. No entanto, não podemos deixar de ao menos nominar alguns daqueles conceitos que influenciariam tanto o desenvolvimento das ciências humanas, quanto da economia, da política e outras, quais sejam: o materialismo histórico (classes, Estado, modos de produção, superestruturas, etc.), teoria da mais-valia, a luta de classes, a ditadura do proletariado, a ideologia, etc.

Marx destaca-se ainda pelos seus prognósticos a respeito do desenvolvimento do capitalismo. Segundo WILSON (1986, 301-302) Marx advertia em *O Capital* que o sistema capitalista continha as contradições que engendrariam sua própria destruição. Tratava-se da tendência à queda das taxas de lucro e concentração de capital, gerada pela concorrência e barateamento dos produtos, que só podia encontrar solução paliativa na continua expansão do mercado mundial, o que teria como óbvio limite a extensão do próprio planeta. A humanidade só poderia livrar-se do impasse que se seguiria mudando o regime de propriedade, de privada para social, pelas mãos redentoras da revolução proletária.

Em relação a Trotski, já a partir de 1903, no contexto dos debates no seio do Partido Operário Social Democrata Russo, podemos falar de sua participação mais aguda na vida política russa. O POSDR, em processo de formação, atravessava naqueles dias o difícil debate acerca do funcionamento do partido: de um lado, os mencheviques, e Trotski com eles, defendendo um partido menos centralizado, aberto à participação de todos os trabalhadores, e de outro lado os bolcheviques, liderados por Lênin, propondo um partido centralizado e de revolucionários “profissionais” (cf. DEUTSCHER: 1984, 93).

MARIE (1990, 12) afirma que “O trotskismo nasceu da revolução de 1905”. Este episódio da história russa, que passou a ser chamado de o “ensaio geral” para a revolução de 1917, alçou Trotski à condição de presidente do principal soviet russo, o de Petrogrado. É neste contexto então que se sistematiza o que ficou conhecido como a teoria da revolução permanente.

---

<sup>9</sup> São obras marcadas por este diálogo crítico os “Grundrisse”, “O Capital” e “Teorias sobre a Mais-Valia”

<sup>10</sup> A polêmica foi sustentada na obra “Crítica ao programa de Gotha”

Foi precisamente durante o intervalo transcorrido entre 9 de janeiro e a greve de outubro de 1905 que esses pontos de vista – posteriormente conhecidos como teoria da “revolução permanente” – amadureceram na mente do autor. Esta expressão, um tanto presunçosa, revolução permanente, pretende indicar que a revolução russa, embora diretamente relacionada com propósitos burgueses, não poderia deter-se em tais objetivos: a revolução não resolveria suas tarefas burguesas imediatas sem o acesso do proletariado ao poder. E o proletariado, uma vez que tivesse o poder em suas mãos, não poderia permanecer confinado dentro do modelo burguês da revolução. Pelo contrário, precisamente com o objetivo de garantir sua vitória, a vanguarda proletária – nos primeiros estágios de seu governo – teria que fazer incursões extremamente profundas não apenas nas relações da propriedade feudal, como também nas da propriedade burguesa. (...) Uma vez superadas as estreitas fronteiras democráticas burguesas da revolução russa – em virtude da necessidade histórica – o proletariado vitorioso também se veria obrigado a superar suas finalidades nacionais, de maneira tal que teria que lutar conscientemente para que a revolução russa se transformasse em prólogo da revolução mundial. (TROTSKY, 19--., 14)

Esta teoria partia do pressuposto que a burguesia russa, diferentemente dos países da Europa ocidental, estava “sufocada pelo Estado onipresente e pelo capital europeu, mostrava-se impotente para cumprir as tarefas do momento” (HADDAD, 1992, 43).

Desta forma constituía-se o trotskismo, ou seja, uma contribuição original ao marxismo, em especial no que se refere ao debate contemporâneo a Trotski acerca das possibilidades da vitória de uma revolução socialista em um país cujas forças produtivas e mesmo as relações sociais não haviam alcançado um amadurecimento comparável aos países desenvolvidos da Europa ocidental, onde se acreditou por muito tempo que a revolução rebentaria primeiro.

Mas também não se pode conceber o trotskismo sem compreender o internacionalismo inerente à própria teoria da revolução permanente. Este está baseado na seguinte premissa:

O marxismo procede da economia mundial, considerada não como a simples soma das suas unidades nacionais, mas como uma poderosa realidade independente, criada pela divisão internacional do trabalho e pelo mercado mundial, que na nossa época, domina todos os mercados nacionais. As forças produtivas da sociedade capitalista ultrapassaram a muito as fronteiras nacionais. (TROTSKY, 1977, 9)

E ainda, que

Os traços específicos da economia nacional, por muito específicos que sejam, constituem, em grau crescente, os elementos de uma mais elevada unidade que se chama economia mundial, e sobre a qual, no fim das contas, repousa o internacionalismo dos partidos comunistas. (TROTSKY, 1977, 9).

Desta forma, a revolução socialista só seria definitivamente vitoriosa quando transformasse o socialismo em um sistema mundial, quando fosse vitoriosa, em especial, nos países desenvolvidos.

Para o revolucionário russo, a atrasada Rússia tinha poucas chances de sucesso se as principais nações industrializadas do mundo não tomassem também o caminho da revolução socialista. O preço a pagar por este isolamento foi o desenvolvimento na estrutura do Partido Comunista, e no Estado soviético, de uma pesada burocracia, que começa a apresentar interesses diferenciados do conjunto daqueles que ela dizia representar, o proletariado (cf. TROTSKY, 1977, 9).

A isso, acrescenta-se ainda o fato de que boa parte da geração que realizou a revolução havia tombado na guerra civil. O proletariado urbano das grandes cidades, como Moscou e Petrogrado, praticamente não existia mais, fruto da desorganização econômica. Ao mesmo tempo o Partido Comunista e a máquina estatal inchavam com adesistas de última hora. Estas condições sociais e políticas propiciaram o surgimento da burocracia que seria duramente criticada por Trotsky.<sup>11</sup>

Assim, em suma, podemos descrever o trotskismo como a junção da teoria da revolução permanente, a crítica a burocracia e o internacionalismo.<sup>12</sup>

Vejamos agora como estas trajetórias teóricas e intelectuais aparecem nas obras que pretendemos analisar. Começemos pelo manifesto Comunista.

O próprio Engels é quem chama a atenção para o pensamento dominante do Manifesto:

que a produção econômica e a estrutura social que necessariamente decorre dela, constituem em cada época histórica a base da história política e intelectual dessa época; que por conseguinte [...] toda história tem sido uma história de lutas de classe, de lutas entre as classes exploradas e as classes exploradoras [...] (ENGELS: 1989, 23).

<sup>11</sup> Para uma crítica das interpretações de Trotski acerca da burocracia, entre outras questões, ver o artigo de FAUSTO (2004) em que discute as críticas de Trotski ao Stalinismo, tentando demonstrar seus limites, para finalmente sugerir que existe uma ruptura entre o marxismo e o bolchevismo (Trotski, Lênin e Stálin inclusos)

<sup>12</sup> MATEUCCI (2004, 1261) acrescenta ainda como característicos do trotskismo a “lei do desenvolvimento desigual e combinado” e a elaboração das características constitutivas da sociedade socialista, sendo que todas estas características encontram base na teoria da Revolução Permanente.

Onde estão embutidos dois importantes conceitos. Um de que a infraestrutura econômica e social exerce papel preponderante sobre a superestrutura política e cultural, e que, portanto, as transformações que pesam na ordem do dia, são aquelas de cunho econômico e social capazes de engendrar transformações no restante da estrutura. A esta primeira ideia corresponde outra, de que um modo de produção não é substituído por outro a não ser que tenha esgotado suas possibilidades, ou seja, a possibilidade da revolução política está submetida ao nível de desenvolvimento das forças produtivas.

Mas o segundo conceito salientado por Engels é o de que o motor desta transformação é a luta de classes, de forma que o estágio de desenvolvimento da produção econômica e da realidade social fornecem as condições necessárias para as transformações, mas ao mesmo tempo o esgotamento do desenvolvimento de um modo de produção não é condição suficiente para engendrar as transformações históricas, que ficam a cargo das classes em luta.

Tal problemática também está presente no Programa de Transição. O início do documento já traça o panorama do esgotamento do modo de produção capitalista, defendendo que “as forças produtivas da humanidade deixaram de crescer” (Trotsky, 1979, 73), indicando sua filiação com o pensamento marxista no que se refere às condições sociais da mudança revolucionária.

A sequência do texto aborda ainda o aspecto das chamadas condições subjetivas (uma vez que a condição objetiva seria o esgotamento do capitalismo), abordando o aspecto político em si, a saber, a chamada crise da direção do proletariado. Este elemento da análise conjuga o aspecto ligado à luta de classe, uma vez que, seguindo o roteiro do Manifesto, não basta que o sistema esteja esgotado, mas é na arena da luta de classes que a transformação social será resolvida, e o Programa de Transição localiza o problema na virtual “traição” das direções da classe operária.

Assim, podemos notar a similitude dos dois documentos no tocante ao esquema: situação dos meios de produção *versus* luta política e social, como formulação explicativa e justificativa da mudança social. Com a distinção que o Programa de Transição mergulha mais fundo no aspecto político *Stricto Sensu*, ao abordar a questão da traição das direções do proletariado.

Esta questão nos remete a outra, referente a imagem do proletariado presente nas duas obras em análise. No Manifesto Comunista temos uma classe operária historicizada, herdeira (como a própria sociedade capitalista) de um desenvolvimento ulterior de outras classes sociais que se apresentam de modo mais simplificado agora. Forjada pela própria burguesia, a classe operária do Manifesto ocupa o papel central no desenrolar da mudança social por que “a condição de existência do capital é o trabalho assalariado” (MARX, 1989, 43). Por conclusão “só o proletariado é uma classe verdadeiramente revolucionária” (MARX, 1989, 41).

Em outras palavras, para o Marx do Manifesto Comunista

o proletariado aporta, ao mesmo tempo por seu lugar na sociedade capitalista, como um todo e pelas lutas que trava, a possibilidade de construir algo radicalmente novo na história: a socialização completa da estrutura produtiva e, com isso, da vida social. (FONTES, 1998, 166)

O Programa de Transição parte da mesma base. No entanto, acrescenta um elemento de análise, mais uma vez no campo da política, diverso do Manifesto Comunista. A premissa básica corresponde ao papel central do proletariado como agente da revolução. É o que notamos quando lemos que “Em todos os países, o proletariado está envolvido por uma angústia profunda. Massas de milhões de homens lançam-se sem cessar no caminho da revolução” (TROTSKI, 1989, 74).

Mas a inovação presente é aquela relativa a relação entre o proletariado e suas direções. O autor dedica um subtítulo a esta discussão, onde defende que, em que pese as condições objetivas para a revolução socialista estarem maduras à muito tempo, é o conservadorismo das direções do proletariado que impede a revolução social. De onde conclui que “A crise histórica da humanidade reduz-se à crise da direção revolucionária” (TROTSKI, 1989, 74).

A problemática do Estado é outra questão presente nos dois documentos e que permite uma interessante comparação. Para Marx (1989, 32) a burguesia “... conquistou, finalmente, a soberania política exclusiva no Estado representativo moderno. O governo moderno não é senão um comitê para gerir os negócios comuns de toda a classe burguesa.” De onde se infere que o Estado possui uma natureza vinculada à classe social à qual serve, no caso do capitalismo à burguesia.

Mesmo que saibamos que a questão do Estado terá um profícuo desenvolvimento na obra de Marx<sup>13</sup>, no momento da redação do manifesto, o autor apenas lançava esta idéia fundamental a respeito do Estado. Analisando esta concepção, GENRO (1998, 122) identifica a origem desta posição marxiana sobre o Estado na questão que o autor enfrentaria alguns anos antes, da proibição legal de que os tradicionais apanhadores de lenha da Renania pudessem continuar a exercer sua atividade, em nome do respeito à propriedade privada dos donos de terra da região. Marx identifica esta determinação legal com a clara defesa realizada pelo parlamento dos interesses dos grandes proprietários.

O Programa de Transição não aborda categoricamente a questão do Estado<sup>14</sup>, como faz o Manifesto, mesmo que utilize o termo “Estado burguês” (TROTSKI, 1989, 79). No entanto utiliza o instrumental analítico sobre o Estado quando analisa os países fascistas e a União Soviética. Sobre os países sob jugo fascista na verdade apenas indica que este movimento político “... não modificou seu caráter social. O fascismo é um instrumento do capital financeiro...” (TROTSKI, 1989, 107), demonstrando uma análise refinada, que vê a relação de uma fração da burguesia com o aparelho estatal.

Em relação à União Soviética o Programa de Transição se depara com uma questão que absolutamente poderia estar presente no Manifesto Comunista: A natureza social de um Estado gerado por uma revolução operária e que conheceu uma verdadeira contrarrevolução desde o seu interior, representada pela burocracia. E sobre esta questão Trotsky, sem deixar de reconhecer que o Estado Soviético não é mais burguês, mas é um Estado Operário, adiciona a categoria de “degenerado” ao Estado Operário, para indicar que sua natureza social é operária, mas que uma casta burocrática (mas não uma classe), apoderou-se de seu controle e faz dele um instrumento de seus interesses.

Procuramos demonstrar algumas relações, possíveis aproximações e paralelos entre a obra de Karl Marx e de Leon Trotsky. Não tomamos o conjunto da obra de cada um, mas dois textos relativamente equivalentes, do ponto de vista de

---

<sup>13</sup> Para uma revisão e debate da teoria de marxiana a respeito do Estado deixamos indicado CODATO; PERISSINOTO (2001).

<sup>14</sup> Trotsky faz esta análise mais pormenorizada em outras obras, em especial ao discutir a história da Rússia e o papel do Estado na formação do capitalismo. Defende que o Estado russo jogou um papel contraditório e relativamente independente frente às débeis classes sociais, estimulando e retardando o processo de implantação capitalista, longe de qualquer análise mais esquemática sobre o Estado. Sobre esta discussão deixamos indicado o artigo de BIANCHI (2007).

serem tentativas de expressar uma síntese do pensamento dos autores no momento em que foram redigidos.

Pensamos que não se trata aqui, de fazer um balanço apontando deficiências ou ausências de cada um dos textos, ou mesmo comparações valorativas de um frente ao outro. Mas estamos certos de que a obra de Marx serviu, e ainda serve como um imenso “guarda-chuva”, no qual se alojaram tanto o maoísmo mais radical da revolução cultural, quanto os ordeiros representantes da social democracia europeia tradicional. E neste grande “guarda-chuva” cabe também o trotskismo, que galgou historicamente uma posição marginal no movimento comunista.

Sobre a leitura dos clássicos, como Marx, e de certa forma também Trotski, BIANCHI (2007, 58) anotou que

A relevância de sua letra está na complexidade dos desafios, das questões e das interrogações que ela coloca para seu presente. Está, também, na capacidade dela se reapresentar sempre diferente, colocando novos problemas e apresentando soluções antes não pensadas para um tempo que não é mais por eles partilhado. Um clássico, pois é disto que estamos tratando, revela-se aqui não apenas naquilo que o autor disse, como também naquilo que ele continua a dizer.

E neste sentido estamos definitivamente no domínio dos clássicos, pois tanto Marx quanto Trotski continuam a nos dizer seja no campo da Sociologia, da História, das humanidades em geral, como também no movimento social, trabalhista, feminista e outros. Já nos disseram mais, mas ainda continuam a nos dizer.

Assim esperamos ter explicitado, a partir das relações que ressaltamos entre o Manifesto Comunista e o Programa de Transição, do ponto de vista de alguns conceitos e formulações, as relações entre o marxismo de Marx e o marxismo de Trotski, de modo a possibilitar a introdução às análises que desenvolveremos adiante sobre a trajetória organizativa do trotskismo e sua constituição militante.

## 1.2 – A IV INTERNACIONAL E OS TROTSKISMOS NO BRASIL

Vejamos agora como este corpo de ideias – o trotskismo – constituiu sua trajetória organizativa no mundo e no Brasil. A lenta queda de Trotsky na disputa

ideológica e política contra Stálin na URSS vão desembocar nos preparativos para a criação da IVª Internacional como o processo fundador de uma definitiva individualização organizativa do que chamamos de trotskismo. Neste sentido, o período que vai de 1933 a 1938 foi de intenso trabalho da Oposição de Esquerda Internacional para preparar a fundação da IV Internacional. Em setembro de 1938, reuniu-se em Paris o seu congresso de fundação, com a presença de 10 países, mais um delegado da América Latina, e adotou como programa o texto “A agonia do capitalismo e as tarefas da IV Internacional”, que ficou mais conhecido pelo nome de “Programa de Transição”, como já vimos. O programa de transição vê uma “contradição entre a maturidade (excessiva até) das condições objetivas e o atraso (unicamente devido à traição de seus dirigentes) do proletariado em relação a estas condições” (MARIE, 1981, 24).

Baseada nesta premissa, a nova Internacional vai iniciar suas atividades, contando com o trunfo da experiência e prestígio de seu líder Leon Trotsky que, contudo, em agosto de 1940 é assassinado por um agente de Moscou. A morte de Trotsky e o início da segunda guerra mundial jogam a IV internacional numa situação de desorganização. Ao final da guerra a IV Internacional está ainda mais fragilizada e realiza um congresso de recomposição em 1946 (II Congresso), defrontando-se com uma realidade mundial de grande prestígio dos Partidos Comunistas e da URSS, fruto do papel desempenhado por este país na derrota no nazi-fascismo na Segunda Guerra Mundial.

O III Congresso, realizado em 1951, vê o início de uma crise que destruiria a IV Internacional como organização mundialmente centralizada. Nesse congresso, o Secretariado Internacional da IV internacional, encabeçado por Michel Pablo, propõe uma nova orientação política, que pode ser assim resumida:

Partiam da perspectiva de que uma nova guerra, opondo URSS e EUA, era iminente (estava-se em pleno período da guerra fria). O novo conflito, segundo Pablo, forçaria objetivamente a burocracia russa a dar passos no caminho da revolução e radicalizaria os partidos comunistas, que transformariam a guerra em revolução.

As teses da direção da IV internacional assumiram a divisão do mundo em “blocos” – de um lado o imperialismo, de outro a URSS – (...). Pablo argumentava que os PCs seriam forçados pelas circunstâncias a assumirem um papel revolucionário (...) e concluía que os trotskistas deveriam ingressar nos PCs para auxiliar ao máximo, da melhor maneira, o processo revolucionário. (CAMPOS, 1981, 54)



O Partido Comunista Internacionalista, seção francesa da IV internacional, liderado por Pierre Lambert resistiu a esta nova orientação argumentando que os PCs eram irreformáveis, e mesmo que fosse preciso buscar formas transitórias de acesso às massas era necessário reafirmar a IV Internacional, ao invés de praticar o “entrismo” nos PCs. Reafirmava também a primazia da luta de classes, em oposição a valorização do conflito entre os “blocos”.<sup>15</sup> No ano seguinte, a maioria do PCI é expulsa da Internacional, arrastando para fora, a curto, médio e longo prazo, uma parte considerável da organização. “Com a expulsão, se consolidaram os dois grupos trotskistas que formam as principais correntes atuais” (CAMPOS, 1981, 55)<sup>16</sup>: de um lado o Secretariado Unificado da IV Internacional, como era chamado em fins da década de 1970, dirigido por Ernest Mandel; e de outro os seguidores de Pierre Lambert, agrupados no Comitê para a Reconstrução da IV Internacional – CORQUI, como era chamado também em meados da década de 1970.<sup>17</sup>

É preciso levar em conta ainda que, mesmo que seja verdadeiro que estas duas correntes constituem-se nas principais vertentes do trotskismo, fruto da crise de 1951/52 e posteriores, o trotskismo vai ser marcado também por uma grande dispersão no plano mundial. Existirão organizações nacionais que se reivindicam do trotskismo, desvinculadas destas duas correntes, assim como organizações “regionais” (por exemplo, circunscritas a um continente), ou mesmo minúsculas organizações internacionais. Algumas delas apresentam ainda alguma relevância para nossa pesquisa.

A primeira refere-se ao desligamento da maioria das seções latino americanas do SU. Aprofundando as posições do próprio SU, o Burô Latino Americano da IV Internacional, dirigido pela figura excêntrica do argentino J. Posadas, desliga-se do SU em 1962, defendendo a preparação imediata para a inevitável (e mesmo desejável) terceira guerra mundial, o que era fruto de uma radicalização das próprias posições de Pablo à respeito do “papel objetivamente revolucionário” dos PCs e da URSS. Também constava em seu repertório de divergências a primazia da América Latina como palco da revolução eminente (cf.

<sup>15</sup> Para uma maior discussão acerca da crise de 1951/52 ver MARIE (1981, 105 – 117).

<sup>16</sup> O autor faz esta afirmação referindo-se ao ano de 1981.

<sup>17</sup> Um pouco antes da saída da Seção Francesa da IV Internacional, as diferenças face à situação do capitalismo mundial no pós-guerra já haviam feito saltar uma outra seção, a britânica (Partido Comunista Revolucionário) provocando uma primeira cisão significativa.

LEAL, 2004, 141-143). também tinha importância “um processo de crise pelo não crescimento da IV internacional nos anos anteriores.”(LEAL, 2004, 143)

Outra vertente, com reflexo na América Latina, foi àquela originada da defecção, também do SU, da Fração Bolchevique, composta basicamente pela seção argentina, liderada por Nahuel Moreno, no ano de 1979, causada por divergências em relação à revolução na Nicarágua. Os seguidores de Moreno eram críticos da Frente Sandinista de Libertação Nacional, enquanto a direção do SU desenvolvia uma política de apoio a este movimento (cf. CAMPOS, 1981, 60-61).

Uma última vertente a ser mencionada é a Tendência Quarta Internacional, liderada pelo Partido Obrero da Argentina, que se desligou, em 1979, do CORQUI, por conta de um debate, que já se estendia desde 1977, sobre como atuar nos sindicatos latino-americanos (SILVA 198-, 204). O Partido Obrero defendia a participação dos trotskistas nos sindicatos, enquanto a organização francesa era contra, afirmando que se tratavam de sindicatos estatais. Expulso o Partido Obrero do CORQUI, este, juntamente com o Partido Operário Revolucionário da Bolívia fundam, no mesmo ano, a mencionada organização internacional, que deitará raízes principalmente na América latina.

Assim, no período de 1978 a 1982, temos, *grosso modo*, cinco correntes no trotskismo mundial, com reflexos no Brasil: a liderada por Pablo e Mandel, a liderada por Pierre Lambert, a liderada por Moreno, e a liderada pelo Partido Obrero da argentina, e a última, que neste período está em franco declínio, liderada por Posadas.

Veremos agora como esta corrente plural da esquerda internacional surgiu e estruturou-se no Brasil.

O trotskismo brasileiro nasceu das divergências em torno do chamado Bloco Operário e Camponês, alimentado pelo PCB, e que deveria reunir trabalhadores e burguesia nacional, para cumprir as tarefas da chamada “revolução nacional, agrária e anti-imperialista.” Algumas trapalhadas na condução da política sindical do PCB, também vão fazer uma série de militantes, em especial da União dos Trabalhadores Gráficos, aderirem às teses da oposição. Posteriormente, divergências acerca da guinada à esquerda, que o PCB operava em 1929, fazem saltar outros tantos militantes, pertencentes a célula 4R, expulsos por indisciplina (cf. . MARQUES Neto, 1993, 90-123).

Estes grupos, expulsos ou que saíram do PCB entre 1928 e 1929, vão se unificar, em 1930, sob a liderança de Mário Pedrosa. Figura emblemática na formação do trotskismo brasileiro, Pedrosa realiza uma longa vigem ao exterior a serviço do PCB, entre 1927 e 1928, onde então toma contato com as teses da Oposição de Esquerda Internacional, a partir de contatos com oposicionistas franceses e alemães (cf. . MARQUES Neto, 1993, 90-123).

A partir de 1929, os oposicionistas brasileiros vão manter contato com a oposição internacional para, no ano seguinte, constituírem o Grupo Comunista Lênin que, sob fogo cerrado do PCB, não reuniu em seus melhores momentos mais que algumas dezenas de militantes, dando lugar, em 1931, à Liga Comunista (LC), como parte de seu reconhecimento formal pela Oposição Internacional de Esquerda (COGGIOLA, 2003, 244). Em 1935, fruto da repressão política desencadeada pelo governo Vargas, após o levante da Aliança Libertadora Nacional, a LC desaparecerá do cenário político, em meio também a algumas divergências internas.<sup>18</sup> Destaca-se nesta fase inicial do trotskismo brasileiro, a produção de análises inovadoras no contexto marxista, em especial no que se refere à interpretação da chamada revolução de 30.<sup>19</sup> Também merece destaque a realização da frente única antifascista, que se enfrentou com os integralistas na praça da Sé, em São Paulo, em 7 de outubro de 1934 (cf. COGGIOLA, 2003, 249-250).

Em 1936, ainda sob a direção de Mário Pedrosa, articula-se o Partido Operário Leninista, agrupando uma parcela da ex-Liga. Em seu periódico, o POL realiza uma dura crítica da Intentona de 1935. No entanto a repressão não tardou em encontrar o POL e em golpeá-lo em 1937.<sup>20</sup> Em 1939, ocorreu uma importante cisão no PCB, motivada por divergências frente à eleição que se aproximava. As divergências circunstanciais aprofundaram-se, levando um grupo liderado por Hermínio Sacchetta a aproximar-se do trotskismo e dos remanescentes do POL.

---

<sup>18</sup> CAMPOS (1981, 70) e SILVA (s/d, 66) falam nestas “divergências”, sem referirem-se a seu conteúdo. COGGIOLA (2003, 251) aponta que tais divergências referiam-se a críticas ao “aventureirismo” e “militarismo” da LC por parte de alguns militantes. No entanto, LEAL (2004, 24 – 25) não fala nas tais “divergências”. KAREPOVS e MARQUES Neto (2007, 132) se referem a repressão e ao baixo número de aderentes da Liga, sem no entanto falarem em dissolução desta.

<sup>19</sup> Para maior detalhamento desta discussão deixamos indicado SILVA (2002)

<sup>20</sup> CAMPOS (1981, 70) defende que o POL extinguiu-se em 1937; LEAL (2004, 24-25) só fala na extinção do POL em 1939, fundindo-se com uma dissidência do PCB, assim como COGGIOLA, (2003, 254). SILVA ([198-J. 66-67) afirma que o POL “desaparece em 1937”, e mais a frente que em 1939 (sic) ele se funde com uma dissidência do PCB.

Fundam, então, em 1939<sup>21</sup>, o Partido Socialista Revolucionário. Destaque-se que é neste período que ocorre a fundação da IV Internacional (1938), e mesmo que Pedrosa tenha participado de sua conferência de fundação, neste ano os trotskistas brasileiros encontravam-se profundamente desorganizados, com vários deles presos e exilados.

Já sem Mário Pedrosa, que se afastara do trotskismo por divergir da defesa da URSS, o PSR lançou-se na luta política, editando o jornal *Orientação Socialista*, polemizando com o PCB, defendendo a frente única e o lançamento de candidatos comunistas nas eleições. A partir do afastamento de Mário Pedrosa, o recém fundado partido perde contato com a direção internacional, no contexto da desorganização da IV Internacional durante a 2ª Guerra Mundial, só vindo a retomá-lo a partir de 1943 (Cf. KAREPOVS; MARQUES Neto, 2007, 144). No entanto, a crise da IV Internacional de 1951/52 abalou o PSR, que se dissolveu em 1952.<sup>22</sup>

No ano seguinte organizou-se, a partir de ex-militantes do PSR, o Partido Operário Revolucionário, em ligação com a corrente pablista da IV Internacional e iniciando a edição do jornal *Frente Operária*. Sob a supervisão do Burô Latino Americano da IV Internacional (BLA), o POR vai, a partir de 1954, em coerência com as orientações de Pablo, praticar o “entrismo” no PCB, ou seja “formar (...) oposições de esquerda dentro dos partidos comunistas, propiciando apoio crítico aos mesmos” (LEAL, 2004, 43). O POR também desenvolve uma orientação cada vez mais acentuada de proximidade com setores por ele classificado como nacionalistas. No plano sindical, lutará pela ruptura dos laços entre Estado e sindicatos, e pela convocação de uma Assembléia Constituinte. Nas eleições, alternará o apoio a candidatos considerados nacionalistas e a candidatos comunistas.

---

<sup>21</sup> LEAL (2004, 25) e SILVA ([198-], 67) apontam claramente 39 como o ano de fundação do PSR, enquanto CAMPOS (1981, 71) e FERREIRA (1989, 26) dão a entender que a fundação só ocorre em 43. COGGIOLA (2003, 255) afirma que a fundação ocorreu em 39, a aproximação com a IV internacional em 43 e a filiação a esta internacional em 48.

<sup>22</sup> COGGIOLA (2003, 262-264) sustenta a centralidade da crise da IV Internacional como motivo da extinção do PSR, pois seu principal dirigente, Hermínio Sacchetta divergia da orientação pablista. LEAL (2004, 29-34) sustenta ainda que outras divergências de caráter nacional também tiveram relevância no desaparecimento do PSR. KAREPOVS; MARQUES Neto (2007, 147) arrolam três motivos, que provavelmente se combinaram: Esvaziamento do partido após o fim de seu jornal; a recusa às orientações do II Congresso da IV Internacional (crise da IV Internacional a qual já nos referimos); e repercussão ainda das críticas de Mário Pedrosa, que julgava impossível defender a URSS.

A ruptura de Posadas e do BLA com o pablismo, em 1962, será acompanhada pelo POR sem maiores sustos. Este partido ficará cada vez mais sob o controle direto de Posadas, que guiava o POR com mão de ferro, ancorado em uma espécie de personalismo que beirava a idolatria pessoal. Para SILVA (198-, 91) este é o período de maior audiência dos trotskistas junto ao movimento de massas e segundo LEAL (2004) o partido mantinha também uma importante atuação junto às Ligas Camponesas no nordeste, junto a militares de baixa patente, a estudantes e sindicatos. No entanto o golpe de 64 pega o POR desprevenido, já que apostava na vitória do campo nacionalista, estando cada vez mais próximos do brisolismo.

A repressão política não tarda em encontrar o POR que conta com vários militantes presos e sofre ao menos sete processos de 1964 a 1966 (dois em São Paulo, três em Pernambuco, um no Rio Grande do Sul e outro no Ceará).<sup>23</sup> (ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO, 1985, 116).

A partir de 1965 começaram a surgir críticas (LEAL, 2004, 251) internas ao controle monolítico imposto por Posadas e à sua linha política. Em 1968, essas críticas tomariam a forma de duas cisões: a Fração Bolchevique Trotskista (FBT) e a Organização Comunista 1º de maio (OC 1º de maio). A partir deste período, o POR decresce rapidamente, fruto das posições cada vez mais extravagantes de Posadas, passando, por exemplo, da defesa da URSS para a defesa da própria camada dirigente soviética.<sup>24</sup> Há registro na bibliografia consultada de atividade do POR pelo menos até 1978 (SILVA [198-], 212), mas é certo que os seguidores de Posadas ingressaram no PT, quando de sua formação, mesmo que estivessem já em um número extremamente reduzido. (SILVA [198-], 190).

A FBT, que tinha entre seus líderes Vitto Letizia e Vera Lúcia Stringhini, estava implantada em especial no Rio Grande do Sul, mas também em São Paulo e, posteriormente, no nordeste, e vai diferenciar-se do POR principalmente pelo restabelecimento do centralismo democrático como norma de funcionamento, além de propor a retomada do trabalho junto à classe operária (LEAL, 2004, 218). Será

---

<sup>23</sup> Uma segunda onda repressiva contra o POR ocorrerá entre 1969 e 1972, quando são anotados mais cinco processos contra militantes do partido (três em São Paulo, um no DF e um no Rio de Janeiro) (ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO, 1985, 116).

<sup>24</sup> São exemplos ainda destas posturas “extravagantes” a dedicação de Posadas a temas tão diversos quanto a vida sexual dos revolucionários, a probabilidade de vida em outros planetas, a educação das crianças, etc.

duramente golpeada pela repressão entre 1970 e 1972<sup>25</sup>, voltando a reorganizar-se nesse ano. No entanto, alguns de seus membros acabaram tomando o caminho do exílio e, em Paris iniciaram contatos com a corrente dirigida por Pierre Lambert (SILVA [198-], 137), formando, a partir de 1970 o grupo Outubro<sup>26</sup>, que edita uma revista de debates com o mesmo nome, na capital francesa, a partir de 1971. O OC 1º de maio, liderada por Fábio Munhoz, praticamente circunscrita a São Paulo e de base estudantil, vai apresentar uma proximidade muito grande com as críticas feitas pela FBT. Em 1972 a OC 1º de maio também estabelece contato com o lambertismo, em uma conferência de trotskistas no Chile (LEAL, 2004, 222).

Por sua vez a FBT, em 1975, vai receber a adesão de um grupo (Organização pela Mobilização Operária<sup>27</sup>) saído da OC 1º de maio, assim como ocorrerá a volta dos exilados de Paris, e juntos constituirão a Organização Marxista Brasileira que, no ano seguinte, funde-se com a OC 1º de maio, como resultado da proximidade que as uniam desde que saíram do POR, dando origem, em dezembro de 1976, em um congresso na Praia Grande (SP), à Organização Socialista Internacionalista<sup>28</sup>, já alinhada com a liderança da corrente de Pierre Lambert (SILVA [198-], 178).

As bases da Organização Socialista Internacionalista estavam situadas, no final dos anos 1970, principalmente no Rio Grande do Sul, São Paulo, Minas Gerais, Brasília, Paraíba e Ceará. Com o movimento estudantil, particularmente com a refundação da UNE, em junho de 1979, a organização ampliou-se para Santa Catarina, Paraná, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Pernambuco, Goiás, Interior de São Paulo, de Minas Gerais e do Rio Grande do Sul. (KAREPOVS; LEAL, 2007, 162).

<sup>25</sup> O Projeto Brasil Nunca Mais registra dois processos na justiça militar envolvendo a FBT. Os dois no ano de 1970, um aberto no Rio Grande do Sul e outro em Pernambuco (ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO, 1985, 114).

<sup>26</sup> O grupo Outubro, que tinha como um de seus expoentes Vitor Paes de Barros Leonardi (Cf. SKROMOV, 2005), foi formado além de egressos da FBT, por outros militantes brasileiros que passaram a fazer a crítica da luta armada, como é o caso de Markus Sokol, que de secundarista simpatizante do PCB em 1967 passou a militante da VAR-Palmares em 1969, integrando o Outubro a partir de 1972 (Cf. KAREPOVS; LEAL, 2007, 227).

<sup>27</sup> A OMO tinha como um de seus principais animadores o sindicalista Paulo Skromov, nascido em piracicaba, em 1946, militante do movimento sindical desde a década de 1960, aproxima-se do trotskismo a partir de 1968 por intermédio de estudantes da USP, participando da criação da OMO e posteriormente da OSI, da qual é desligado no fim de 1977 (SKROMOV, 2005).

<sup>28</sup> Este processo aparece um pouco mais “simplificado” na obra de CAMPOS (1981, 73), que escreve apenas que “Eles [a Organização Comunista 1º de maio e a Fração Bolchevique Trotskista] se fundiram com os lambertistas em 1976, dando origem à Organização Socialista internacionalista.” Mais simplificado ainda nas palavras de Markus Sokol, que informa que “A OSI se constituiu em 1976, produto da fusão de grupos e organizações que atravessaram todo o período da ditadura no Brasil.” (SOKOL, 1994, 158).

O ressurgimento do movimento estudantil vai ser de grande importância para o crescimento da OSI, que lança, em 1976, a Liberdade e Luta (LIBELU), chapa destinada a concorrer à direção do recém reconstruído Diretório Central dos Estudantes da USP. A Libelu<sup>29</sup>, transformada depois em corrente do movimento estudantil, “acabou sendo incorporada ao vocabulário da época como um adjetivo, qualificando o jovem radical, quase típico do momento” (KAREPOVS; LEAL, 2007, 160).

A OSI dará origem ainda a um novo grupo trotskista, a Causa Operária. No bojo da discussão, que já vimos, no interior do CORQUI, a respeito dos sindicatos latino-americanos, em 1979 é formada a Tendência Quarta Internacional. Esta divisão internacional terá seu reflexo no Brasil, fazendo um grupo sair da OSI e fundar a Organização Quarta Internacional, em 1979, que ficará conhecida pelo nome de seu periódico, Causa Operária (SILVA, 198-, 184). Dentre as organizações trotskistas brasileiras a Causa Operária será a mais diminuta no período que temos em foco.

Outra vertente do trotskismo brasileiro foi àquela representada pelo Partido Socialista dos Trabalhadores (PST), vinculada ao argentino Nahuel Moreno. A gênese deste agrupamento pode ser encontrada na fuga de militantes brasileiros<sup>30</sup> para a embaixada do Chile em 1970, quando tomam contato com Mário Pedrosa e o trotskismo. Reforçando suas ligações no Chile com o dirigente trotskista Hugo Blanco e outros, este grupo de brasileiros constitui, no exílio, o grupo Ponto de Partida, que desde o princípio estará alinhado com as ideias do morenismo em sua crítica às teorias guerrilheiras que grassavam na direção do Secretariado Unificado da IV Internacional.

Com o golpe de Estado no Chile, em 1973 parte do grupo que consegue escapar se dirige a Argentina e lá começa a editar o jornal Independência Operária,

---

<sup>29</sup> Eram figuras de destaque neste período na Libelu os estudantes da USP Josimar Melo, atualmente crítico gastronômico em São Paulo, sem atividade política, e Júlio Turra, atualmente da Direção Nacional da Central Única dos Trabalhadores e filiado ao PT. Na USP os cursos em que a Libelu tinha mais presença eram os de Arquitetura, Comunicação, Filosofia, Economia e Ciências Sociais (AZEVEDO, 1997, 3).

<sup>30</sup> Os militantes brasileiros que se reuniram em torno de Mário Pedrosa e posteriormente do morenismo, por acaso reunidos na embaixada chilena, eram das mais variadas origens políticas. Eram alguns deles: Jorge Pinheiro e Maria José Lourenço – ex-militantes do Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR), ex-dirigentes estudantis do CA de Comunicações da Universidade Federal do Rio de Janeiro e jornalistas do jornal alternativo “O Sol” –, Ênio Bucchioni, ex-militante da AP, e Túlio Quintiliano, ex-militante do PCBR. (CERDEIRA, 2008).

onde fundam também uma nova organização, com o nome de Liga Operária<sup>31</sup>, em dezembro daquele ano. No ano seguinte já estão no Brasil, onde apóiam o candidato do MDB nas eleições indiretas a presidência da república, General Euler Bentes e fazem campanha para os candidatos “socialistas” do MDB<sup>32</sup> (SILVA, [198-], 185).

A Liga Operária empreenderá esforços, a partir de 1975, para ligar-se aos meios operários no Brasil, promovendo o deslocamento de militantes estudantis para as fábricas, “com o objetivo de influir no movimento operário e formar oposições sindicais às direções pelegas” (SILVA, [198-], 185). Tal política dará frutos, e mesmo que permaneça com implantação significativa no meio universitário (PUC-SP, USP, UFRJ e UFF), também logrará implantar-se entre os metalúrgicos de Santo André, em São Paulo, e posteriormente também entre os metalúrgicos de Jundiaí e Rio de Janeiro, professores de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro e bancários do Rio Grande do Sul (KAREPOVS; LEAL, 2007, 159). O início desta implantação operária, em 1977, coincide também com a troca da denominação de Liga Operária<sup>33</sup> para PST.

Outra inflexão que marca o ano de 1977 para os morenistas é o lançamento do movimento Convergência Socialista pelo PST, destinado a lutar pela construção de um Partido Socialista. Esta orientação política do PST, expressa pelo movimento Convergência Socialista, marcará a participação do PST no período estudado por nós.

Ao propor a organização de um amplo Partido Socialista e organizar o MCS, a Liga Operária pretendia dotar os trabalhadores brasileiros de um partido político independente. Essa estratégia buscava superar o caráter policlassista que havia caracterizado o Partido Trabalhista Brasileiro no período anterior a 1964 e a política de subordinação das reivindicações operárias aos acordos com frações da burguesia nacional, propugnada pelo PCB. (FARIA, 2005, 240-241)

---

<sup>31</sup> Na fundação da Liga Operária participaram também militantes egressos da FBT. (ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO, 1985, 108).

<sup>32</sup> O que será caracterizado, muitos anos depois, por um dos principais dirigentes da então Liga como “um erro oportunista, um erro de direita” (ARCARY, Apud: HARNECHER, 1994, 154). Mas o mais revelador é que a Liga Operária, em que pese não ser um jogador na grande política, apresentou seu programa ao nacionalista General Bentes, segundo informa ARCARY (Apud: HARNECHER, 1994, 154).

<sup>33</sup> A Liga Operária será objeto de um processo dentro os pesquisados pelo Projeto Brasil: nunca mais. (ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO, 1985, 109).



O PST terá também uma atuação marcante no campo da imprensa alternativa. A partir de 1977 seus militantes participam do jornal Versus de São Paulo. Este jornal, fundado em 1975, com uma inovadora proposta estética<sup>34</sup>, foi gradativamente sendo controlado pelo PST, que em 1978 já domina integralmente a publicação. O Versus será o grande órgão de divulgação da Convergência Socialista e da campanha pela fundação de um Partido Socialista.

Outra vertente do trotskismo em solo brasileiro será representada pela organização denominada “Democracia Socialista” (DS). A DS, assim como o PST, terá uma origem longe do tronco do POR, que dera origem a OSI. Seu nascimento foi catalisado pela existência de um jornal alternativo denominado Em Tempo.

Este jornal nasceu de uma divisão no jornal Movimento, no dia primeiro de maio de 1977. Sob o guarda-chuva da frente editorial que se formava abrigaram-se diversos jornalistas mais ou menos desligados de qualquer organização política<sup>35</sup>, ex-militantes de organizações políticas<sup>36</sup>, e militantes do Movimento pela Emancipação do Proletariado (MEP), de um grupo de Minas Gerais intitulado Organização (O.), da OSI, do Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR8), e de uma articulação mais informal, chamada Subfrente<sup>37</sup>. Logo chegaria ao Em Tempo um agrupamento de militantes de esquerda do interior do MDB gaúcho, capitaneados por Raul Pont, ex-militante do Partido Operário Comunista (POC).

Será a partir da convivência e das disputas políticas no interior do jornal Em Tempo que o grupo gaúcho do MDB e os militantes da Organização mineira estreitarão laços que levarão a fundação da Democracia Socialista. A Organização mineira<sup>38</sup> (cujo nome era este mesmo “Organização”, abreviada apenas como “O.”), fora criada por estudantes da Universidade Federal de Minas Gerais, da Universidade Federal de Juiz de Fora e da PUC-MG, na primeira metade dos anos 1970 (ANGELO, 2008, 62). Alguns de seus militantes já haviam passado pela Ação Popular, outros pelo Comando de Libertação Nacional (Colina) e outros pela Juventude Universitária Católica (KAREPOVS; LEAL, 2007, 162). No movimento

<sup>34</sup> “De visual dramático, transmitindo ao mesmo tempo beleza e tensão, valendo-se de todos os recursos, do quadrinho a foto, Versus difere esteticamente de tudo o que já havia sido feito antes na imprensa alternativa.” (KUSINSKI, 2003, 255).

<sup>35</sup> Como por exemplo: Chico de Oliveira, Flávio Aguiar, Bernardo Kusinski e Maria Rita Khel. (KUSINSKI, 2003, 406).

<sup>36</sup> Como Tibério Canuto e Emiliano José (Ação Popular), João Batista dos Mares Guia e Jorge Baptista (Comando de Libertação Nacional) (KUSINSKI, 2003, 406).

<sup>37</sup> Como Maria Moraes e Guido Mantega. (KUSINSKI, 2003, 406).

<sup>38</sup> Liderada por Flávio Andrade, Aluísio Marques e João Machado (ANGELO, 2008, 62).

estudantil a O. era representada pelo grupo Centelha, com força principalmente na UFMG. A O. possuía também ligações com a oposição metalúrgica de Belo Horizonte, principalmente através do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos de Minas Gerais, dirigido por um de seus militantes e do Centro de Estudos do Trabalho, onde também participavam (ANGELO, 2008, 62).

A Organização mineira começou sua aproximação com o trotskismo de modo aparentemente espontâneo, “com leituras dos livros de Issac Deutscher, do próprio Trotski, como História da Revolução Russa, e de Ernest Mandel, então o principal dirigente do Secretariado Internacional da IV Internacional.” (KAREPOVS; LEAL, 2007, 163).

A segunda vertente que deu origem à Democracia Socialista foi o grupo gaúcho que atuava no interior do MDB. Este grupo, de predominância jovem, formado na primeira metade da década de 1970, fora formado por militantes de esquerda que, desligados de suas organizações originárias, decidiram ingressar no partido oficial de oposição a ditadura. Muitos de seus militantes eram recém egressos da prisão ou do exterior (PONT, 2002, 33), com militância pregressa no POC e na Política Operária (POLOP).

Segundo KAREPOVS e LEAL (2007, 163) o grupo gaúcho era o que mantinha contatos mais estreitos com o Secretariado Unificado da IV Internacional. Esta aproximação certamente veio de exilados do POC que, em 1972, estabeleceram laços com o SU (ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO, 1985, 108).

Dentro do MDB, a partir de 1978 este agrupamento se tornará a Tendência Socialista do MDB, controlando seu Setor Jovem. Para o agrupamento tratava-se de

Aglutinar os socialistas dentro e fora do MDB e ‘ocupar um espaço da defesa aberta e pública do socialismo através da luta e da propaganda ideológica e da intervenção política no movimento de massas’ (PONT, Apud: ANGELO, 2008, 67-68).

Serão os embates no interior do Em Tempo que aproximarão os grupos mineiro e gaúcho, que cada vez mais próximos do trotskismo constituem, em dezembro de 1979, a Democracia Socialista, em um processo em que trouxeram consigo alguns outros setores então presentes no Em Tempo, como militantes do POC (José Luiz Nadai) e do Colina. Do congresso de fundação participaram ainda dois delegados (um português e outro colombiano) do Secretariado Unificado da IV

Internacional, e mesmo que a nova organização não tenha se filiado formalmente ao SU, a DS “trouxe para o Brasil as posições da corrente mandelista da IV Internacional, que fundamentariam a visão da Democracia Socialista sobre o país e sua relação com o PT ao longo dos anos seguintes” (ANGELO, 2008, 81).

Estão postos assim os atores, OSI e DS, objetos de nosso estudo e cujo discurso e relações serão investigados mais a frente.

### 1.3 – O MILITANTE TROTSKISTA

Mas para além da trajetória organizativa do trotskismo, parte da questão que nos propomos a responder encontra-se também nos sujeitos de carne e osso que compunham esse movimento político. Assim vejamos um pouco sobre o militante trotskista.

O engajamento em uma causa não é fenômeno novo na humanidade. Poderíamos recuar ao menos até a constituição das ordens religiosas guerreiras, na idade média, para historiar a problemática da devoção a um ideal. A aproximação com o “militar” – ocupante das funções militares – também nos fornece relevantes chaves explicativas. Nesse campo, vários autores já se preocuparam em estudar o militante político típico do século XX, o comunista. Fé, hierarquia e disciplina (SILVA, 2003, 74) constituem a tríade explicativa deste militante total, engajado de maneira organizada e devota na transformação da sociedade.

O militante trotskista é uma dissidência desse modelo. Dissidência esta, não só do ponto de vista programático, mas que também apresenta particularidades, e esta é nossa hipótese, no seu *ethos* militante se comparado aquele dos membros dos Partidos Comunistas. Particularidades estas que, por um lado, fizeram do trotskismo um espaço acolhedor para aquelas “almas inquietas” da esquerda que rejeitava o stalinismo, principalmente artistas e intelectuais, produzindo um tipo específico de recrutamento social, e, por outro lado, marcaram as organizações trotskistas com certa fragilidade, fragmentação e deficiência numérica, especialmente se comparadas às comunistas.

Muitos outros tem se dedicado à temática da militância, em especial da militância de esquerda. VALVERDE (1986) dedicou-se, a mostrar a militância política como espaço totalitário, marcado pela propriedade da verdade, e pela manipulação

das pessoas dedicadas a causa pelo Partido Comunista. O autor não esconde, ao longo de seu texto, uma boa dose de amargor em relação à militância política de esquerda.

Com outras cores e tons, mas não com menos senso crítico, SOUZA (1999) discorreu sobre a relação entre intelectualidade e militância e sobre as possibilidades do engajamento, em especial em relação aos “novos movimentos sociais”, defendendo os chamados “revides locais” ao poder estabelecido, como possibilidade transformadora na atualidade, em oposição ao que chamou de “engajamento pastoral”.

Mas a régua com a qual mediremos os militantes trotskistas será aquela estabelecida por SILVA (2003), que em tese de doutorado investigou o papel da leitura na formação do militante anarquista, não deixando de estabelecer parâmetros para a análise do militante político em geral, especialmente o comunista.

Em seu trabalho SILVA (2003) demonstra como a militância política, como a conhecemos hoje, remonta ao século XIX, mesmo que os padrões de dedicação a uma causa possam ser encontrados nas ordens religiosas medievais, em que a fé desempenhava um papel fundamental. A fé, como sinônimo de crença religiosa, mas também de confiança, adesão do espírito ao que considera verdadeiro e, fidelidade a promessas e compromissos (LUFT: 2000, 323), é compartilhada tanto pelos adeptos de causas religiosas como de causas políticas. A fé também compreende a expectativa da salvação futura, e neste sentido, para o militante religioso das ordens medievais, ela seria alcançada pela obediência às regras e pela dedicação a causa religiosa, chegando mesmo as guerras religiosas. Esta articulação entre fé, obediência e recompensa é clara como em poucos lugares nas palavras do Papa Urbano II ao convocar o movimento cruzadista em 1095:

A todos os que partirem e morrerem no caminho, em terra ou mar, ou que perderem a vida combatendo os pagãos, será concedida a remissão dos pecados. Que combatam os infiéis os que até agora se dedicaram a guerras privadas, com grande prejuízo dos fiéis. Que sejam doravante cavaleiros de Cristo os que não eram bárbaros os que se batiam contra seus irmãos e seus pais. Que recebam as recompensas eternas os que até então lutavam por ganhos miseráveis. Que tenham uma dupla recompensa os que se esgotavam em detrimento do corpo e da alma. A terra que habitam é estreita e miserável, mas no território sagrado do oriente há extensões de onde jorram leite e mel. (In.: FRANCO Jr., 1981, 26).

Para o militante político não é diferente, posto que a fé esteja ligada a promessa de um outro mundo, um outro mundo possível, nas palavras do Fórum Social Mundial, e o assalto aos céus na concepção dos comunistas.

Ainda o aspecto militar – de desenvolvedor de atividades bélicas – guarda não só semelhança etimológica com o termo militância, senão também similitude entre seus modos de agir. O militar é aquele treinado para botar sua vida em risco no cumprimento da missão. De sua disciplina vem a capacidade de ação articulada e coordenada. A hierarquia, a semelhança das ordens religiosas, também é elemento importante na busca da eficácia e eficiência da ação.

O militante político também incorpora estes preceitos, em especial o militante engajado em um partido político, para quem a sede é sua caserna, a direção partidária seu estado-maior, e seus companheiros de armas são seus companheiros de partido, para os quais cada “tarefa” constitui-se em uma missão particular, que deve ser cumprida com êxito, na busca pela vitória final. “Todo o linguajar da política moderna passa por uma utilização constante de termos militares, como tática e estratégia, vitórias e derrotas, disciplina, guerra de posição, e guerra de trincheiras...” conforme lembrou SILVA (2003, 65).

Mas o militante não é somente a soma de aspectos militares e religiosos. Promove a reinvenção destes aspectos no campo da política. A fé, para o militante não é a fé na salvação celeste, mas é a crença na salvação terrena, quiçá para si próprio, mas certamente para um ente maior: a classe operária (aqui podendo ser substituída pela “classe trabalhadora”). E esta fé, tão inabalável quanto a fé religiosa, é uma fé imbuída de preceitos racionais, uma vez que o militante acredita possuir uma interpretação racional da realidade, até mesmo científica, baseada nos cânones de alguma teoria social (com destaque para o marxismo).

No aspecto militar não se trata apenas de obedecer às ordens do Estado-maior/Comitê Central, mas na matriz organizativa dos comunistas, por exemplo, graça a teoria do centralismo democrático, onde, em tese, as tarefas, interpretações e comandos da cúpula, são explicados como emanadas da própria base e justificadas pelas necessidades do momento.

O militante milita integralmente. Enredado em suas atividades o militante tem dificuldade de viver a política, mimetizando a política que se transforma em ritual, ritual de reuniões, ritual de atividades públicas, de venda de jornal, de convencimento dos incautos.

Com as características esboçadas acima já começamos a entrar na caracterização do militante típico, o militante comunista. Este modelo de militantismo, o comunismo, pode ter sua origem localizada no Partido Bolchevique da Rússia. Lênin foi o elaborador da forma na qual diversos partidos comunistas seriam moldados no mundo. Para o mencionado revolucionário russo o partido deveria

converter-se no campeão de seus interesses [dos operários] e em seu educador, do mesmo modo que na sua direção. [...] deve ser integrado por revolucionários profissionais [...] organização rigorosamente centralizada, sólida, disciplinada [...], o partido se concebe assim como “ponta-de-lança da revolução”, como o estado-maior e a vanguarda da classe operária. (Cf. BROUE, 2005, 26)

Criado de modo a sobreviver frente a política e a polícia do Czar, o “propósito fundamental de Lênin foi criar um partido de ação” (BROUE, 2005, 53). Foi o III Congresso da Internacional Comunista (1920) que finalmente bolchevisou o conjunto do movimento comunista internacional, estabelecendo as célebres 21 condições de adesão.

A organização comunista é verticalizada ao extremo. BROUE (2005, 61) relata a forma de funcionamento do Partido Bolchevique em Odessa: No topo dos comitês de base, existem os sub-círculos, círculos e por último o comitê de cidade. Cada comitê possui um responsável que só se comunica com o nível imediatamente inferior e imediatamente superior. Desse modo diminui-se a possibilidade de que uma prisão desarticule o conjunto do partido. Mas ao mesmo tempo coloca o organismo que está no topo, e o responsável que está no topo, como o único a enxergar e manejar o conjunto da atividade do partido naquela região.

Ainda segundo BROUE (2005, 65 *et. seq.*), os bolcheviques são recrutados entre os jovens, em geral abaixo dos 20 anos, dedicam-se ao estudo, passam longas temporadas na prisão, são abnegados, renunciando a “toda a carreira e a toda ambição que não seja política e coletiva” (BROUE, 2005, 66).

Mas o grande atrativo do movimento comunista será a promessa da revolução, da repetição daquela primeira revolução vitoriosa, a de 1917. A construção de um mundo de justiça. Era a busca da salvação terrena, na forma da construção de uma terra sem males, a sociedade comunista. Mais uma vez, aqui,

vemos o parentesco da fé religiosa e da fé política, prometendo um futuro de remissão.

Será este ímpeto de fé que trará um punhado de anarquistas brasileiros para as hostes do comunismo. O Partido Comunista Brasileiro (PCB) será formado, em 1922, nos moldes da disciplina militante da Terceira internacional, ou Internacional Comunista (I.C.).

Este ponto renderia uma longa discussão, que apenas indicaremos. Não são poucos os autores que chamam a atenção para o fato de o comunismo brasileiro ter se originado no anarquismo e não na social-democracia, como na maioria da Europa. Outro aspecto relevante é que não foi no primeiro momento que o PCB logrou ser reconhecido como seção brasileira da Internacional Comunista. O IV Congresso da IC (1922) aceitou o jovem partido apenas como simpatizante. Sua condição de representante oficial do comunismo no Brasil só seria alcançada em 1924, no V congresso da IC. A explicação para isto reside parcialmente na origem anarquista da maioria do corpo dirigente do partido brasileiro.

Mais muito brevemente o partido brasileiro estaria bolchevisado, e mais do que isto, stalinizado, reproduzindo aqui o modelo do militante comunista. Analisando estes mesmos militantes, mas na França, ALTHUSSER (1978) os caracterizará como uma massa de manobra da direção do partido, que ao mesmo tempo em que muda sua orientação política de um lado para outro, faz com que a massa de militantes permaneça inerte, fazendo saltar os mais renitentes, na tentativa de não perpetuar uma memória dos militantes em relação à antiga linha política. E os que ficam - a maioria - se curvam, na certeza de que é melhor errar com o partido do que acertar fora dele.

Mesmo a expressão interna de divergências era extremamente limitada. Leôncio Basbaum, militante do PCB desde 1926, tendo sido um destacado dirigente da juventude comunista, ocupando brevemente a secretaria geral do partido e sendo um intelectual de certo destaque, pôs-se a divergir da linha partidária. Sua divergência assentava-se, principalmente no que classificava como ausência de ênfase da direção do PCB na defesa do camponês. A essa questão somaram-se muitas outras amarguras, relativas a não valorização de suas opiniões pelos órgãos dirigentes, dos quais se viu alijado. Bombardeando o Comitê Central e suas figuras de destaque com inúmeras cartas, tentando corrigir a linha do partido, Basbaum narra em sua biografia um encontro com Astrogildo Pereira, fundador do PCB, mas

que se encontrava aliado dos cargos de direção. Este encontro ficou assim registrado na memória de Basbaum:

[...] Ele me contou as humilhações que sofrera da parte de Arruda e Grabois, de como não lhe permitiam falar ou escrever, tratando-o como “um mero intelectual pequeno-burguês”. Convidei-o a tomar uma atitude qualquer, porque eu estava pensando em fazer qualquer coisa. Eu estaria disposto a acompanhá-lo e reforçar sua posição, se ele tomasse alguma. Disse-me que por enquanto ia deixar como estava [...], o que quer que acontecesse, “preferia morrer dentro do partido que ele havia fundado.” (BASBAUM: 1994, 237).

Mas o depoimento da própria trajetória de Basbaum é mais revelador. Este encontro ocorreu em 1957. Ao menos desde 1943 Leôncio Basbaum vinha lutando contra a direção do partido. E só abandonará as fileiras do PCB em 1967, um pouco antes de morrer. O que é sintomático de como, mesmo sob o crivo as divergências, o partido comunista mantinha cimentados os seus militantes. A maneira como os militantes comunistas conjugavam a fé, a hierarquia e a disciplina, certamente explica esta atitude.

E os trotskistas? Pensamos que os trotskistas não fogem ao extremo deste modelo de militância. A tríade fé, hierarquia e disciplina (SILVA, 2003, 74) pode explicar, grosso modo, a maneira de engajamento político daqueles que, no campo do comunismo, decidiram seguir a via mais tortuosa, a das idéias de Leon Trotsky. No entanto, a pluralidade de organizações trotskistas, ao contrário da maior unidade entre os comunistas, e um perfil levemente diferente de recrutamento social, indicam que a conjugação dos três elementos explicativos da militância se dá de maneira diferente para os trotskistas.

Começamos pela própria figura de Trotsky. Partindo da leitura de seu biógrafo mais lido, inclusive pelos próprios trotskistas, Isaac DEUTSCHER (1984a; 1984b; 1968), temos uma figura longe da imagem grandiosa do líder infalível, que acompanha, por exemplo, Lênin ou o Stálin da década de 40. A ausência de erros, que serve para construir a imagem do líder, que vai dar coesão ao agrupamento político que reivindica suas idéias, é uma característica que não está presente em Trotsky.

Ilustremos esta biografia *sui generis* de Trotsky com uma passagem. Trata-se de agosto de 1904, quando, sob o fogo cruzado da discussão entre bolcheviques e



mencheviques, sobre a melhor maneira de organizar o Partido social democrata russo, Trotsky sentenciava sobre o modelo bolchevique proposto por Lênin:

A organização do partido (sua liderança) coloca-se a princípio no lugar do partido como um todo; em seguida, o Comitê Central coloca-se no lugar da liderança; finalmente um único 'ditador' coloca-se no lugar do Comitê Central. (TROTSKI apud DEUTSCHER: 1984a, 102)

E ainda, no curso da controvérsia relativa a este assunto, Trotsky lançaria sobre Lênin os adjetivos de “hediondo, dissoluto, demagógico, advogado medíocre, malicioso e moralmente repulsivo”, ainda segundo DEUTSCHER (1984a: 105-106). Para a construção do panteão Marx, Lênin e Trotsky, erigido pelos trotskistas, é claro que tais passagens geram ruído na imagem projetada de Trotsky, prejudicado o efeito de coesão que a linearidade suposta entre os três marxistas poderia ensejar. Tal comportamento e posicionamento anotado pelo biógrafo tem ainda o sentido de criar o caldo de cultura histórico e político que permitiu aos trotskistas tratarem suas divergências no mesmo tom, afinal, se Trotsky pode tratar assim Lênin, o que se dirá da relação entre militantes mais contemporâneos.

Poderíamos ir a outras passagens, como a proposta de Trotsky de militarização dos sindicatos na Rússia, ou, quando nas piores controvérsias no politburo do Comitê Central, contra o Stálin que se levantava, abstinha-se de intervir, dedicando-se a leituras literárias. Trotsky, longe de um herói vencedor, é um herói trágico. Morto no exílio, no refluxo de seu poder pessoal e da própria onda revolucionária que seguiu a revolução de outubro. E foi este Trotsky do exílio o criador da IV Internacional, que agruparia os militantes trotskistas que hora estudamos. Portanto, são militantes que carregam esta marca, da derrota e do nadar contra a corrente.

A militância trotskista conhecerá, neste ambiente, mais dissenso do que consenso. No Brasil não foi diferente. Mário Pedrosa, introdutor das ideias de Trotsky no Brasil seria afastado pelo próprio dirigente máximo da IV Internacional, no curso da controvérsia em torno da defesa incondicional ou não da União Soviética. Atualmente o Brasil conta com ao menos nove organizações que se intitulam trotskistas. Para cada uma destas existe um centro político internacional.

Vejamos mais de perto o processo de recrutamento para uma organização trotskista. Trata-se da Organização Socialista Internacionalista, no relato de KAISER (2006: 74-75):

Bráulio explica que vou ter que participar do que eles chamam de GER – Grupo de Estudos Revolucionários. É um ciclo de discussões sobre teoria política e histórico do movimento, Também é um período de experiência sobre como a coisa funciona, e um teste para verificar se meu interesse é genuíno. [...] Os temas são Anarquismo, Revolução Russa, Social Democracia, Internacional Comunista, Quarta Internacional, teoria da Revolução Permanete, conjuntura internacional, com ênfase na Europa e no Sindicato Solidariedade, da Polônia; América Central, em especial Nicarágua, e Brasil e contexto sul-americano. Uma overdose de livros: Marx, Lênin, Trotski, Pierre Broué, Issac Deutscher, Rosa Luxemburgo. Aproveito para ouvir o som da casa, de Cat Stevens a Joan Baez, Suzi Quatro, Bad Company, Mutantes, Secos e Molhados, Rita Lee [...]

Tal relato nos revela um perfil de militância intelectualizada, onde a adesão é ritualizada pelo GER, mas também pela “prova” de “interesse genuíno”. Assim, militante e organização realizam uma espécie de namoro, em que mesmo um jovem universitário enxerga uma “overdose” de leituras.

Mas chama a atenção também o padrão de consumo cultural desta esquerda particular, longe da dita música engajada, ou politizada. Tal aspecto é salientado também pelos detratores do trotskismo, que informam que “o incauto será fulminado por terrível mirada ao desvelar-se, por exemplo, numa admiração sem peias por Chico Buarque, esse chato que já foi, imaginem, unanimidade nacional” (CARELLI, 1979, 10).<sup>39</sup>

Um padrão de consumo cultural longe dos marcos da esquerda tradicional e um método de recrutamento intelectualizado e intelectualizante atrai um tipo singular de militante, universitário, crítico em relação ao restante da esquerda e que por isso mesmo conjuga sua fé particular em ser possuidor da verdade com uma disposição diferenciada em relação ao comunista tradicional.

Ainda sobre esta relação do trotskista com os cânones enunciadores da fé, Nahuel Moreno, importante líder trotskista argentino escrevia em 1988:

Ser trotskista hoy día no significa estar de acuerdo con todo lo que escribió o lo que dijo Trotsky, sino saber hacerle críticas o superarlo, igual que a Marx, que a Engels o Lenin, porque el marxismo pretende ser científico y la

<sup>39</sup> Este aspecto é também notado pelo depoimento de um dos militantes da época, Júlio Turra, que afirma: “Nós, da Liberdade e Luta, éramos mais roqueiros”. (AZAVEDO, 1997, 3)

ciencia enseña que no hay verdades absolutas. Eso es lo primero, ser trotskista es ser crítico, incluso del propio trotskismo. (MORENO: 1988: 2)

Assim, a própria liderança trotskista incentiva uma revisão e dúvida sistemática dos próprios fundadores da fé. Tal postura evidencia uma relação diferenciada com a ortodoxia, propiciando a crítica e a dissensão, uma vez que libera os militantes para interpretações variadas dos escritos dos grandes líderes. Assim, a relação com a fé emanada dos textos dos fundadores é diferente.

No aspecto da hierarquia, compreendida aqui como subordinação a autoridade, podemos notar que é mais débil entre os trotskistas. Se para o comunista tradicional é melhor errar com o partido do que acertar fora dele, poderíamos afirmar que para os trotskistas é melhor acertar fora da organização do que errar com ela. É esta concepção, de que a verdade deve ser defendida a qualquer preço, que faz com que aqueles que ontem eram companheiros, separem-se em grupos antagônicos no dia seguinte. A direção é criticada impiedosamente por frações, tendências e grupos internos, que se dispõem a romper com a própria organização ao menor sinal de “equívoco” na linha política ou mesmo em relação à apreciação de fatos passados.

Vejamos um trecho de autoria do Secretário Geral da Corrente “O Trabalho”, comunicando aos militantes o desenrolar de um debate dentro da Comissão Executiva em relação a posições da direção da IV Internacional:

A Comissão executiva recusou (4 a 3) dissolver-se [...] como propunha a fração [...]. A partir daí, os três membros da fração se retiraram da reunião, não reconhecendo mais a comissão executiva [...] a fração, hoje está claro, que foi organizada pelo Secretariado Internacional, decidiu destruir a Corrente O Trabalho [...] tudo isso caracteriza uma profunda degeneração. (GOULART: 2006, 82-85).

Alguns meses depois a organização de cerca de 500 militantes dividiu-se em duas. E nos fatos que precederam a ruptura não faltaram disputas quase físicas pela posse de uma sede alugada, reuniões que duraram dias com militantes e dirigentes, dentre outros eventos.

O que podemos dizer da hierarquia entre os trotskistas, quando a executiva de uma seção nacional se rebela contra a direção internacional e quando uma parte deste mesmo organismo dirigente diz não reconhecer mais o próprio organismo do

qual fazem parte. Certamente trata-se, para os trotskistas, de um outro arranjo em relação à hierarquia militante, diferente do modelo de militante comunista.

Os trotskistas conjugam de maneira particular o trinômio fé, hierarquia e disciplina, que sustentam e dão sentido a militância política. A fé dos trotskistas, “a fé no futuro comunista da humanidade” (TROTSKI: 1980, 124) manifesta-se numa profunda convicção do caminho para a revolução, e numa intolerância em permanecer organizado em conjunto com aquele que tenha uma percepção diferente deste caminho. Assim, para o militante trotskista, mesmo as diferenças conjunturais são motivo para a ruptura de uma organização comum e a fundação de uma nova, livre daqueles que pensavam diferente.

Este apego a verdade particular leva o militante trotskista a uma relação diferente com a hierarquia partidária e organizativa, e ao exemplo do próprio Trotski, o militante trotskista está disposto a sustentar as mais duras controvérsias contra a sua direção, derrubando-a, ou rompendo com ela com mais facilidade que o militante dos tradicionais partidos comunistas.

Ao fim deste primeiro capítulo estamos com as peças do tabuleiro de nossa investigação postas: o trotskismo, suas organizações e mesmo seu militante estão colocados para nós em sua historicidade, em seu papel político e social.

## **CAPÍTULO 2 – PARTIDO E SINDICATO**

No presente capítulo discutiremos a conceituação de partido e sindicato, de forma a fornecer subsídios para a caracterização da conjuntura política, partidária e sindical no período estudado. Teremos em conta a articulação destes conceitos, em especial em relação às correntes marxistas, para podermos lançar as bases para a compreensão do discurso dos trotskistas sobre estes assuntos.

### **2.1 – POLÍTICA E PARTIDO POLÍTICO**

Estamos de acordo com Duverger (1970, p. 19) que indica que os partidos políticos são instituições destinadas a conquistar o poder político e exercê-lo. E também que não é possível compreender os partidos políticos, senão observando-os em sua historicidade, procurando em sua gênese e desenvolvimento as explicações sobre sua atualidade, já que “os partidos experimentam profundamente a influência de suas origens” (Duverger, 1970, p. 20).

Do ponto de vista da origem dos partidos Duverger (1970, p. 20) aponta duas vertentes: a eleitoral (parlamentar) e a exterior ao ciclo eleitoral, sendo que a primeira é a regra e a segunda a exceção. Os partidos que possuem seu nascimento marcado pela via parlamentar e eleitoral aglutinam-se e mantêm-se unidos por uma conjunção de fatores ou diferentes combinações destes: origem geográfica, fatores ideológicos, interesse na ocupação de cargos públicos ou na reeleição, ou mesmo corrupção parlamentar, seriam motivadores da formação e manutenção dos partidos. Estes partidos, marcados pela lógica eleitoral baseiam sua estrutura na existência de comitês eleitorais que impulsionam a atividade partidária quando da ocorrência de eleições. Os ocupantes de postos parlamentares são, no caso destes partidos, os elementos de ligação entre os diversos comitês e constituem-se na própria essência institucional dos partidos.

Já os partidos de origem exterior são aqueles estabelecidos “por uma instituição pré-existente, cuja própria atividade se situa fora das eleições e do parlamento” (Duverger, 1970, p. 26). São exemplos deste tipo de partidos aqueles fundados, em especial, a partir de sindicatos, de associações profissionais, de movimentos religiosos ou igrejas, ex-combatentes, ou mesmo de grupos da elite

econômica, como bancos, grandes empresas, etc. São em geral mais centralizados e disciplinados que aqueles de origem parlamentar. De modo contrastante com o primeiro tipo de partidos, nos de origem exterior os parlamentares não ocupam o papel central na institucionalidade partidária, lugar este ocupado por organismos de direção oriundos da base social fundadora do partido.

Abordando o assunto por outra vertente, tributária da sociologia de Bourdieu, podemos localizar uma tríade conceitual - campo, habitus e poder simbólico - que podem nos ajudar ainda a lançar um olhar sobre a política e os partidos. Vejamos:

Uma primeira definição de habitus aponta que ele pode ser

“Entendido como um sistema de disposições duráveis e transponíveis que, integrando todas as experiências passadas, funciona em cada momento como uma matriz de percepções, apreciações e acções e torna possível cumprir tarefas infinitamente diferenciadas, graças a transferência analógica de esquemas adquiridos em uma prática anterior.” (Bourdieu apud Wacquant, S/D, 37)

E ainda como “um sistema de disposições (...) que é produto de toda experiência biográfica (...) espécie de programas montados historicamente” (Bourdieu, 1983, 60).

Com o conceito de habitus, Bourdieu tenta resolver a oposição entre estrutura e sujeito, buscando mostrar que se é verdadeiro que o mundo social exerce algum grau de coerção nas ações humanas, é também verdadeiro que os homens atuam neste mundo a partir de instrumentos cognitivos próprios. Aliás, é o conceito de habitus que funda a própria concepção de ação social de Bourdieu, que vê a ação social como produto do encontro, ou confronto, do habitus com uma determinada conjuntura.

O poder simbólico, por sua vez, pode ser definido como o poder de “fazer ver e fazer crer, de confirmar ou de transformar a visão do mundo<sup>40</sup> e, deste modo, a ação sobre o mundo, portanto, o mundo” (Bourdieu, 2007, 14). E a esta disputa pela imposição de sua visão de mundo, damos o nome de disputa simbólica.

De maneira conexa apresenta-se a noção de violência simbólica, compreendida como a imposição de uma dominação por parte de um indivíduo

---

<sup>40</sup> Interessa aqui o parentesco apontado por Silva (2005, 193) entre esta expressão de Bourdieu e o conceito de ideologia, que o autor vê refletir-se ainda nos conceitos de “sistemas simbólicos”, “representações do mundo social”, “discursos” e “história reificada”. É notável que Bourdieu, mesmo que não ignore e inclusive faça uso do termo “ideologia” tenha buscado outras possibilidades de articulação de conteúdo semelhante.

ou grupo sobre indivíduos ou grupos, com base no exercício deste poder simbólico, a partir de sua posição social e/ou de prevalência de um capital (social, cultural, financeiro, ou etc.) mais desenvolvido ou em maior quantidade.

Já em relação ao conceito de campo, podemos partir desta sintética definição, dada pelo próprio Bourdieu (2007, 65-66): “universo relativamente autónomo de relações específicas”. Ou tomando uma das leitoras de Bourdieu, que nos apresenta a seguinte definição:

O “campo” se define como o locus onde se trava uma luta concorrencial entre os atores em torno de interesses específicos que caracterizam a área em questão – particulariza-se como um espaço onde se manifestam relações de poder e se estrutura a partir da distribuição desigual de um quantum (capital) social que determina a posição ocupada por um agente específico, neste campo. (FREIRE, 1995, 9)

Aqui, portanto, temos a idéia de locus, ou espaço, que ajudam a pensar a idéia de campo. Deste modo teríamos tantos campos quantos os aspectos da vida em sociedade: o campo acadêmico, o campo político, o campo artístico, e outros. Se é óbvio que não são isolados uns dos outros, estes campos se individualizam a partir de seus agentes específicos que estão em disputa (armados de seu capital social), em torno de interesses específicos, inerentes àquele campo da vida social.

Aqui paramos para apontar que estes três conceitos, habitus, poder simbólico e campo, longe de serem independentes, apresentam profunda relação na obra do autor por nós estudado. Afinal, é em relação aos diversos campos em que o ator/agente está inserido que se forma o seu habitus, bem como na relação e estratégias que adota frente ao poder simbólico e a violência simbólica inerente a este poder. Assim, temos um agente não apenas receptor e moldado, mas ativo e “negociador” frente as estruturas sociais nas quais está inserido, sem ser simplesmente reflexo, mas também sem liberdade absoluta, dada a violência simbólica (a que está sujeito em cada campo) e a própria incorporação de regras e comportamentos socialmente aceitos (por meio desta dupla natureza do habitus – social e individual).

Esta rápida visualização destes três conceitos já nos permite partir para o estabelecimento das relações possíveis entre eles no campo específico da política, como veremos a seguir.

O campo político é, segundo a definição de Bourdieu, "o lugar em que se geram, na concorrência entre os agentes que nele se acham envolvidos, produtos políticos, problemas, programas, análises, comentários, conceitos, acontecimentos, entre os quais os cidadãos comuns, reduzidos ao estatuto de 'consumidores', devem escolher". (Bourdieu, 2007, 164.)

Remetendo ao pensamento de Bourdieu, Silva (2005) esclarece que

é na luta simbólica pela representação legítima do mundo social, pelo "monopólio da expressão legítima da verdade do mundo", que os protagonistas de cada campo específico do espaço social produzem as suas visões de mundo, as suas ideologias, no caso do campo político, as ideologias ou discursos políticos. (SILVA, 2005, 196)

Esta disputa no campo político, como em outros campos também, é exercida por profissionais, detentores de um capital simbólico, conhecedores das regras do jogo, mas principalmente detentores de tempo livre e capital cultural que os possibilitam atuarem como profissionais desta arena. Pelo mecanismo da delegação (eleições, escolha das cúpulas partidárias, etc.) a base de seguidores/eleitores confere a estes profissionais o monopólio da produção dos atos e discursos políticos, relegando-se a condição de consumidores destes mesmos atos e discursos.

Para Bourdieu o habitus do político profissional pressupõe a aquisição de conhecimentos específicos, teorias, tradições, conhecimentos econômicos, bem como o domínio de técnicas como a do tribuno e do debatedor. Uma iniciação e um elevado grau de submissão à própria lógica do jogo político também são característica deste habitus específico.

Ainda em relação a aplicação do habitus na política, Silva (2005, 195) sugere que é possível pensar em um habitus coletivo, ou de um grupo, mesmo reconhecendo que o conceito se refira a incorporação de experiências individuais, não podemos descartar que indivíduos que passem por experiências parecidas ou muito semelhantes, no campo político, possam constituir uma espécie de habitus coletivo, que longe de anular suas disposições individuais, apenas ressalta o caráter comum de certas experiências.

A atuação no campo político, para os profissionais deste campo, é também profundamente relacional: sempre se toma uma posição, se define um programa, se faz um discurso, considerando a posição dos outros profissionais do campo,



considerando a posição, o discurso, os programas dos concorrentes do campo, mas também a percepção que se tem das pressões, aspirações e desejos dos não profissionais, daqueles que formam a base laica do campo político. É este aspecto relacional que define o que pode e o que não pode ser dito, que compõe o senso prático dos jogadores do campo.

Por outro lado, este sentido relacional também diz respeito ao conteúdo dos discursos vinculados, afinal, se faz necessário, para que o discurso seja consumido no mercado de bens simbólicos que esteja adequado ao habitus dos consumidores não especialistas do campo político, como nos aponta Silva (2005, 198).

É também esta estrutura relacional que vai resultar, em um outro patamar, nas localizações dos atores em pólos no interior do campo político, como por exemplo quando são classificados, ou se classificam, como de direita, de esquerda, de centro.

Para Bourdieu (2007, 173) “a luta que opõe os profissionais [da política] é, sem dúvida, a forma por excelência da luta simbólica”, posto que se trata da disputa mesma pelo “poder de fazer ver e fazer crer, de predizer e de prescrever, de dar a conhecer e de fazer reconhecer” (Bourdieu, 2007, 174), sendo ainda a luta pela ocupação dos poderes públicos, entendidos como a administração estatal. E são os partidos políticos os agentes fundamentais desta disputa.

Do ponto de vista dos interesses (no sentido de ganho ou vantagem) em jogo, Bourdieu (2007, 173) vê a existência de alguns motivadores em relação a atividade política: desde o simples prazer de jogar, até as vantagens propriamente materiais, ou mesmo simbólicas associadas ao desempenho da política profissional. Assim, o profissional da política, possuidor de interesses próprios, estabelece uma relação com os interesses dos seus mandatários (representando-os e defendendo suas presumíveis demandas) quando esta representação coincide com seu próprio interesse, ou como bem define Bourdieu (2007, 177):

Eles [os profissionais da política] servem os interesses dos seus clientes na medida em que (e só nesta medida) se servem também ao servi-los, quer dizer, de modo tanto mais exato quanto mais exata é a coincidência de sua posição na estrutura do campo político com a posição dos seus mandantes na estrutura do campo social.

Bourdieu também nos fala, em relação aos profissionais da política, da existência do que chamou de uma “cultura esotérica” (Bourdieu, 2007, 178),

composta de termos, palavras e conceitos inacessíveis aos não iniciados, e que resultam, por sua vez, em disputas sobre coisas que aos olhos dos não profissionais, parecem filigranas sem importância, mas que para os iniciados são carregadas de todo um conteúdo.

Bourdieu também ressalta o papel do crédito e da crença no jogo político. “O poder simbólico é um poder que aquele que lhe está sujeito dá àquele que o exerce” (Bourdieu, 2007, 188), de modo que este ato de conceder, pode ser interpretado como creditar a alguém o poder de fazer ver e fazer crer, em confiar a determinado profissional da política o poder, estabelecendo uma relação de crença e obediência em relação a ele.

Do ponto de vista do capital político, Bourdieu credita à instituição partidária a posse e o controle deste capital, que é delegado a determinado profissional da política, na condição de representante institucional, de modo mais ou menos provisório<sup>41</sup>. Investidura, instituição e consagração seriam as formas particulares da delegação do capital político. Assim, para Bourdieu existe uma dependência do profissional da política em relação ao aparelho partidário, que é o real detentor da crença, inclusive dos eleitores (Bourdieu, 2007, 193-194). Assim ocorreria uma objetivação do capital político na forma institucionalizada das burocracias partidárias, que opera uma distribuição de benesses materiais e simbólicas entre seus clientes ocupantes dos cargos nesta estrutura. Desta forma, quanto maior a estrutura, quanto maior a clientela dependente do aparelho, maior a necessidade do aparelho se preservar, mesmo com o sacrifício de seu programa original.

Esta relação de fidelidade da clientela com o partido tanto é maior quanto é menor o capital econômico, e mesmo cultural, originário dos ocupantes do aparelho. A sensação de que se deve tudo ao partido, cultura, poder, bens materiais, cimenta uma relação de fidelidade mais forte do que entre os partidos e os membros das classes mais abastadas. Em geral, segundo Bourdieu (2007, 197-198), quanto mais baixa a origem social do militante, só o partido pode lhe garantir aqueles dois requisitos para a atuação política profissional que já mencionamos, o tempo livre e o

---

<sup>41</sup>Aqui não podemos deixar de notar que o lugar de onde fala Bourdieu é o da política institucionalizada européia, com seus partidos portadores de uma relativa estabilidade ideológica, seguidores, tradições. Certamente tomar o partido como possuidor e controlador do capital político no Brasil é menos possível, como apontam mesmo os mais triviais comentaristas políticos. Arriscamos dizer que por aqui são mesmo os profissionais da política os possuidores e controladores de seu próprio capital político. Mas o prosseguimento desta discussão resultaria em um outro foco para nosso trabalho, motivo pelo qual deixamos apenas apontada esta questão.

capital cultural. Desta forma, os partidos que se põe como representantes dos setores mais populares estariam mais a mercê deste modelo, fazendo inclusive da disciplina inerente a esta fidelidade um de seus elementos mais fortes, a exemplo dos partidos comunistas. Mais a frente veremos como esta visão da política pode ser útil para entendermos os trotskistas.

Por fim, ao discutir os trotskistas brasileiros não nos escapa que o seu modelo inspirador, e dos trotskistas em geral, será o partido bolchevique da Rússia.<sup>42</sup>

Uma forma de organização peculiar e uma orientação política diferenciada (em relação à primeira guerra mundial e em relação a como conduzir a luta contra o governo autocrata russo), são os traços marcantes do bolchevismo. Analisando a formação do bolchevismo como uma tradição organizativa, Johnstone (1985) destaca que a concepção de partido leninista forjou-se em estreita relação com as características políticas da Rússia autocrática. O autor desenha a tese de que em períodos de recrudescimento da repressão política os seguidores de Lenin defendiam um partido mais fechado, com mais ênfase nos poderes do organismo dirigente, enquanto nos períodos de menor repressão política, como no período de 1905 a 1907, a ênfase maior estaria no aspecto da ampla participação das bases e elegibilidade dos dirigentes.

Mas a questão distintiva do bolchevismo no marco dos debates do Partido Operário Social Democrata Russo foi sobre quem deveria ser considerado membro do partido<sup>43</sup>. Enquanto os mencheviques defendiam que quem apoiasse o partido e ajudasse na sua sustentação material podia ser considerado membro do partido, os bolcheviques defendiam que a condição de membro só poderia ser atribuída a quem, além de apoiar e sustentar o partido, participasse regularmente de uma de suas organizações (Johnstone, 1985, p. 24). Desenhava-se assim, na proposta de Lênin, um partido militante, em que seus membros são, além de apoiadores, participantes ativos da vida partidária. Será na obra *Que fazer?*<sup>44</sup> que Lênin desenhará o papel deste “revolucionário profissional”, bem como o papel do jornal do partido como “organizador coletivo”, dentre outras questões fundadoras do bolchevismo e que posteriormente moldarão os partidos comunistas e o próprio trotskismo.

---

<sup>42</sup> Já indicamos no item 1.3 desta dissertação alguns elementos sobre o funcionamento deste partido.

<sup>43</sup> Tal polêmica deu-se no congresso do POSDR de 1903 e a partir dele se constituíram as duas frações do partido: os bolcheviques (maioria) e mencheviques (minoridade).

<sup>44</sup> Dentre as diversas edições disponíveis consultamos LÊNIN (1979).

Esta maneira de conceber o membro do partido está em estreita relação com a idéia de que o partido é a vanguarda da classe operária. Para Lênin tratava-se de estruturar um partido que fosse capaz de liderar os operários e que atuasse sobre sua consciência política. Nas palavras do próprio Lênin:

A consciência política de classe somente pode ser levada ao operário a partir do exterior, ou seja, de fora da luta econômico, de fora da esfera das relações entre operários e patrões (...). O único campo a partir do qual é possível atingir esta consciência é o campo das relações de todas as classes e de todos os estratos da população com o Estado e o governo, no campo das relações recíprocas de todas às classes. (Lênin apud: Johnstone, 1985, p. 21)

Estas elaborações iniciais sobre o funcionamento partidário resultaram na formação dos partidos comunistas, já sob a liderança da III Internacional que viriam a se organizar com base em células de militantes em empresas, organizados sob o centralismo democrático, com militantes disciplinados.

## 2.2 – SINDICATO E SINDICALISMO

Preliminarmente adotamos como porto de partida para a discussão sobre o sindicalismo a definição de Antunes (1981, 12) sobre a finalidade da existência dos sindicatos: “impedir que os níveis salariais coloquem-se abaixo do mínimo necessário para a manutenção e sobrevivência do trabalhador.” Posto assim, por óbvio, são os sindicatos fenômenos circunscritos ao sistema que opera por meio de salários, o que os coloca como produtos do próprio capitalismo.

Os sindicatos existem então em relação direta com a extração da mais-valia, representando um contrapeso nesta equação, buscando valorizar o preço da força de trabalho em detrimento da taxa de lucro.

Sendo então um fenômeno ligado ao capitalismo, os sindicatos apareceram, historicamente, em concomitância com a afirmação daquele modo de produção. Sem querer entrar em polêmicas sobre a datação do início do capitalismo, ainda segundo Antunes (1981, 15) é na Inglaterra do século XIX que os operários conquistam o direito de livre associação, criando as primeiras *trade-unions* com o objetivo de salvaguardar salários e condições de trabalho.

No Brasil, a despeito da primeira greve operária ter ocorrido em 1858 (Antunes, 1981, 48), é só no final do século que os sindicatos estariam mais atuantes, e no início do século seguinte realizariam o primeiro Congresso Operário Brasileiro. Neste congresso já se notava a hegemonia das ideias anarquistas no movimento operário brasileiro (Rezende, 1986, 11), mesmo que houvesse uma corrente do socialismo reformista (Antunes, 1981, 50) expressiva. Fazia-se presente ainda no movimento sindical da época o chamado sindicalismo cristão (Rezende, 1986, 13).

Em que pese a questão social ter sido tratada, na primeira república, como caso de polícia, e portanto a repressão sempre tenha se feito presente contra os sindicatos, bem como o próprio governo tenha feito tentativas de organizar um sindicalismo chapa branca (com a Confederação Brasileira do Trabalho), é notável que o movimento sindical gozou de relativa autonomia neste período. Refletindo sobre o desenvolvimento do capitalismo e o sindicalismo, Rodrigues (1990, 35) explica assim este paradoxo:

(...) as doutrinas liberais, por fim, ainda que inicialmente utilizadas pelos empregadores para obter a proibição das associações trabalhistas, criaram um quadro ideológico e valorativo que deslegitimava as formas de intervencionismo do governo visando o controle dos sindicatos operários e legitimando os esforços dos trabalhadores para maximizar suas vantagens. Assim, paradoxalmente, o credo liberal das classes proprietárias acabou por favorecer a livre associação dos trabalhadores, permitindo certo grau de conflito social.

Com a assunção de Getúlio Vargas ao poder o credo liberal foi deixando de ser o tom do governo no que se refere a questão trabalhista, sendo substituída pela inspiração corporativista. A criação de uma legislação trabalhista, que teve por efeito carrear o apoio dos trabalhadores urbanos para o governo, somado ao atrelamento e controle dos sindicatos por parte do governo, foi o duplo movimento que deu o tom da nova configuração sindical.

Com os sindicatos agora vinculados ao Estado, mecanismos como o imposto sindical, o reconhecimento da representação sindical pelo ministério do trabalho, entre outras medidas, vão tecendo uma rede de vínculos entre a estrutura sindical e o aparelho estatal que perduram, em grande medida, até os dias de hoje.

A redemocratização de 1945 não alterará esta estrutura, mas apenas a postura do governo frente aos sindicatos, que passam a ser controlados a partir das

estruturas políticas do trabalhismo. O advento da ditadura militar representará uma mudança na postura governamental (mas não na estrutura sindical), sendo que direções sindicais serão cassadas com vistas a afastar os sindicalistas hostis ao governo (notadamente comunistas e trabalhistas), bem como as centrais sindicais serão proibidas. Periódicas intervenções nos sindicatos mantêm estes sobre o controle governamental.

### 2.3 – CONJUNTURA PARTIDÁRIA E SINDICAL NO FINAL DOS 70 E INÍCIO DOS ANOS 80

É lugar comum datar o ano de 1974 como o início da chamada “distensão” política no Brasil, que evoluiria para a “abertura” do governo Figueiredo (CF. Mathias, 1995, 38 et. seq.), e que teria sua conclusão com a posse de José Sarney em 1985, pondo fim à ditadura militar brasileira. Segundo Skidmore é neste período que o “governo militar (...) afastou-se da regra arbitrária e lentamente caminhou em direção a um sistema competitivo multipartidário com a restauração do Estado de Direito.”(Skidmore, 1988a, 46) Este período iniciou-se com o presidente Geisel que “prometeu ‘sinceros esforços para o gradual, mas seguro, aperfeiçoamento democrático’. Acrescentou que a ‘imaginação política criadora’ poderia possibilitar a substituição dos ‘poderes excepcionais’ por ‘salvaguardas eficazes’ compatíveis com a ‘estrutura constitucional’ ” (Geisel apud Skidmore, 1988b, 321).

Como explicou Antunes, os impasses do regime bipartidário e o esgotamento do milagre econômico fizeram

com que a autocracia iniciasse um período de *liberalização outorgada*, isto é, gestasse sua própria auto-reforma, condição necessária para reequacionar o bloco de poder. Nas palavras de Florestan, iniciava-se o processo de ‘democratização por dentro da ditadura’, ou seja, uma ‘abertura gradual, segura e consentida’, que rearticulasse as transformações políticas emergentes com as situações de interesse das classes burguesas e com a ‘estabilidade da ordem’. (Antunes, 1985, 28)

Esta abertura é colocada em prática com o regime militar já dando mostras de esgotamento, tanto no plano político quanto econômico, uma das fontes de sua legitimidade (Mathias, 1995, 33). Mais precisamente, Sader afirma que

a transição se inicia com o anúncio do general Geisel de abertura 'lenta e gradual' em 1974. Na realidade, o que aquele momento marca, é o término do clímax da ditadura, que ingressou, a partir dali, num período transitório, de oscilações, que desembocou, no final dos anos 70 e início dos anos 80, em sua verdadeira crise e paralelamente, no começo da transição para o regime que a substituiria. (Sader, 1990, 25)

A abertura é iniciada em um momento em que “A ditadura brasileira foi sacudida de alto a baixo, em 1974, pela alta do petróleo e pela votação esmagadora nos candidatos de oposição ao Senado” (Kusinski, 1982, 14). Naquele ano, nas eleições, o Movimento Democrático Brasileiro (MDB) logrou conquistar 50,1% dos votos para a câmara alta, contra 34,8% da Aliança Renovadora Nacional (ARENA), ocupando 16 das 22 cadeiras em disputa, contra apenas 6 do partido governista. Nas eleições para a Câmara, a ARENA ainda manteve uma ligeira vantagem, com 40,9% contra 37,8% dos votos. (TSE *apud* Lamounier, 1990, 183)

Do ponto de vista econômico, a ditadura militar caracterizou-se pela

rápida reconcentração de rendas nas mãos dos grandes capitais, mediante uma dura política de arrocho salarial (...) Liberalizaram-se as normas, facilitando o ingresso de capital estrangeiro, e contrataram-se grandes empréstimos no exterior, ao mesmo tempo que o Estado ganhava nova capacidade de investimento, dirigida para ampliar a infra-estrutura do país. Passava-se a favorecer a exportação como um dos pilares da expansão da estrutura produtiva. (Sader, 1990, 25)

Fruto desta política econômica, que possibilitou o chamado “milagre brasileiro”, a concentração de renda subiu a níveis alarmantes, sustentada pelo arrocho salarial: em 1960, os 50% mais pobres detinham um rendimento de 17,4% do total de rendas nacionais, e os 20% mais ricos 54,8%.<sup>45</sup> Em 1976, esta realidade estava alterada para os 50% mais pobres, que viram sua participação na renda nacional cair para 14,9%, enquanto os 20% mais ricos viram sua participação subir para 61,9%. Em termos reais, o salário mínimo, em 1974, valia menos da metade que em 1960. Enquanto isto, o PIB *per capita* subia quase 100% no intervalo de 1960 a 1974, denotando grande crescimento econômico.

Mas é a chamada crise do petróleo que vai representar uma virada na situação econômica e o fim definitivo do “milagre econômico”. A alta abrupta e violenta do preço do petróleo, a partir de outubro de 1973, vai provocar um choque

<sup>45</sup> Estes dados econômicos e os demais deste parágrafo estão baseados em SADER, 1990, 27 e 28.

na economia mundial e brasileira. Cerca de 80% das necessidades energéticas brasileiras eram supridas com petróleo importado. “Surgia assim, inevitavelmente, uma profunda ameaça ao crescimento econômico devido ao forte crescimento das despesas potenciais com a importação de petróleo, que reduziria as importações de equipamentos e insumos intermediários.” (Fishlow, 1988, 142). Como resposta para a crise, o governo Geisel manteve

O comprometimento com o crescimento acelerado, bem como o sistema abrangente de indexação, [que] induziu à escolha de uma política baseada em investimentos maciços visando a substituição de importações e sustentada pelo endividamento externo”. (Fishlow, 1988, 183)

Foi a receita para o crescimento da inflação e da dívida externa, que vão marcar todo o período da abertura.

Frente a uma conjuntura internacional indutora de um quadro recessivo, a opção do governo por tentar manter a todo custo o “milagre econômico” só pode ser compreendida na medida em que o crescimento econômico era um dos fortes fatores de legitimação da ditadura. Com a situação econômica que se inicia em 1974, a inflação e o crescimento da dívida, o ambiente econômico acentuava as condições para a abertura política.

A abertura, “lenta e gradual”, vai ser marcada por tensões entre os militares pró-abertura e os chamados “linha-dura”. Em 1975, ocorre a morte sob tortura do jornalista Wladimir Herzog, demonstrando que o aparato repressivo mantinha-se em funcionamento. A morte do jornalista e do operário Manuel Fiel Filho, também sob tortura, provocam reações da Igreja e das classes médias, colocando a “linha dura” na defensiva, permitindo ao presidente substituir o comandante do II Exército (responsável pela região de São Paulo, onde ocorreram as mortes), por um militar mais afinado com sua política de distensão e abertura.

No entanto, a política de abertura não comportava nenhuma concessão para a oposição, nem mesmo para a oposição institucional, o MDB. Antes dos casos de tortura alguns parlamentares haviam sido cassados, acusados de envolvimento com comunistas. Após a substituição do comandante do II Exército, Geisel volta a proceder a cassações, agora como represália às denúncias mais veementes acerca da tortura. O ano de 1976, que começara com estas cassações, seria marcado ainda pela famigerada Lei Falcão, que acabou virtualmente com a propaganda



eleitoral na TV.<sup>46</sup> Era a preparação do governo para enfrentar as eleições municipais daquele ano.

Nas eleições municipais de novembro de 1976 o MDB dobra sua votação total, mesmo obtendo menos votos que a ARENA (para as prefeituras, o resultado dos votos foi: 61,6% contra 31,7%)<sup>47</sup>. No entanto, a oposição passa a governar 63% dos municípios com mais de 250 mil habitantes (Kusinski, 1982, 52), demonstrando o desgaste do governo nas grandes cidades, centros industriais e operários. Bolívar Lamounier interpreta desta forma a relação entre as eleições e a política de abertura:

O patrocínio da distensão pelo próprio núcleo do sistema dominante permitiu-lhe monopolizar praticamente a *iniciativa* das mudanças político-institucionais a serem implantadas. Desta forma, a estratificação do poder pôde ser projetada no tempo (inclusive, é claro, mediante pequenos golpes brancos e de expedientes de duvidosa moralidade), logrando assim o governo o seu objetivo de atenuar o impacto de resultados eleitorais crescentemente adversos. (Lamounier, 1988, 123)

A resposta do governo ao resultado das eleições municipais veio em 1977, com o fechamento temporário do Congresso Nacional e com o chamado “pacote de abril”. Mais um “pequeno golpe”, que estendia a Lei Falcão para as eleições ao Congresso, reduzia o número de votantes para a aprovação de mudanças na constituição e estabelecia a eleição indireta para governadores e um terço dos senadores (Skidmore, 1988a, 42). Em maio, a censura é estendida às publicações importadas e, em junho, o líder do MDB na Câmara, Alencar Furtado, teve o mandato cassado. Parecia o crepúsculo da chamada “distensão”, ou como notou Skidmore, “1977 não ofereceu escassez de evidências para aqueles que duvidavam do compromisso de Geisel com a liberalização.” (Skidmore, 1988b, 374).

No entanto, a liberalização até então promovida possibilitou que algumas reações pudessem ser ouvidas. O ano de 1977 foi marcado por diversas manifestações estudantis contra o governo. Em maio, pela primeira vez desde 1968, em São Paulo, os estudantes saíram do campus da USP em passeata, pelo viaduto do Chá, protestando contra a prisão de estudantes ocorrida no dia 1º de maio. Em 19 de junho houve, em todo o país o Dia Nacional de Luta pelas Liberdades Democráticas, e em agosto ainda se registravam manifestações de rua. E neste

<sup>46</sup> Mais pitoresca foi a proibição pela censura, neste mesmo período, de um programa televisivo que apresentaria uma peça do Ballet Bolchoi. O governo foi motivo de piadas, como relata SKIDMORE (a, 1988, 40.)

<sup>47</sup> (Cf. TSE *Apud*. LAMONIER, 1990, 184)

mesmo mês mais de 400 estudantes foram presos no que era para ter sido o III Encontro Nacional de Estudantes, em Belo Horizonte. O encontro só ocorreria em setembro, na PUC-SP, e mesmo tendo finalmente se realizado, ficou marcado pela violenta repressão policial no encerramento do evento. (Cf. Araújo, 2007, 218-225.)

Em que pesem todas as concessões de Geisel aos militares mais duros, ele promoveu, em outubro, a demissão do Ministro do Exército, Sílvio Frota, que se insinuava como candidato às próximas eleições presidenciais indiretas, com forte apoio da ala mais conservadora do governo.<sup>48</sup> Para dar continuidade ao seu governo e a “abertura”, a cúpula em torno do presidente já havia escolhido o General João Batista Figueiredo, então chefe do Serviço Nacional de Informações (SNI).

Nas eleições presidenciais, em outubro de 1978 – após a eclosão das mobilizações operárias de maio, que serão abordadas em outro tópico desta dissertação, Figueiredo é eleito sem dificuldades no colégio eleitoral, contra um candidato militar apoiado pelo MDB. Antes do fim de seu mandato, Geisel aprovou uma série de medidas promotoras da abertura política, entre elas a extinção do AI-5, a revogação da ordem de banimento para alguns exilados, a extinção do poder do presidente fechar o congresso e cassar direitos políticos e a suspensão da censura prévia aos últimos jornais que ainda estavam sujeitos a esta medida (Skidmore, 1988b, 395-397). No entanto, ainda vigorava a famigerada Lei de Segurança Nacional e foi instituída a figura jurídica do “Estado de Emergência”, que poderia reequipar o governo de todos os poderes autoritários de que estava abrindo mão, sem a necessidade de ser aprovado pelo congresso. (Kusinski, 1982, 89-93) Todas as medidas só entrariam em vigor em março de 1979.

Nas eleições legislativas de novembro novamente o MDB logrou maioria dos votos para o senado, com 46,5% contra 35% da ARENA, e na Câmara a oposição aumentou sua votação em relação às eleições de 74, obtendo 39,3% contra 40% dos governistas. No entanto, com a figura do senador “biônico”<sup>49</sup>, implementada pelo pacote de abril, a ARENA ocupou 15 das 23 cadeiras, contra apenas 8 do MDB. Também na Câmara, fruto das distorções legais<sup>50</sup>, a Aliança Renovadora Nacional

---

<sup>48</sup> Para a memória desta disputa entre os militares na sucessão do presidente Geisel ver SOARES (1995).

<sup>49</sup> Ampliava a representação de senadores de cada estado para o número de três, sendo o terceiro indicado, e não eleito.

<sup>50</sup> O número de deputados eleitos era, como ainda é, distorcido em relação ao número de eleitores de cada estado. Como existe um número mínimo de deputados a serem eleitos, assim como um número

logrou obter ampla maioria, com 231 deputados, contra 191 do Movimento Democrático Brasileiro<sup>51</sup>.

O General Figueiredo, logo no início de seu governo, declarou: “Reafirmo meu inabalável propósito (...) de fazer deste país uma democracia”<sup>52</sup>, o que reacendia a esperança de continuidade da liberalização dos últimos momentos do governo anterior. Mas o início de seu mandato foi marcado pelo enfrentamento a uma nova onda de greves, cujo epicentro encontrava-se novamente nos sindicatos dos metalúrgicos do ABCD paulista<sup>53</sup>. Desta vez, o governo responde com a intervenção no sindicato de São Bernardo, afastando as lideranças, que acabam por aceitar um acordo que não contemplou toda sua pauta de reivindicações, após semanas de greve.

No campo econômico o governo perdeu, aos cinco meses de existência, seu ministro da fazenda, Mário Henrique Simonsen, que advogava uma política recessiva para combater a inflação e o déficit público e da balança de pagamentos, que se agravavam. Retorna ao cargo Delfim Neto, que coloca em marcha uma política de continuidade do crescimento.

O ano de 1979 veria ainda ser aprovada a Lei de Anistia (agosto). Tal aprovação foi fruto de um movimento que remontava pelo menos a 1975, quando o Movimento Feminino pela Anistia coletou 16 mil assinaturas em defesa desta causa (Kucinski, 1982, 109). Mas é a partir de fevereiro de 1978, com a fundação do Comitê Brasileiro pela Anistia (CBA), que a campanha ganhou as ruas. Reunindo organizações de esquerda, a Igreja Católica, Ordem dos Advogados do Brasil, entre outros, o Comitê Brasileiro pela Anistia defendeu a anistia para os perseguidos políticos da ditadura. Avolumou-se o debate sobre a punição para os torturadores. No entanto, a lei de anistia aprovada acabou por anistiar tanto os perseguidos como os perseguidores, resultando num pacto, que ao devolver os presos, cassados e banidos para a vida política do país, também impedia a investigação das violações de direitos humanos ocorridas durante a ditadura (Kucinski, 1982, 110-112).

---

máximo, em cada estado, os maiores colégios eleitorais acabam limitados pelo teto, e os menores inflados pelo piso.

<sup>51</sup> Planilhas de resultados fornecidos pelos tribunais regionais eleitorais. (*Apud.* LAMONIER, 1990, 185.)

<sup>52</sup> FIGUEIREDO, João Batista. Discursos, Vol I. Brasília: Presidência da República – Secretaria de Imprensa e Divulgação, 1981. *Apud.* SKIDMORE, 1988b, 412.

<sup>53</sup> Região da Grande São Paulo formada pelos municípios de Santo André, São Bernardo, São Caetano e Diadema. São municípios de alta concentração industrial.

Em novembro de 1979 foi aprovada pelo Congresso lei de iniciativa do executivo que extinguiu os partidos existentes e reinstalava o pluripartidarismo. Segundo Skidmore tratou-se, para o governo, de fugir a uma polarização entre situação e oposição que, mesmo em eleições apenas parcialmente livres, estava se mostrando desfavorável ao governo.(cf Skidmore, 1988a, 54) Para os militares era a tática do dividir para governar, abrindo a possibilidade de realizar alianças com setores mais conservadores da oposição, visando manter o controle do processo político de abertura.

Outra interpretação sobre o fim do bipartidarismo é a de Florestan Fernandes, que ressalta:

o objetivo primordial não se voltava para a destruição da oposição. O que se pretendia, claramente, era remover o regime ditatorial e seus governos da posição de alvo concentrado e quase imóvel, como se fosse uma presa fácil, retida dentro de uma armadilha. (Fernandes, 1982, 64)

Ou seja, antes de fragmentar a oposição - objetivo que também era desejável -, tratava-se de renovar e reciclar a base de sustentação do próprio regime, numa tentativa de reestabilizar a situação político-eleitoral, que se mostrava cada dia mais desfavorável.

Assim surgiram o Partido Democrático Social (PDS) como sucessor direto da ARENA, o Partido da Mobilização Democrática Brasileira (PMDB) abarcando a maior parte do MDB, o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), por uma articulação governamental, o Partido Democrático Trabalhista (PDT), reivindicando-se do trabalhismo getulhista, capitaneado por Brizola e o Partido dos Trabalhadores, que veremos em detalhe.

O Partido dos Trabalhadores pode ser enquadrado na terminologia de Duverger (1970, 26-30) como um partido de origem exterior, por ter sua gênese encontrada fora do âmbito do parlamento.<sup>54</sup> Mais precisamente, o modelo de Duverger explica a fundação do PT como partido exterior na medida em que este se funda a partir dos sindicatos, conforme exemplo clássico de constituição de um partido extra-parlamento.<sup>55</sup>

---

<sup>54</sup> Mesmo que alguns parlamentares tenham aderido ainda na primeira hora ao projeto do PT, veremos mais adiante que indubitavelmente foi no lócus exterior ao parlamento que se deu a formação do partido.

<sup>55</sup> DUVERGER (1970, 26-30) enumera além dos sindicatos as igrejas, entre outros, como organismos externos capazes de gerar um partido, mais uma vez mostrando a adequação de sua teoria a

Segundo Raquel Meneguello em estudo clássico a respeito do PT, este partido configura-se numa novidade do sistema partidário brasileiro, calcado em um “vínculo institucional de caráter societário” (Meneguello, 1989, 104), ou seja, seu programa “apontava para a revinculação entre as demandas sociais e as instituições políticas” (Meneguello, 1989, 104). Projetando-se no cenário partidário como um representante classista, propondo-se a expressar no campo político-institucional as demandas de um setor da sociedade, o PT diferenciava-se de todas as outras formas existentes de representação partidária no Brasil do final da década de 1970.

Outra autora a utilizar um conceito parecido com o da “novidade”, expresso por Meneguello, é Margaret Keck, em seu estudo a respeito da gênese petista. Esta autora classifica o PT como uma anomalia, posto que

diferentemente de outros partidos políticos criados nos anos 80, o Partido dos Trabalhadores tinha uma base sólida no meio operário e nos movimentos sociais, ao mesmo tempo que levava a sério a questão da representação (tanto na sua forma interna quanto em relação às bases eleitorais) e formulava suas propostas em termos programáticos. (Keck, 1991, 13)

Assim, para a autora, a vinculação social do PT com um extrato delimitado da sociedade, bem como seu caráter programático são as características que tornam o PT anômalo frente ao quadro partidário do fim da ditadura militar.

Como já salientado anteriormente, a novidade e anomalia representada pelo PT encontram-se em sua relação com a classe trabalhadora, da qual este partido emerge. Assim, só podemos entendê-lo buscando suas raízes nos movimentos organizados da classe operária paulista em 1978/79, que representaram uma explosão de descontentamento gerada pela concentração de renda, arrocho salarial, e a inexistência de mecanismos democráticos de resolução de conflitos salariais.

Os sindicatos brasileiros, *locus* deste tipo de reivindicação trabalhista, encontravam-se regidos pelas regras da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), que colocava estas entidades em uma relação de submissão ao Estado. Os vínculos entre sindicatos e o Estado materializavam-se pelo reconhecimento ou não dos sindicatos pelo Ministério do Trabalho; pela prerrogativa do governo de substituir diretorias eleitas, pelo poder regulador da justiça do trabalho, que julgava quais greves eram legais ou ilegais; pelo financiamento compulsório dos sindicatos através

---

formação do PT, onde foi proeminente a participação de membros da Igreja Católica, além dos sindicalistas.

do imposto sindical; pela predominância de contratos individuais entre patrões e empregados; pela ausência de representação sindical por local de trabalho; pelo funcionamento de federações e confederações eleitas pelas direções sindicais reconhecidas; e, por fim, pela proibição da existência de centrais sindicais em nível nacional.

Este modelo de organização sindical, herdado do Estado Novo, possibilitou ao regime militar realizar mais de 500 intervenções em diretorias sindicais (Keck, 1991, 78), visando a manter o controle do movimento sindical. Mas isto não bastou. A adulteração dos índices inflacionários de 1973, descoberta em 1977, levou agitação à maior concentração operária o país, a região do ABCD paulista, que concentrava a indústria automobilística brasileira.

Em maio de 1978, sem a convocação do sindicato, começam a espocar greves por reposição salarial em diversas montadoras. Greves a princípio espontâneas, sem a convocação da direção sindical, sem necessidade de piquetes, com braços cruzados dentro da própria fábrica, “motivados pela necessidade fundante de sobrevivência e repúdio a superexploração do trabalho” (Molin, 2005, 89)

Em 1979, liderados por seus sindicatos ou não, já eram mais de três milhões de trabalhadores em greve por todo o país, realizando um movimento que colocava em cheque um dos pilares da política econômica do regime militar: o arrocho salarial.<sup>56</sup>

Mas, no entanto, não foi só a proeminência da reivindicação econômica que caracterizou este movimento. Pelo contrário, a inclusão paulatina de aspectos políticos e organizacionais, referentes tanto a estrutura sindical, quanto ao regime político brasileiro, vão dar as características do que ficará conhecido como o “novo sindicalismo”.

---

<sup>56</sup> O transcorrer das greves de 1978, 1979 e 1980 foram objeto de muitas narrativas, análises e polêmicas. Destacamos a polêmica acerca do final da greve de 1979, que havia sido deflagrada em 19 de março. Com o impasse das negociações o governo interveio no sindicato afastando a diretoria no final do mês. Mesmo afastada a diretoria mantém negociações diretas com os patrões e a greve continua. Posteriormente a greve é suspensa por 45 dias para a continuidade das negociações, que voltam a envolver o governo. Ao fim do prazo, em assembléia, a direção do sindicato propõe a não retomada da paralisação, mesmo tendo obtido poucos avanços na negociação. A greve não foi retomada e alguns dias depois a intervenção no sindicato dos metalúrgicos foi suspensa e a diretoria afastada reempossada. A polêmica sobre a não retomada da greve dividiu os sindicalistas empenhados na construção do PT, resultando em severas polêmicas, onde pairava a suspeita de que Lula teria negociado a não retomada da greve em troca do retorno de sua diretoria ao Sindicato, mesmo acompanhado de poucas conquistas econômicas para os trabalhadores ao fim da negociação. Para a memória desta polêmica ver HARNECKER (1994).

Desta forma, na esteira das mobilizações operárias, desenvolve-se a crítica ao modelo de estruturação do sindicalismo brasileiro, expresso na prática sindical de alguns sindicatos e oposições sindicais e também nas resoluções de seus congressos e encontros. É o que fica patente se observarmos, por exemplo, as deliberações do III Congresso dos Trabalhadores Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema, realizado em outubro de 1978, que, entre suas resoluções define,

1) a implantação e o desenvolvimento da organização de comissões de fábrica será o início da nova estrutura sindical dos metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema

(...);

3) realizar reuniões por empresa para iniciar o trabalho de formação de comissões de empresa na nossa base;

(...)

5) o planejamento das finanças do nosso sindicato deverá ter por objeto torná-lo cada vez menos dependente da contribuição sindical;<sup>57</sup>

E ainda afirma que

com este III congresso, os trabalhadores de São Bernardo do Campo e Diadema querem dar sua contribuição ao debate dos demais companheiros de base e de todos aqueles que sentem necessidade da classe trabalhadora decidir, segundo suas próprias regras, seu próprio destino. Ou seja, partindo do princípio de que a organização da classe trabalhadora deve se dar independente das amarras que a prendem ao Estado (...) Na verdade, o avanço da organização do trabalhador na luta em defesa de seus mais legítimos interesses é barrada por uma estrutura sindical que foi montada, há mais de quarenta anos, com este objetivo: impedir a organização da classe trabalhadora independentemente da tutela do Estado.<sup>58</sup>

Como vemos, as mobilizações operárias começaram a produzir questionamentos com relação a estrutura sindical vigente.

Outra vertente importante deste novo sindicalismo será a Oposição Metalúrgica de São Paulo, grupo de oposição à direção do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, que junto com o Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema, será um dos pilares deste movimento.

<sup>57</sup> RESOLUÇÕES do IIIº Congresso dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema, *apud* RODRIGUES, 1997, 78.

<sup>58</sup> RESOLUÇÕES do IIIº Congresso dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema, *apud* RODRIGUES, 1997, 77.

A Oposição sindical partilhará das mesmas premissas de mudança da estrutura sindical vigente, sendo inclusive mais incisiva neste quesito. Incluirá em sua plataforma reivindicações diretamente dirigidas ao regime político, como, por exemplo, estas, extraídas de seu primeiro congresso, realizado em março de 1979:

1. fim da carestia e pelo congelamento de preços;
2. estabilidade no emprego;
3. fim do imposto sindical;
4. revogação da CLT;
5. pela criação da Central Única dos Trabalhadores;
6. pelo direito de greve sem qualquer restrição;
7. pela liberdade de organização político-partidária dos trabalhadores;
8. pela anistia ampla e irrestrita e o desmantelamento dos aparelhos repressivos;<sup>59</sup>

Em suma, os movimentos grevistas de fins da década de 70 colocaram na ordem do dia o conflito como método de ação do movimento sindical, questionando o aparato repressivo incumbido de manter a paz social. No bojo desta ação ainda avançaram críticas ao próprio modelo de estruturação sindical, bem como ao regime militar.

Os protagonistas deste novo sindicalismo serão também os protagonistas da formação do PT. Meneguello defende que o relativo fracasso do novo sindicalismo em realizar plenamente sua pauta no plano sindical levou seus principais dirigentes a buscarem construir outro espaço de disputa para estes ideais, o político-partidário (Meneguello, 1989, 50). Keck apresenta visão semelhante, defendendo que “já que a resposta do governo transformaria automaticamente uma greve industrial em greve política, os trabalhadores precisariam de um instrumento político para fazer com que sua voz fosse ouvida” (Keck, 1991, 83). Assim, as lideranças sindicais, em especial da grande São Paulo, começavam a cogitar a idéia de formar um partido político que estivesse vinculado aos setores sociais que, com sua mobilização, colocavam em cheque o próprio regime militar.

Assim como vimos amadurecer a idéia de um partido que represente exclusivamente os trabalhadores, em 1978, o Sindicato de São Bernardo, presidido

---

<sup>59</sup> RESOLUÇÕES do Iº Congresso da Oposição Metalúrgica de São Paulo, *apud* RODRIGUES, 1998, 59-63.



por Luis Inácio da Silva, apóia nas eleições legislativas daquele mesmo ano um candidato do MDB para o Senado, Fernando Henrique Cardoso (Gadotti; Pereira, 1989, 21), demonstrando que, longe de trilhar um caminho linear em direção à constituição de um partido que representasse exclusivamente os trabalhadores, os sindicalistas realizaram um caminho eivado de idas e vindas, marcado por aparentes contradições.<sup>60</sup>

Se é verdadeiro que o setor oriundo do novo sindicalismo representou o cerne do novo partido que se vislumbrava, também é inegável que outros setores sociais contribuíram para dar feição a este novo partido, contribuindo para suas características de novidade e anomalia já ressaltadas. Entre os setores que se engajaram na construção do PT destacaremos os vinculados à Igreja Católica, os intelectuais e os parlamentares do MDB.

Temos claro que uma divisão estanque entre estes setores é impossível, posto que haviam pessoas vinculadas a Igreja que ocupavam postos parlamentares, ou intelectuais nesta condição, bem como sindicalistas que eram deputados, assim como setores da Igreja estavam presentes no movimento sindical, sendo que o vetor representado pela formação do PT representou certamente o grau maior de coesão dentro e entre estes setores.

A Igreja Católica brasileira passou, no período de 1964 a 1979, por notáveis transformações. De uma das principais impulsionadoras da Marcha da Família com Deus pela Liberdade, em 1964, clamando pelo fim do perigo comunista e dando base social ao golpe que se seguiria, as paróquias e dioceses se transformariam em um dos principais lugares de questionamento do regime militar, em especial de denúncia da tortura e de defesa dos direitos humanos. Sem pretender elucidar os motivos desta transformação<sup>61</sup>, cabe ressaltar que os setores progressistas presentes na Igreja serão os articuladores de uma série de movimentos sociais urbanos ligados a luta contra à carestia, pelo direito a moradia, e mesmo ligadas ao mundo do trabalho, como as pastorais operárias. Segundo Keck (1991, 62) “a Igreja atuava simultaneamente como arena, promotora e protetora dos movimentos contestatórios”.

---

<sup>60</sup> Para um maior aprofundamento sobre o “novo sindicalismo” ver, entre outros: BOITO (1991); SADER (1990) e RODRIGUES (1998).

<sup>61</sup> Transformação relativa, uma vez que não nos escapa que antes do golpe existiam setores “progressistas” na igreja, bem como na redemocratização continuam a existir setores “conservadores”.

No interior da estrutura da Igreja desenvolvia-se a Teologia da Libertação, que acentuava a opção pelos pobres, e no plano organizacional surgiam as Comunidades Eclesiais de Base, que se constituíam em espaço de reflexão a partir dos princípios cristãos e de ação social sobre esta base. Com as greves de 1978 e 1979, os setores progressistas da Igreja, que já mantinham um certo vínculo com o movimento sindical e com os movimentos sociais urbanos, passam a compartilhar a idéia de formar um partido político com perfil popular. Segundo Meneguello (1989, 64)

Provavelmente em função do perfil popular que o PT configurou nos debates pela sua formação, a aproximação da Igreja ao partido deu-se desde o início, e foi provavelmente estimulada pela idéia anteriormente existente da própria Igreja de viabilizar a construção de um partido de trabalhadores, um 'PT-Cristão'.

Alguns intelectuais, ligados ao Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP), ao Centro de Estudos da Cultura Contemporânea (CEDEC), à Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), à Universidade de São Paulo (USP), à Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), entre outras, vão associar-se em grande medida ao processo de formação do PT, mesmo que vários depois se afastem, seduzidos pelo apelo de união da oposição em torno do PMDB, ou mesmo não concordando com o caráter classista do PT.

Ainda no campo universitário, merece destaque o movimento estudantil, que a partir de 1975 começa a retomar suas mobilizações, com destaque para as de 1977, até conseguir em 1978, reorganizar a União Estadual de Estudantes de São Paulo (UEE-SP) e, em 1979, reconstruir a União Nacional dos Estudantes (UNE), mesmo à margem da lei.<sup>62</sup>

Desde o início da articulação do PT, vários foram os parlamentares do MDB que se aproximaram do grupo sindicalista para propor a formação de um partido comum. Alguns se guiavam pelas possibilidades que a reforma partidária que se aproximava traria, de organizar partidos mais facilmente a partir de uma base de parlamentares já eleitos, outros, por sua vez, viam na proposta do PT um encontro com sua linha de atuação que, mesmo dentro do MDB, era marcada pela ligação

---

<sup>62</sup> Claro que o movimento estudantil não ficou na inatividade durante a ditadura, mas após 1968, quando muitos estudantes optaram pela luta armada, as gerações seguintes vão empreender um contínuo movimento em prol da reorganização da representação estudantil brasileira.

com o movimento sindical, popular, com a Igreja, etc. Outros eram movidos por um misto destas preocupações.

Ao fim de intensas negociações, o PT nasce em 1980 já com uma bancada parlamentar de sete deputados na Câmara Federal (nenhum senador), entre eles Irma Passoni e Eduardo Suplicy, insuficiente para sua legalização por critérios mais facilitados<sup>63</sup>, mas de certo modo representativa de um desgarramento no então PMDB.

Os diversos grupos, organizações e partidos de esquerda, marxistas ou não, existentes no Brasil na segunda metade da década de 70 vão defrontar-se com o surgimento da ideia do PT. Vários deles serão protagonistas importantes na discussão de seus passos iniciais, na sua formação e consolidação, constituindo-se assim em atores da constituição desta novidade política representada pelo PT. No entanto, diferentemente dos setores sociais analisados anteriormente, ao tratarmos das organizações de esquerda nos defrontamos com programas políticos já fundamentados e estabelecidos, e a maneira como encararam o PT corresponde ao lugar que esta novidade ocupa frente a suas elaborações acerca da estratégia política prévia pela qual são movidas. Frente às inúmeras organizações de esquerda existentes, optamos aqui por um corte arbitrário procurando focar somente aquelas por nós julgadas mais significativas.

O Partido Comunista Brasileiro (PCB), o Partido Comunista do Brasil (PCdoB), e o Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8), serão duros críticos da proposta de formação do PT, propugnando a união de todos em torno do PMDB, como tática para derrotar a ditadura militar (Cf Pont, 1992, 15).

O Partido Revolucionário Comunista<sup>64</sup>, surgido ao mesmo tempo que o PT, mas de uma cisão do PCdoB, definia-se como marxista-leninista, e incorpora-se ao PT na primeira metade da década de 80, constituindo-se como uma de suas correntes internas.

Dentre os que decidiram integrar o PT, encontramos o MEP<sup>65</sup> (Movimento pela Emancipação do Proletariado), que se define como marxista-leninista e é resultado de uma dissidência, de 1971, da organização conhecida como Política

---

<sup>63</sup> A partir de um determinado número de adesões de parlamentares ao partido era possível registrá-lo oficialmente, dispensadas algumas outras exigências.

<sup>64</sup> O PRC seria liderado por José Genoíno, que por muitos anos será um dos deputados federais mais atuantes do PT de São Paulo e pelo atual governador do Rio Grande do Sul Tarso Genro.

<sup>65</sup> O MEP possuía como um de seus principais dirigentes o professor Ivan Valente, atualmente deputado Federal por São Paulo, pelo Partido Socialismo e Liberdade (PSOL).

Operária (POLOP). Tendo sobrevivido aos rigores da repressão militar, mas nunca optando pela luta armada que a tantos seduziu nesta época, e encaravam o PT como uma “frente”, na qual procuravam atuar visando a formação de um partido revolucionário.

O PCBR<sup>66</sup> (Partido Comunista Brasileiro Revolucionário), uma defecção do PCB, em 1968, que durante a ditadura militar havia participado de ações armadas, participa da constituição do PT na tentativa de transformá-lo em uma ampla frente, que reuniria a chamada Tendência Popular do PMDB e Brizola, não abrindo mão de ser um partido dentro do PT.

A Ação Popular Marxista Leninista<sup>67</sup>, cujas raízes remontam à Ação Popular fundada no início dos anos 60 por militantes católicos de esquerda, defronta-se com a criação do PT em profunda crise organizativa e ideológica e vai praticamente diluir-se no partido a partir de 1979.

A Ala Vermelha<sup>68</sup>, organização dissidente do PCdoB, em 1965, tendo sobrevivido aos rigores da repressão, desenvolve uma política de intensa colaboração com o novo sindicalismo, em especial a partir do *ABCD Jornal*, que tomou a defesa das greves metalúrgicas de 1978-79. Sem abrir mão de continuar tendo uma estrutura organizada dentro do PT aderiu à proposta de sua criação.

Mas certamente uma das organizações de esquerda com destaque na fundação do PT foi a Convergência Socialista, cuja trajetória vimos mais acima (ver item 1.2). Mesmo fazendo campanha nas eleições de 1974 e 1978 para os candidatos “socialistas do MDB”, a CS passará, através dos postos sindicais que ocupa, em especial nos metalúrgicos de Santo André, a defender a formação de um partido de trabalhadores, ou um partido socialista, e estas idéias certamente influenciaram o novo sindicalismo no sentido da formação do PT.<sup>69</sup> A proximidade da Convergência com os expoentes do novo sindicalismo pode ser exemplificada pelo fato de que foram membros desta organização que redigiram a moção aprovada no congresso metalúrgico de Lins, no início de 1979, que pregava a necessidade da

---

<sup>66</sup> O PCBR possuía como seus principais dirigentes políticos na época o historiador Jacob Gorender, o ex-militar Apolônio de Carvalho, ambos já falecidos e Bruno Maranhão atual membro do Diretório Nacional do PT e dirigente do Movimento Libertador dos Sem-Terra (MLST).

<sup>67</sup> A APML possuía como um de seus principais dirigentes o médico baiano Jorge Almeida, atualmente na direção do PSOL.

<sup>68</sup> A Ala Vermelha possuía como um de seus principais dirigentes o jornalista Alípio Freire, atualmente membro de órgãos de assessoramento do PT.

<sup>69</sup> Um autor a analisar esta influência é SINGER, André. **O PT**. São Paulo: Publifolha, 2001. p. 17-20.

construção de um partido de trabalhadores.<sup>70</sup> Também participaram do debate sobre o texto da Carta de Princípios do nascente PT. Constituirão, desde a formação do PT, uma de suas alas mais a esquerda.

As outras organizações trotskistas, OSI e DS, e sua relação com o PT serão discutidos nos itens 3.2 e 3.3 desta dissertação.

---

<sup>70</sup> Cf. SKROMOV, Paulo. Entrevista. In.: HARNECKER, Marta. **O Sonho era possível: A história do Partido dos Trabalhadores narrada por seus protagonistas**. Havana/São Paulo: MEPLA/Casa América Livre, 1994.

## **CAPÍTULO 3 – CONSTRUINDO A REPRESENTAÇÃO OPERÁRIA**

No presente capítulo, iniciaremos analisando a abordagem dada pelos documentos fundacionais da IV Internacional em relação a organização partidária e sindicalismo, de forma a estabelecer as bases das nas quais as organizações brasileiras fundamentam suas posições.

Na seqüência analisaremos, a partir das fontes selecionadas (os jornais das organizações – OSI e DS), como a matriz trotskista produz discursos acentuadamente diferentes no que se refere aos partidos políticos e os sindicatos.

Trata-se de confrontar, de um lado o discurso da organização Democracia Socialista, que em seu jornal “Em Tempo”, apresenta uma posição inicial que vai em direção ao PT (partindo dos mais diferentes pontos de partida, como por exemplo, a defesa da participação no próprio MDB), chegando a transformar o seu jornal em um dos mais importantes articuladores da proposta do partido fundado por Lula.

No que tange aos sindicatos, a DS faz coro com os novos sindicalistas, acompanhando suas posições sobre a estrutura sindical, apoiando seus movimentos grevistas, repercutindo e defendendo os pontos de vistas destes sindicalistas, aos quais procuravam se ligar.

Por sua vez, a OSI apresenta um discurso frontalmente contrário a formação do PT, combatendo-o duramente nas páginas de seu jornal O Trabalho, quando chega a um ponto de inflexão absoluta, transformando o que era hostilidade em simpatia, que vai aprofundando-se até a participação ativa dos seus militantes e de seu jornal na construção do novo partido.

E no que se refere ao sindicalismo a OSI manterá uma postura de combater, tanto o sindicalismo tradicional quanto o novo sindicalismo, acusando uns e outros de atrelamento ao Estado por conta da estrutura sindical.

### **3.1 – A IV INTERNACIONAL, O PARTIDO E O SINDICATO**

Em um olhar geral sobre o trotskismo, devemos reconhecer, inicialmente, que a posição de Trotsky sobre o sindicalismo, apresentou uma significativa variação no tempo. Sem dedicar-se muito ao tema no período anterior à revolução de 1917, encontramos Trotsky, após a revolução, mais precisamente em 1920-21,

defendendo a militarização do trabalho e a integração dos sindicatos ao Estado operário.<sup>71</sup>

Contudo, não é a este período do pensamento trotskista que as organizações brasileiras estarão ligadas em sua elaboração sobre os sindicatos.<sup>72</sup> Terá mais influência sobre ela o chamado “programa de Transição”, documento fundacional da IV Internacional que, em um de seus capítulos, aborda “os sindicatos na época de transição”. Neste texto podemos encontrar a nascente organização defendendo a atuação de seus membros nos sindicatos, afirmando:

Os bolcheviques-leninistas (...) Tomam parte ativa na vida dos sindicatos de massa, preocupando-se em reforça-los, em aumentar seu espírito de luta. Lutam implacavelmente contra todas as tentativas de submeter os sindicatos ao Estado burguês e de subjugar o proletariado pela ‘arbitragem obrigatória’ e todas as tentativas de intervenção policial não somente fascistas, mas também ‘democráticas’. (...) As tentativas sectárias de criar ou manter pequenos sindicatos “revolucionários”, como uma segunda edição do partido, significam, de fato, a renúncia à luta pela direção da classe operária. É necessário colocar aqui como um princípio inquebrantável: o auto-isolamento capitulacionista fora dos sindicatos de massa, equivale à traição da revolução, é incompatível com a militância na IV Internacional.<sup>73</sup>

Após desenvolver uma crítica ao fetichismo próprio aos sindicalistas, defendendo que os sindicatos não devem ter um programa político acabado (ao estilo de um partido político), que os sindicatos representam apenas uma parcela da classe, a mais qualificada e melhor remunerada, e que possuem uma tendência à conciliação com o regime democrático burguês, o “programa de transição” defende que em momentos agudos da luta de classes os partidários da IV Internacional devem lutar para criar “organizações *ad-hoc* que congreguem toda a massa em luta: os comitês de greve, os comitês de fábrica e, enfim, os soviets.”<sup>74</sup>, para concluir que

As seções da IV Internacional devem esforçar-se (...) não só em renovar o aparelho dos sindicatos (...), mas inclusive criar, (...) organizações de

<sup>71</sup> Cf. FAUSTO, Ruy. Trotski, a democracia e o totalitarismo (a partir do Trotsky de Pierre Broué). In: **Lua Nova**, SP, n. 62. p. 113-130, 2004. p. 116.

<sup>72</sup> Importante notar que quase nenhum dos grupos ligados ao movimento trotskista vai reivindicar-se desta concepção sobre os sindicatos, sendo inclusive difícil encontrar a edição de obras de Trotski em que estas idéias sejam defendidas.

<sup>73</sup> IV INTERNACIONAL. A agonia do capitalismo e as tarefas da IV internacional. In: LENIN, V. I. TROTSKI, Leon. **A questão do programa**. São Paulo: Kairós, 1979. p. 70-80.

<sup>74</sup> IV INTERNACIONAL. A agonia do capitalismo e as tarefas da IV internacional. In: LENIN, V. I. TROTSKI, Leon. **A questão do programa**. São Paulo: Kairós, 1979. p. 80.

combate autônomas (...) sem vacilar mesmo, caso seja necessário, em romper abertamente com o aparelho conservador dos sindicatos. Se é criminoso voltar as costas às organizações de massa para se contentar com facções sectárias, não é menos criminoso tolerar passivamente a subordinação do movimento revolucionário das massas ao controle de camarilhas burocráticas declaradamente reacionárias ou conservadoras disfarçadas (“progressistas”).<sup>75</sup>

A nascente IV Internacional, em sua fundação, no ano de 1938, operava com um esquema teórico que defendia a centralidade dos sindicatos, só superados quando da existência de organizações *ad-hoc*, que seriam mais abrangentes que os próprios sindicatos, e que poderiam inclusive prescindir deles – admitida neste caso a “ruptura” com o aparelho sindical -, caminhando em direção ao modelo russo de formação dos Soviets, como órgãos de representação de toda a classe operária.

### 3.2– A OSI, O SINDICATO E O PARTIDO

A OSI, frente ao problema da estrutura sindical brasileira, adotava uma posição de crítica contundente. Para os trotskistas, havia em curso uma crise resultante da contradição entre o desejo de independência do movimento operário e o atrelamento da estrutura sindical ao Estado. É o que se depreende da leitura do seguinte trecho de autoria do corpo editorial da Kairós Livraria e Editora<sup>76</sup>:

Somos contemporâneos de uma crise que coloca o movimento operário de vários países em contradição com os aparelhos sindicais, dominados quer pelo Estado, quer por direções políticas tradicionais e colaboracionistas. Tal movimento se encaminha no sentido da independência sindical, esbarrando-se com a existência de organismos burocratizados e dependentes. O maior ou menor grau de independência sindical depende da força social do movimento próprio dos trabalhadores. No Brasil de forma particular observam-se os mesmos impasses e dilemas que colocam, frente a frente, o movimento operário e o sindicalismo oficial de Estado.<sup>77</sup>

<sup>75</sup> IV Internacional. A agonia do capitalismo e as tarefas da IV internacional. In: LENIN, V. I. TROTSKI, Leon. **A questão do programa**. São Paulo: Kairós, 1979. p. 80-81.

<sup>76</sup> Tomamos aqui o texto da editora Kairós como manifestação da própria OSI, uma vez que a editora era divulgadora oficiosa da literatura trotskista e das posições da OSI. Sobre a Kairós e outras editoras de esquerda no contexto da abertura política ver o artigo de FLAMARION (2006).

<sup>77</sup> KAIRÓS LIVRARIA E EDITORA. Nota dos Editores. p. 14. In.: TROTSKY, Leon. **Escritos sobre sindicato**. São Paulo: Kairós, 1978.



Fazendo um ligeiro exercício retrospectivo, podemos encontrar as raízes desta crítica na própria história do trotskismo brasileiro, de luta contra a implantação do controle estatal nos sindicatos, materializada na resistência levada a cabo na União dos Trabalhadores Gráficos de São Paulo, a partir de 1931<sup>78</sup>. De 1931 até 1934, os trotskistas vão sustentar a proposta de formação de uma Central Sindical Independente, atuando por fora dos sindicatos oficiais, mas neste ano, frente a vitória governamental, que implanta definitivamente os “sindicatos oficiais”, optam por disputar estes sindicatos, formando oposições sindicais (Silva, s/d, 61).

No ano de 1979, a posição da OSI com relação a estrutura sindical é muito assemelhada àquela de 1931 a 1934, dos primeiros trotskistas brasileiros. A OSI caracterizava, em 1979, os sindicatos oficiais então existentes como “máquinas de corrupção e assistencialismo, montadas pelo Estado e controladas por ele”<sup>79</sup>.

Portanto, a sua concepção acerca dos sindicatos oficiais a levava a propor a ruptura total com esta estrutura, materializada na construção dos chamados sindicatos livres. Estes sindicatos livres seriam fundados paralelamente aos sindicatos oficiais, ou em categorias que não dispusessem de sindicato organizado. Nas palavras de uma professora de São Paulo, entrevistada pelo jornal “O Trabalho”, fica claro o exemplo prático da tarefa a que se propunha a OSI no que tange aos sindicatos: “... destruir a APEOESP<sup>80</sup> e sobre seus escombros construir o Sindicato Livre dos Trabalhadores em Educação.”<sup>81</sup>

Estes sindicatos seriam completamente desligados do aparelho estatal, a começar pelo não recebimento do imposto sindical, ou seja, do ponto de vista formal estariam à margem da lei. Foram exemplos de Sindicatos Livres, formados com o concurso dos militantes da OSI: o Sindicato Livre dos Operários da Construção Civil do Rio Grande do Sul, a União dos Trabalhadores da Educação de Minas Gerais, a Associação Livre dos Servidores Públicos de Belo Horizonte, a Associação Livre dos Funcionários do Hospital Santo Ângelo (Mogi da Cruzes, São Paulo) e o dos professores do estado do Pará<sup>82</sup>.

---

<sup>78</sup> Ano da primeira lei editada por Getúlio Vargas que dá início ao atrelamento dos sindicatos ao Estado, consolidada posteriormente com a CLT.

<sup>79</sup> “O Trabalho”, N.º 34 – 16/10/1979. p. 4.

<sup>80</sup> Associação de caráter sindical dos professores do estado de São Paulo.

<sup>81</sup> “O Trabalho”, N.º 35 – 23/10/1979. p. 12

<sup>82</sup> Aparentemente, de todos estes o único que prosperou e continua existindo até aos dias atuais é a UTE de MG, agora chamada de Sind-UTE-MG e que representa professores e funcionários das escolas públicas estaduais de Minas Gerais.

Como consequência desta iniciativa de construir Sindicatos Livres, a OSI vai também pugnar pela construção de uma central sindical coerente com este projeto. Em uma conjuntura em que não existem centrais sindicais, proibidas por lei, e em que os sindicalistas ligados ao “novo sindicalismo” começam a cogitar a idéia de uma Central Única dos Trabalhadores, a OSI defende a formação de uma Central Sindical Independente (CSI).

O apelo por uma reunião/conferência nacional para discutir a formação da CSI aparece pela primeira vez no Jornal “O Trabalho”, de 4 de setembro de 1979, sob a forma de um apelo do Sindicato Livre dos Operários da Construção Civil do Rio Grande do Sul.<sup>83</sup> A partir de então, a OSI vai se lançar com todas as suas forças na preparação desta conferência (que doravante ocupa um lugar destacado em seu jornal), dado que para a OSI estava estabelecida “a questão central na luta dos trabalhadores nos dias de hoje – a estrutura sindical.”<sup>84</sup>

Esta conferência teria como seus objetivos ajudar a resolver os seguintes problemas:

quebrar o bloqueio montado pelo aparelho sindical corporativista, controlado pela ditadura, impulsionando a marcha dos trabalhadores no caminho de sua independência de classe, seja pela construção de sindicatos livres, seja pela formação de uma Central Sindical Independente do Estado.

E em segundo lugar, essa I conferência acaba com as ambigüidades, por que permite que os trabalhadores questionem as justas declarações em nome da ‘autonomia sindical’, daqueles que dirigem os sindicatos oficiais...<sup>85</sup>

Observa-se, portanto, que para além de seus objetivos mais específicos, esta conferência cumpriria para a OSI o papel de delimitar as diferenças entre sua posição a respeito da estrutura sindical e aquela posição defendida pelo “novo sindicalismo”.

Esta diferença, na forma de combater a estrutura sindical vigente, fica patente, se temos em conta, que para a OSI tratava-se de destruir a estrutura vigente, por meio da fundação de sindicatos paralelos, os chamados Sindicatos Livres. No campo do “novo sindicalismo”, segundo Rodrigues (1990, 15),

<sup>83</sup> “O Trabalho”, N.º 31 – 04/09/1979. p. 4

<sup>84</sup> “O Trabalho”, N.º 38 – 13/11/1979. p. 6

<sup>85</sup> “O Trabalho”, N.º 34 – 16/10/1979. p. 4

nenhuma tentativa mais consistente de criação de sindicatos ou de associações 'paralelas' ou independentes do sistema corporativo foi empreendida pelas correntes mais 'autênticas' ou 'combativas': todo seu esforço foi no sentido de atenuar, ou se possível, eliminar a subordinação dos sindicatos ao Estado, mas não destruir o modelo.

Sobre a questão da reorganização partidária a OSI já alertava, em fins de 1978, pelas palavras de um de seus dirigentes, que

Intelectuais, setores da pequena burguesia, diversos estratos burgueses, líderes do governo e várias tendências do movimento sindical e operário têm-se manifestado sobre a necessidade de criação de "novos partidos". Até mesmo vários setores das classes dominantes têm defendido a possibilidade do surgimento de um "partido de trabalhadores". (Hardman, 1979, 18)

Qual foi então a posição adotada pela OSI, frente a este partido de composição operária e alicerçado nos sindicatos oficiais, que se desenhava no cenário político brasileiro?

Em seu jornal, em matéria intitulada "De quem é o PT", os trotskistas da OSI se perguntavam: "O que é um partido operário? O que é um partido sem pelegos e sem patrões?" Para, na sequência, teorizarem sobre a formação deste tipo de partido, dizendo que "em diversos países do mundo, os trabalhadores construíram seus partidos diretamente a partir de uma vanguarda internacional do proletariado, fosse a II internacional (social democrata), a III internacional (comunista), ou a IV internacional."<sup>86</sup>

Ou seja, na concepção da OSI um partido operário poderia nascer impulsionado por uma vanguarda organizada. Contudo, a OSI não avança na discussão acerca da aplicabilidade ou não desta hipótese ao PT. Por certo, os autores consideram relativamente óbvio que não tendo sido a própria OSI impulsionadora do PT, este não estava, portanto, sendo construído pela "vanguarda internacional do proletariado"<sup>87</sup>.

<sup>86</sup> "O Trabalho", N.º 37 – 2/11/1979. p. 3

<sup>87</sup> O termo "vanguarda internacional do proletariado", utilizado pela OSI neste contexto, certamente mereceria mais atenção, até por expressar as bases teóricas sobre as quais ela está organizada. No entanto, por questões de espaço, remetemos o leitor para as obras de Trotsky ou sobre o trotskismo, que constam na bibliografia, para maior aprofundamento.

Se este exemplo de formação de um partido operário não encaixava o PT, a OSI vai discutir uma segunda formulação, tomando como exemplo a formação do Labour Party inglês:

Até 1900, mais ou menos, os trabalhadores ingleses, que possuíam sindicatos próprios, construídos por seu movimento, controlados por eles e só por eles, costumavam votar num partido burguês – o partido liberal – (...). Quando a burguesia inglesa, afundando-se na crise que envolvia todo o imperialismo britânico, foi tornando-se cada vez mais incapaz de cumprir acordos, os trabalhadores se colocaram a necessidade de garantir uma representação própria no parlamento. Foi assim que a comissão de representação política dos sindicatos resolveu constituir o Labour.<sup>88</sup>

Caso mais assemelhado ao PT, e a OSI constatando que Lênin defendia a entrada de seus partidários ingleses no Labour, se fez a seguinte pergunta: “Por que Lênin defendia a entrada no Partido Trabalhista, mesmo sendo ele reformista?” Para oferecer a seguinte resposta:

Por que se tratava do partido da classe operária inglesa, que expressava a ruptura dos trabalhadores com a burguesia desde seu nível mais elementar – marcada por seus sindicatos independentes. Era o fato do Partido Trabalhista estar ligado diretamente a estes sindicatos – portanto, às lutas dos trabalhadores – que fazia dele um partido de classe.<sup>89</sup>

A formulação acima, a respeito do Labour, pode levar o leitor a enxergar nestas linhas a própria descrição do surgimento do PT. Mas para a OSI, a afirmação de que o Labour nasceu ligado aos sindicatos independentes encerra toda a dimensão de sua divergência com relação ao PT. É o que fica explicitado nos seguintes argumentos:

No Brasil é totalmente diferente. Em vez de sindicatos livres, o que existe no país é uma estrutura sindical atrelada ao Estado, instrumento da ditadura para bloquear a luta dos trabalhadores. É por isso, aliás, que **todas estas lutas** colocam em primeiro plano, a questão de sua organização independente no terreno sindical, (...) Apenas apoiado nesta base – da independência de classe – é que poderia ser construído um partido operário no Brasil.<sup>90</sup> (grifado no original)

<sup>88</sup> “O Trabalho”, N.º 37 – 2/11/1979. p. 3

<sup>89</sup> “O Trabalho”, N.º 37 – 2/11/1979. p. 3

<sup>90</sup> “O Trabalho”, N.º 37 – 2/11/1979. p. 3

Aqui se descortina o cerne da divergência da OSI em relação à natureza do PT, de onde decorre sua recusa em considerá-lo um partido operário. No centro deste argumento está a análise acerca da estrutura sindical brasileira. A OSI, por entender a estrutura sindical brasileira como corporativista e atrelada ao Estado, não podia admitir que desta mesma estrutura sindical nascesse um partido capaz de representar os interesses da classe operária. Fica clara agora a diferença estabelecida com o Labour Party inglês que, mesmo reformista, é fruto da articulação dos sindicatos independentes e por isso é reconhecido como um partido operário, enquanto que o PT fruto de um sindicalismo atrelado ao Estado, não pode ser reconhecido como tal.

Neste sentido também vão as conclusões outros autores para os quais a recusa da OSI em relação ao PT ocorreu pela organização “considerar que uma entidade política constituída a partir da iniciativa de sindicatos atrelados ao Estado (...) não poderia ser um verdadeiro partido operário”(Karepovs, Leal, 2007, 175).

Corroborar com esta conclusão o depoimento de Markus Sokol, dirigente da OSI à época, que em entrevista para Marta Harnecker, acerca dos motivos da recusa do PT pela OSI afirmou: “Qual era o esquema teórico? Sindicato independente, partido independente. Sindicato não independente, sindicato que tinha contato com a ditadura, não havia ruptura...”<sup>91</sup>.

No entanto, já a partir do início de 1980, a OSI começa a mudar sensivelmente seu discurso em relação ao PT. Em matéria sobre a reforma partidária, a OSI afirma que

Centenas de milhares de trabalhadores têm, hoje, uma preocupação: a de construir um partido seu, um partido operário (...). É este movimento que os trabalhadores realizam, rumo à sua independência no plano sindical e político, que está na origem do Partido dos Trabalhadores. Reunindo importantes lideranças sindicais em seu interior, o movimento pelo PT enfrentará, neste período, um ano decisivo na sua constituição (ou não) como um partido da classe operária. Este teste é o seguinte: Irá ele se dispor a organizar a luta do povo contra a ditadura? Irá o PT levar um combate efetivo pela construção de uma Central Sindical Independente do Estado? São estas as questões colocadas pela luta dos trabalhadores – e é a partir delas que se pode avançar na constituição de um partido operário.<sup>92</sup>

<sup>91</sup> SOKOL, Markus. Entrevista a Marta Harnecker. p.158-160. In.: HARNECKER, Marta. **O sonho era possível. A história do Partido dos Trabalhadores narrada por seus protagonistas**. Havana/São Paulo: MEPLA/Casa América Livre, 1994. p. 159.

<sup>92</sup> “O Trabalho” N° 48 - 12/02/1980. p. 03.

Como podemos ver, em um curto espaço de tempo, a OSI passou de uma postura de crítica feroz para uma nova caracterização do Partido dos Trabalhadores, vendo-o agora como originário de um sentimento de independência de classe, mas ainda com o caminho aberto, para ser ou não aquilo que definiam como um partido operário. Esboça um momento de expectativa, condicionada pela resposta do PT frente a luta contra a ditadura e o impulso pela construção de uma central sindical.

O Manifesto de Fundação do Partido dos Trabalhadores (de 10 de fevereiro de 1980) teve um impacto positivo na avaliação da OSI em relação ao PT, que via neste “muita ênfase à organização independente dos trabalhadores”<sup>93</sup>. E frente às críticas da grande imprensa ao tom “radical” do manifesto, a OSI adota um tom propositivo, aconselhando que “só pode caber aos articuladores do PT uma resposta inversa: avançar firme na construção de um partido de classe, instrumento que os trabalhadores e todo o povo brasileiro necessitam para derrubar a ditadura militar.”<sup>94</sup>

No contexto desta mudança de posição de crítica frontal para uma postura de expectativa e aconselhamento, sempre de fora para dentro do PT, o jornal “O Trabalho” publica duas páginas com uma entrevista de Leon Trotsky (de 1938), sobre a questão sindical, na tentativa de legitimar sua nova posição com o amparo das opiniões do fundador da IV Internacional. A entrevista, editada com inter-títulos como “Devemos mudar nosso programa, pois a situação objetiva mudou totalmente”<sup>95</sup>, é precedida de uma introdução que discute a situação e a gênese do PT. Nesta introdução o jornal “O Trabalho” afirma que “todo passo que for dado no sentido que leva a organização da classe operária como classe será um passo positivo...”<sup>96</sup>. Em relação a gênese do PT, identificou-a como fruto da consciência de classe despertada pelas greves de 1978 e 1979. E por fim manteve-se na linha de aconselhamento, afirmando:

As massas trabalhadoras esperam dele a preparação do combate geral contra a ditadura militar. Esperam que o PT ajude os trabalhadores a construir seus sindicatos independentes, a organizar suas greves, a lutar unitariamente contra os patrões. Somente assim o PT poderá se construir como um autêntico partido operário. Hoje, a articulação pró-PT vive seus momentos decisivos. Sofrendo pressões por todos os lados, mais uma vez, será a luta de classes a determinar sua natureza.<sup>97</sup>

<sup>93</sup> “O Trabalho” Nº 49 - 26/02/1980. p. 03.

<sup>94</sup> “O Trabalho” Nº 49 - 26/02/1980. p. 03.

<sup>95</sup> “O Trabalho” Nº 49 - 26/02/1980. p. 06

<sup>96</sup> “O Trabalho”, Nº 49 - 26/02/1980. p 06.

<sup>97</sup> “O Trabalho”, Nº 49 - 26/02/1980. p 06.

O jornal de número 50 (10/03/1980) da OSI é o primeiro a estampar em letras garrafais e centralizadas na capa a sigla PT, ao lado de duas chamadas: “A discussão do programa” e “a posição da Liberdade e Luta”, denotando uma busca de identificação com o nascente partido operário. No entanto, na matéria principal sobre o PT, o tom aconselhador é substituído pela polêmica em relação ao programa petista em gestação, consubstanciado no documento “Pontos para elaboração do programa”, de autoria da Comissão Nacional Provisória do Movimento Pró-PT.

As críticas da OSI ao documento são resumidas assim: “a) em nenhum momento se preocupa em definir o caráter de classe do PT; b) também não propõe que o PT assuma a luta contra a ditadura militar; c) finalmente, deixa de lado a luta pela reforma agrária e pela expulsão do imperialismo.”<sup>98</sup> A estas deficiências do documento, a OSI opõe a redação adotada pelo documento de 01/05/79, intitulado “PT: uma proposta de programa”, em que o mesmo grupo dirigente do PT apontava que “o PT recusa-se a aceitar em seu interior representantes das classes exploradoras. Vale dizer, o Partido dos Trabalhadores é um partido sem patrões!”<sup>99</sup>

No que se refere à Liberdade e Luta, na forma de uma entrevista com o estudante Josimar Melo, o jornal noticia a postura de expectativa da corrente estudantil quanto ao desenvolvimento do PT, ressaltando que esta não faz parte da legenda.

Quem toma a palavra para explicar a mudança de opinião da OSI em relação ao PT é seu dirigente Vito Letizia, entrevistado pelo jornal “O Trabalho” de 18 de março de 1980. Nesta entrevista o dirigente explica que

A OSI há bastante tempo se definiu por um partido operário (...) é natural que hoje nos coloquemos a favor da proposta de um “partido dos trabalhadores sem patrões”, segundo a fórmula dos articuladores do PT. Quando a OSI manifestou divergência em relação ao PT não foi por discordar do tipo de partido proposto, mas sim por não aceitar o método adotado na construção do mesmo por seus dirigentes. E isso é fácil de explicar e compreender: entendemos que é incoerente pretender que os trabalhadores alcancem sua independência política sem lutar, ao mesmo tempo, contra toda e qualquer submissão de seus organismos sindicais ao estado ou aos partidos da burguesia. (...) Independentemente de nossas divergências quanto ao método seguido pelos que estão levantando o PT como bandeira, colocamo-nos ao lado dos trabalhadores que depositam

<sup>98</sup> “O Trabalho”, Nº 50 - 10/03/1980. p.12.

<sup>99</sup> “O Trabalho”, Nº 50 - 10/03/1980. p.12.

suas esperanças nessa bandeira; noutros termos, não vamos propor aos trabalhadores que estão no PT que dele se retirem, mas vamos propor-lhes que lutem para que o PT assuma as lutas que o conjunto do operariado está travando contra a ditadura.<sup>100</sup>

O que transparece é que a questão sindical, que fazia com que a OSI acreditasse ser impossível surgir um partido operário com base nos sindicatos brasileiros, perdeu importância, já que independentemente deste “pecado original” o tipo de partido que está surgindo corresponde às expectativas da OSI, em especial na sua formulação classista de ser um “partido sem patrões”.

Esta mudança de posicionamento teve como marco a reunião do Comitê Central da OSI de 26 de janeiro de 1980, da qual resultou uma resolução política intitulada “A evolução da situação nacional: O PT e a intersindical”<sup>101</sup>.

Nesta resolução, a OSI afirma, em relação a sua linha anterior, que

é incorreto enveredar pela política de ataque aos articuladores do PT. Para a maioria dos trabalhadores não é evidente que todos os articuladores do PT estejam sustentando a ditadura. Além do mais, é errado supor que, caso os trabalhadores entrassem maciçamente no PT, a ditadura teria mais um pilar para sustenta-la.<sup>102</sup>

Também é um elemento da análise empreendida pelo Comitê Central o isolamento que a posição crítica ao PT estava levando a OSI, o que fica patente quando afirmam que “Dizer que nesse processo [de organização do PT] está sendo construído um novo pilar da ditadura seria fazer política de auto-isolamento.”<sup>103</sup> E também quando verificam a atratividade do PT sobre diversos outros setores da esquerda, afirmando que

os agrupamentos e dirigentes centristas (Ibrahim<sup>104</sup>, Conceição, oposições sindicais) afluem ao PT, bem como alguns “independentes” e grupos de origem pequeno-burguesa (MEP, AP em parte e outros) movidos pela pressão da base que busca uma organização partidária. Tais deslocamentos de posições políticas não tem outro motor senão a incessante procura da independência de classe pelo proletariado.<sup>105</sup>

<sup>100</sup> “O Trabalho”, Nº 52 - 18/03/1980. p. 3.

<sup>101</sup> Publicada na revista Luta de Classe Nº3 (jan/março de 1980)

<sup>102</sup> Luta de Classe Nº3 (jan/março de 1980) p. 10.

<sup>103</sup> Luta de Classe. Nº3 (jan/março de 1980) p. 10.

<sup>104</sup> O caso de Ibrahim é exemplar. Líder da greve de 1968 em Osasco, foi exilado. No exterior concedia regulares entrevistas ao Jornal “O Trabalho”, onde era colocado na posição de grande líder operário, ao mesmo tempo em que era objeto de uma intensa campanha do Jornal OT pelo seu retorno ao país. Com seu retorno após a anistia, Ibrahim imediatamente abraça a construção do PT, pelo que é duramente criticado pelo Jornal O Trabalho.

<sup>105</sup> Luta de Classe. Nº3 (jan/março de 1980) p. 11-12



E ainda mudaram por completo sua interpretação sobre o partido, afirmando que “o PT é uma resposta ao movimento do operariado no sentido de sua organização independente.”<sup>106</sup>. Com esta nova caracterização, os trotskistas da OSI esperavam “influenciar os militantes e, pelo menos, alguns dirigentes do PT, aos quais propomos uma plataforma de combate pela derrubada da ditadura”<sup>107</sup>.

Se a inovação desta resolução política é a completa mudança de perspectiva em relação ao PT, também não é neste momento que a OSI decidiu pelo ingresso de seus militantes no PT. Adotou uma política de pressão, aconselhamento e aproximação, marcada por uma tática de “ressaltar na plataforma proposta pelos articuladores do PT as convergências em relação ao nosso programa”<sup>108</sup>, bem como questionar o movimento em torno do PT sobre a necessidade de construir este partido no combate a ditadura, ao controle estatal nos sindicatos, e por uma assembléia constituinte soberana.

No plano sindical, a OSI mantém sua linha de criação de entidades “livres” e por uma Central Sindical Independente. Aliás, para a OSI o movimento de construção de sindicatos livres, e de construção do PT são faces da mesma moeda, quando afirmam que “Contra a ditadura, os trabalhadores constroem sindicatos livres. (...) Mas também contra a ditadura setores amplos afluem ao PT, procurando o partido operário independente que centralize sua luta.”<sup>109</sup> E por sua vez estes dois movimentos serão articulados na intervenção da OSI que se dispõe a “Chamar os articuladores do PT a (...) organizar sindicatos livres, esta é a orientação geral que exige, a cada passo, sua tradução correta.”<sup>110</sup>

No mês seguinte, uma Conferência Nacional<sup>111</sup> da OSI ratificou as posições do Comitê Central por unanimidade.<sup>112</sup> Estava operada a mudança de orientação em relação ao PT, contudo, sem integrar a OSI ao partido.

<sup>106</sup> Luta de Classe. N°3 (jan/março de 1980) p. 10.

<sup>107</sup> Luta de Classe. N°3 (jan/março de 1980) p. 13.

<sup>108</sup> Luta de Classe. N°3 (jan/março de 1980) p. 12.

<sup>109</sup> Luta de Classe. N°3 (jan/março de 1980) p. 12.

<sup>110</sup> Luta de Classe. N°3, jan/março de 1980, SP, p. 12.

<sup>111</sup> Na estrutura deliberativa da OSI a maior instância de decisão é o Congresso, que define a linha política e elege o Comitê Central. A Conferência Nacional é uma instância que reúne delegados, como o Congresso, pode definir a linha política relativa ao assunto para a qual foi convocada pelo CC, mas não tem o poder de eleger um novo Comitê Central.

<sup>112</sup> Segundo entrevista de Vito Letizia a “O Trabalho” N°52, 18/03/08. p. 3.

O IV Congresso da OSI, em agosto de 1980, vai concluir a virada iniciada na reunião de janeiro, tomando as seguintes resoluções: “(a) construir uma OSI de 2 mil militantes até o V Congresso; b) entrar no Partido dos Trabalhadores; c) Implantar a OSI na classe operária (...)”<sup>113</sup>. O caminho para tal resolução foi construído com a gradual mudança na linha sindical da Organização, que, com a ênfase que punha na destruição dos sindicatos oficiais e na construção de sindicatos livres, ainda representava um problema para compor um partido juntamente com os sindicalistas do novo sindicalismo, nascido nos sindicatos oficiais.

Esta mudança na linha sindical da OSI, do ponto de vista de seus motivadores, deve ser explicada de um ponto de vista multiangular. Primeiramente, a OSI colheu poucos resultados em sua tentativa de construir “sindicatos livres”. No encontro realizado em dezembro de 1979, apenas seis sindicatos livres se fizeram presentes<sup>114</sup>, e ainda em condições diferentes de representatividade frente a suas categorias profissionais.

Também deve ser levado em conta a fundação do Comitê Paritário. O Comitê Paritário fora uma organização internacional que entre novembro de 1979 e dezembro de 1981 reuniu, a nível internacional, os trotskistas seguidores de Lambert (no Brasil, a OSI) e os seguidores de Nahuel Moreno (no Brasil, a Convergência Socialista)<sup>115</sup>. No Brasil, foi formado um comitê de ligação entre as duas organizações, que juntas promoveram atos públicos em dezembro de 1979, abril e agosto de 1980, bem como chapas comuns para disputarem eleições no movimento estudantil. O objetivo final destas ações comuns era a futura unificação das duas organizações.

Longe de propor a fundação de sindicatos “livres”, a ação da Convergência Socialista primava pela aproximação com os líderes do “novo sindicalismo”, participando ativamente de momentos importantes para este movimento, como o congresso de Lins dos metalúrgicos paulistas em janeiro de 1979.<sup>116</sup> Assim, é impossível não notar que a aproximação das duas organizações, que começa nos

---

<sup>113</sup> Resolução Geral do IV Congresso da OSI, publicado na revista Luta de Classe nº 5. Out/Dez 1980. p. 13.

<sup>114</sup> Cf. “O Trabalho” Nº 43, 18/12/79, p. 6. O Encontro Nacional de Sindicatos Livres e por uma Central Sindical Independente foi convocado pela OSI.

<sup>115</sup> Vide item 1.2 desta dissertação.

<sup>116</sup> MENEGUELLO, Raquel. **PT – a formação de um partido (1979-1982)**. Rio de Janeiro; Paz e terra, 1989. p. 67 é uma das autoras a mencionar esta proximidade da CS, em especial com o Sindicato dos metalúrgicos de Santo André e seu presidente, Benedito Marcílio.

meses finais de 79 precedeu a paulatina mudança de posição da OSI em relação ao sindicalismo, que se finalizou em agosto de 1980.

Mas esta mudança também passou por um movimento concreto realizado pelas oposições sindicais paulistas. Em uma reunião, em outubro de 1979, estas organizações haviam lançado um apelo pela realização de um encontro de todos que fossem contra a estrutura sindical vigente.<sup>117</sup> Lembremos que as oposições sindicais eram mais politizadas e radicais que os dirigentes sindicais do Novo Sindicalismo em relação à estrutura sindical, mas também não compartilhavam da posição da OSI de construção de sindicatos livres. Como oposições sindicais, sua luta era para ganhar as direções dos sindicatos consideradas pelegas, e não para substituir a organização sindical vigente, mesmo que tivessem inúmeras críticas a elas.

A proposta de realização deste encontro foi abraçada pela OSI, que mobilizou toda sua força sindical para participar deste encontro com as oposições sindicais<sup>118</sup>. O encontro nacional foi precedido de encontros estaduais e, no principal deles, em São Paulo, dia 07 de junho de 1980, cinco propostas de teses a serem adotadas foram apresentadas, sendo uma delas proveniente da Comissão Nacional de Entidades Livres, através da qual a OSI defende a criação de sindicatos livres. O encontro de São Paulo foi considerado um sucesso pela OSI, pois teria reunido 160 delegados, representando quase mil trabalhadores em reuniões de base, isto, segundo o jornal O Trabalho, “apesar do boicote da Unidade Sindical<sup>119</sup>, e da omissão da maioria dos dirigentes do Partido dos Trabalhadores”<sup>120</sup>.

Do ponto de vista dos resultados políticos, o encontro tomou várias decisões<sup>121</sup>: propor ao encontro nacional a realização de um segundo encontro; propor a formação de uma coordenação permanente do encontro após a realização deste; a participação de todos no futuro Conclat<sup>122</sup>. Nenhuma resolução sobre criar sindicatos livres, paralelos aos sindicatos oficiais; mesmo assim, a OSI considerou o

<sup>117</sup> Cf. noticiado por “O Trabalho” N° 48, 12/02/80. p. 5.

<sup>118</sup> “O Trabalho” N° 58, 29/04/80, trazia a seguinte chamada em sua contracapa (p.12): “Todos ao Encontro Estadual contra a estrutura sindical”.

<sup>119</sup> Corrente do movimento sindical que envolvia os tradicionais sindicalistas “pelegos”, o PCB, PCdoB, MR-8, entre outros.

<sup>120</sup> “O Trabalho” N° 65, 17/06/80. p. 01.

<sup>121</sup> Cf. “O Trabalho” N° 65, 17/06/80. p. 6.

<sup>122</sup> O Conclat (Conferência Nacional das Classes Trabalhadoras) era ainda uma proposta de realização de um congresso que reunisse todo o movimento sindical brasileiro (sejam os “pelegos”, o novo sindicalismo, as oposições sindicais, etc), com o objetivo de construir uma central sindical.

encontro vitorioso.<sup>123</sup> Uma polêmica marcou o encontro em São Paulo: era ou não necessário realizar outro encontro no estado, para tentar, uma vez mais, atrair a participação dos grandes sindicatos envolvidos na construção do PT? A OSI, juntamente com a Oposição sindical dos metalúrgicos da capital, foi contra e a questão acabou indo a voto, com a derrota dos que queriam um novo encontro.<sup>124</sup>

Mas a polêmica sobre um novo encontro não se encerrou aí. No dia 22 de junho, uma reunião entre representantes da direção estadual do PT, do sindicato dos petroleiros de Campinas, e da Comissão Nacional de Sindicatos Livres (impulsionado pela OSI), entre outros, fechou posição pela realização de um novo encontro estadual, a partir de um apelo de Alípio Freire, do PT, que assumiu o compromisso de que os sindicalistas ligados ao partido participariam deste novo encontro. Com este compromisso, os impulsionadores do encontro (que tomara o nome de ENTOES – Encontro de Trabalhadores em Oposição a Estrutura Sindical) a partir de então passaram a organizar, lado a lado com os dirigentes do Novo Sindicalismo e do PT, um novo encontro estadual para o dia 31 de agosto, em São Bernardo do Campo.

Esta aproximação da OSI com os representantes do Novo Sindicalismo e do PT não pode ser compreendida senão pelo momento chave representado pela nova greve metalúrgica de abril de 1980. Lembremos que na greve do ano anterior, em março de 1979, os militantes da OSI chegaram a ser expulsos das assembléias no ABC paulista, quando vendiam seu jornal recheado de críticas à Lula e a outros futuros dirigentes do PT. Com a virada promovida pela reunião do Comitê Central, em 26 de janeiro de 1980, a OSI desenvolverá em seu jornal uma intensa campanha de apoio à greve, dedicando todas as capas de seu jornal, desde o número 52 (18/03/80) ao número 60 (13/05/80) ao acompanhamento da greve. Após a prisão de Lula, estampou o seu nome e/ou imagem em três edições seguidas, em intensa campanha pela sua libertação.<sup>125</sup>

No transcorrer da greve, a OSI participou ativamente dos comitês de apoio que se formaram, lado a lado com os sindicalistas de várias categorias, em sua

<sup>123</sup> A matéria central das páginas 6 e 7 de “O Trabalho” Nº 65, 17/06/80, trazia em letras garrafais, ocupando as duas páginas a chamada: “VITÓRIA: REALIZADO ENTOES – REGIONAL SP”.

<sup>124</sup> Cf. “O Trabalho” nº 65 de 17/06/80. p.6, a votação foi 73 pela manutenção do encontro e 36 por um novo encontro.

<sup>125</sup> Os títulos de capa, geralmente em letras garrafais eram: “Se não soltar o Lula SÃO PAULO VAI PARAR” (nº 59 de 06/05/80); “LIBERDADE” estampada sobre a figura de Lula, que ocupa toda a capa do jornal (nº 60 de 13/05/80) e “Queremos LULA LIVRE” (nº 61 de 19/05/80).

maioria já profundamente engajados na construção do PT. No entanto, durante a greve, a OSI ressaltava, através de seu jornal, a necessidade da presença do PT enquanto tal na greve, que constatava não estar ocorrendo, bem como propagandeava a necessidade de romper os vínculos do movimento sindical com o ministério do trabalho.

Em um balanço da greve, publicado na forma de editorial na edição de nº 61 (19/05/80), a OSI resalta que “a partir desta greve, a questão de se preparar a greve geral será sempre retomada pelas lutas dos trabalhadores”<sup>126</sup>, apontando ainda que “este é o fato mais importante quando se faz o balanço da greve de 41 dias do ABC”<sup>127</sup>. Longe, portanto, de discutir a necessidade de criar sindicatos livres, como apontavam as conclusões da greve de 1979.

Esta mudança de perspectiva em relação aos sindicatos aparece também na reunião do Comitê Central de 2 de maio de 1980, que reconhece:

A categoria [dos metalúrgicos], e sem dúvida setores decisivos do proletariado brasileiro, vêem na diretoria de Lula a legítima direção de um sindicato “livre” que a ditadura reprime através da intervenção e das prisões. Se do ponto de vista de Lula, sempre um burocrata produzido pela estrutura sindical na qual fez carreira, esta equação é uma falcatura, do ponto de vista dos trabalhadores trata-se de expressar o que entendem ser necessário: o sindicato de Lula, com ele a frente, livre do controle oficial, dirigindo seu combate até o fim, este é seu sindicato livre. A OSI, por seu lado, entendendo esta situação, tem de apoiar Lula enquanto dirigente do PT que dá passos na ruptura com a ditadura, mas também tem que criticar as vacilações e passos contrários (...) <sup>128</sup>

A mesma reunião do Comitê Central estabeleceu como lutas prioritárias da OSI “a preparação da greve geral (...) secundada pela consigna de Assembléia Constituinte (...)”<sup>129</sup>

Assim, em síntese, podemos atribuir a mudança de posição da OSI em direção à sua entrada no PT como produto da mudança progressiva na maneira como encarava os sindicatos existentes e na formulação da resposta que dava àquela configuração. E esta mudança, por sua vez, deve ser creditada, primeiramente, à greve de 1980, da qual a OSI foi participante ativa, pela primeira vez ao lado dos líderes do movimento; mas também foi importante o contato com as

<sup>126</sup> “O Trabalho” N°61, 19/05/80. p. 3

<sup>127</sup> “O Trabalho” N°61, 19/05/80. p. 3

<sup>128</sup> A greve no ABC e a situação nacional – resolução do Comitê Central da OSI de 2 de maio de 1980. Publicada pela revista Luta de Classe n°4 de maio/julho de 1980. p. 10.

<sup>129</sup> A greve no ABC e a situação nacional – resolução do Comitê Central da OSI de 2 de maio de 1980. Publicada pela revista Luta de Classe n°4 de maio/julho de 1980. p. 12.

oposições sindicais de São Paulo, e por seu intermédio com o próprio Novo Sindicalismo, no quadro do ENTOES; como também a atuação conjunta com a Convergência Socialista, no quadro do Comitê Paritário.

### 3.3 – A DS, O PARTIDO E O SINDICATO

O editorial do Em Tempo número zero, ao apresentar o nascente jornal afirmava que “Nosso jornal não surgiu apenas da força de vontade de um grupo de pessoas”<sup>130</sup>. O que talvez pudéssemos completar afirmando que nasceu da vontade política de alguns grupos de esquerda, como já vimos: MR8, Organização (grupo mineiro), o Movimento pela Emancipação do Proletariado; além de jornalistas independentes, militantes de esquerda, que logo veriam aportar ainda o grupo gaúcho da Tendência Socialista do MDB, bem como os ditos autonomistas (Marco Aurélio Garcia, Guido Mantega, etc.). Portanto, quando analisamos as posições da DS no que se referem ao partido e ao sindicato, temos em conta que estas posições tomam forma no embate com as posições de outros grupos, de forma mais acentuada do que no caso da OSI.

Assim, a questão do partido, de como posicionar-se frente a reorganização partidária em curso faz-se, para os grupos que precederam a DS e para a própria DS, no embate com as posições de outros grupos. Assim, começaremos a discutir a posição da DS sobre a questão apresentando aqueles que se confrontavam com ela no interior da frente jornalística em que estava mergulhada no “Em Tempo”.

Primeiramente, temos aqueles que talvez fossem o contraponto mais evidente, o MR8. Da organização que participara do sequestro do embaixador norte-americano em 1969 e aquela que ostentará o mesmo nome dez anos depois, poucas semelhanças programáticas podem ser encontradas<sup>131</sup>. O MR8 nasceu como uma daquelas inúmeras cisões a esquerda do PCB, durante a tumultuada década de 1960, em que militantes acreditando na necessidade de se lutar por uma revolução socialista abandonavam o pacato partidão e sua teoria da revolução por

<sup>130</sup> “Em Tempo” N°0, Nov. 1977, p. 1.

<sup>131</sup> Para uma discussão sobre a história do MR8 e a polêmica em relação ao grupo atual representar ou não a continuidade daquele que sequestrou o embaixador americano, deixamos indicado Silva s/d. p 108-112.

etapas, buscando o caminho da guerrilha urbana (ou rural) para tentar a derrubada da ditadura e a instauração do socialismo.

O MR8 que participa do Em Tempo faz uma leitura completamente diferente da realidade política. Para esta organização trata-se de lutar pelas liberdades democráticas. Não é mais o socialismo que está em questão e muito menos a luta armada é a estratégia adequada. Portanto o MR8 mantém-se no interior do MDB, buscando fortalecer o partido que, em sua opinião, deve unir todos os que estão contra a ditadura. Daí sua oposição a proposta de formação do PT, como já mencionado no capítulo 2.

O MEP, outra organização presente no Em Tempo, em especial controlando a editoria de cultura do periódico (Cf. Kusinski, 2003, 415). Esta organização, diferentemente do MR8, mantém a linha segundo a qual o que está na ordem do dia é a implantação do socialismo, em uma revolução que derrubaria a ditadura militar. Mas longe das influências foquistas/guevaristas, aposta na organização dos trabalhadores como meio para atingir estes objetivos. Veem o PT com simpatia, mesmo que se considerem a verdadeira vanguarda, e o PT como uma frente de grupos e movimentos, do qual é preciso participar. Segundo Ivan Valente (entrevista a HARNECKER, 1994, 151), dirigente do MEP à época, “Você tinha que ir a todas as reuniões do núcleo, do diretório, das instâncias de direção do PT. O pessoal ia e mantinha também as reuniões internas, de célula, etc., num primeiro momento, 79, 80;[...]”

Autonomistas, subfrente, grupo Debate, e uma série de jornalistas e intelectuais independentes completavam a composição política do Jornal no qual se gestará a DS. Difícil é definir a posição de cada grupo destes, se é que tivessem uma, de modo a poder contrastar com as dos outros grupos presentes. Mas, ao nos deparamos com os nomes de Bernardo Kusinski, Marco Aurélio Garcia, Guido Mantega, Chico de Oliveira, Tibério Canuto, dentre outros, temos claro que se tratava de grupos ou pessoas que rapidamente transitaram em direção a formação do PT, vários deles ocupando posições de destaque no nascente partido.

Neste cenário e dando respostas a estes embates é que se encontravam a Organização mineira e o grupo gaúcho que formariam a DS. O Jornal Em Tempo é fundado em maio de 1977. Temos então um primeiro período de embates sobre as questões em foco, que vai da fundação do Jornal e início da aproximação dos grupos gaúcho e mineiro que fundarão a DS, até o momento em que, em março de

1979, o MR8 rompe com o jornal e os grupos trotskistas podem assumir abertamente, pelas páginas do Em Tempo, a defesa das articulações do PT. Deste período em diante, passando pela própria formação da DS, em dezembro de 1979, o controle dos trotskistas se aprofunda e cada vez mais o Em Tempo toma a feição de um jornal porta-voz de uma única organização política.

O final de 1977 já está agitado com as articulações visando a formação de novos partidos, dada a sinalização do governo de que se extinguiria o bipartidarismo. É neste contexto que o Em Tempo apresenta as diversas posições no campo oposicionista em relação a estas articulações. Para o jornal existem dois grandes campos se articulando: de um lado os que querem relançar o trabalhismo, ressuscitando o PTB, e de outro aqueles que querem criar um Partido Socialista. Em relação ao PTB o Jornal não nutre expectativas, e informa que “Entre os trabalhistas (...) Uns preferem a ressurreição pura e simples das teses do antigo Partido Trabalhista Brasileiro, enquanto outros preferem dar-lhe uma roupagem nova, embora seu conteúdo seja o mesmo: o 'nacional populismo'.”<sup>132</sup>

Já em relação aos que falam em um partido socialista, o jornal identifica dois pólos: aqueles que querem formar um partido mais a “direita”, alinhado com a social-democracia europeia e aqueles que querem a “formação de um partido socialista mais à esquerda e desvinculado da social-democracia.”<sup>133</sup> E depois lista a posição de vários atores, nem sempre os nomeando, em relação a esta proposta: existiriam “correntes minoritárias de esquerda”<sup>134</sup> favoráveis a proposta, desde que o partido tivesse uma “forte base popular, que aponte para soluções socialista e que seja garantida a sua democracia interna”<sup>135</sup>; também é mencionada a posição de Alberto Goldman (Deputado estadual do MDB de SP, mas membro do PCB, que mantinha seus militantes filiados ao MDB), que propõe a “transformação do MDB de mera frente eleitoral em real frente política das oposições”<sup>136</sup>, ou seja, nem de perto trata-se de abandonar o MDB para construir qualquer tipo de partido.

Neste período inicial, em que as duas organizações que formarão a DS permanecem apartadas, destacamos a análise empreendida pelo grupo gaúcho, liderado por Raul Pont. Corria o ano de 1974 e o grupo gaúcho opta por ingressar no

<sup>132</sup> “Em Tempo”, Experimental dois, 22 de Dez. 1977, p. 1.

<sup>133</sup> “Em Tempo”, Experimental dois, 22 de Dez. 1977, p. 4.

<sup>134</sup> “Em Tempo”, Experimental dois, 22 de Dez. 1977, p. 4.

<sup>135</sup> “Em Tempo”, Experimental dois, 22 de Dez. 1977, p. 4.

<sup>136</sup> “Em Tempo”, Experimental dois, 22 de Dez. 1977, p. 4.



MDB. Seus militantes logo adquirem influência no setor jovem do partido e no Instituto de Estudos e Pesquisas Econômicas e Sociais (IEPES) ligado também a sigla. Para Angelo (2008, 66) o grupo decidira participar do MDB “com o objetivo de ter uma expressão pública legal para sua atuação”. A boa votação do MDB nas eleições daquele ano, e a eleição, inclusive, de um senador no Rio Grande do Sul contribuem para esta decisão (Angelo, 2008, 65). Além do que, se a participação no setor jovem do partido permitia a participação política de sua base estudantil, a participação no IEPES permitia manter em atividade aqueles que saíam da universidade.

Mas é quatro anos mais tarde, em 1978, que o grupo gaúcho lança um movimento interno ao MDB, chamado de Tendência Socialista do MDB. O manifesto de lançamento da tendência, de 23 de janeiro, alinha os seguintes pontos programáticos:

- 1- Luta pela liberdade de organização e expressão para qualquer partido político;
- 2- Extinção de todos os atos e decretos ditatoriais (...);
- 3- Anistia ampla e irrestrita (...);
- 4- Estatização de todos os serviços básicos da sociedade (...);
- 5- Estatização de todos os setores básicos da economia (...);
- 6- Solução para as questões agrárias conforme os interesses dos trabalhadores rurais (...);
- 7- Fim imediato da política salarial e reposição do poder aquisitivo dos assalariados, perdido nos últimos 13 anos. Garantia total do direito de greve e extinção da legislação trabalhista que atrela a organização sindical ao governo;
- 8- Controle da produção e participação dos trabalhadores, empregados e funcionários na gestão das empresas privadas e públicas;
- 9- Convocação, por conquista ou pressão popular, de uma assembléia constituinte que garanta as reivindicações acima citadas e estenda o voto universal e secreto aos analfabetos, soldados e marinheiros.<sup>137</sup>

Vemos aqui, portanto, que a formação da Tendência Socialista parece muito mais um movimento de saída do MDB do que outra tática qualquer, uma vez que o primeiro ponto programático refere-se a liberdade de organização partidária, que não era outra coisa senão a liberdade dos setores de dentro do MDB saírem deste e fundarem novos partidos.

Também podemos notar, na plataforma que cria a Tendência que esta se apresenta mesclando a luta pelas liberdades democráticas (itens 1, 2 e 3 do programa), com reivindicações de cunho anticapitalista, no sentido das

<sup>137</sup> “Em Tempo” N°2, 4 de Fev. 1978, p. 3.

reivindicações transitórias apontadas pelo programa de transição (itens 4, 5, 6, 8 e 9 do programa).

Do ponto de vista mais geral da reorganização partidária, o movimento empreendido pelo grupo gaúcho pode ser tomado como parte de um movimento mais amplo que já vislumbrava o fim do bipartidarismo. Por exemplo, alguns dias depois, em 28 de janeiro, seria lançado o Movimento Convergência Socialista, e em julho o Lula lançaria a idéia de formação do PT.

Mas se a formação da Tendência apontava para fora do MDB, está claro que este não seria um processo imediato, posto que o final do manifesto dava como tarefa

Que a tendência socialista do MDB defenda o seu programa nas próximas eleições parlamentares e participe da mesma com candidatos a deputados estaduais e federais e inclusive com um candidato ao Senado Federal em sublegenda.<sup>138</sup>

Assim, a Tendência Socialista do MDB se colocava como perspectiva a participação nas eleições de 1978, pelo MDB, com base na plataforma que elencara.

Mas se tiramos o grupo gaúcho do foco percebemos que mesmo o Jornal Em Tempo já manifesta uma linha que podemos tomar como muito próxima do pensamento dos grupos trotskistas que o compõe. Não nos escapa, entretanto, que estes grupos são bastante diversos neste momento inicial de aproximação. Enquanto o grupo gaúcho, recém chegado ao Em Tempo mantém-se no interior do MDB, o grupo mineiro, a mais tempo e mais influente no Jornal, está fora deste partido.

Esta mescla<sup>139</sup> aparece no editorial do mesmo jornal que anunciou a criação da Tendência Socialista do MDB. O editorial principia criticando a candidatura civil do senador Magalhães Pinto, que se insinuava, mesmo dentro das hostes arenistas, em contraposição ao General Figueiredo. Na seqüência o editorial critica ainda os ditos “autênticos” do MDB que estariam divididos e sem propostas, e afirmam que a “luta pelas liberdades democráticas tende a ser deslocada [...] para as mãos dos trabalhadores e demais camadas populares comprometidas com a alteração radical da sociedade”<sup>140</sup>. Mesmo pensamento expresso na passagem que diz que “a luta

<sup>138</sup> “Em Tempo” N°2, 4 de Fev. 1978, p. 3.

<sup>139</sup> Cotejada ainda, não podemos esquecer, com a presença do MR8 e do MEP no jornal.

<sup>140</sup> “Em Tempo” N°2, 4 de Fev. 1978, p. 3.

pelas liberdades democráticas põe em cheque tato o poder como o próprio caráter capitalista de nossa sociedade”<sup>141</sup>. Deste modo vemos que no que se refere ao fim da ditadura, a linha política do próprio jornal é defender o binômio liberdades democráticas e socialismo.

Mas no final do editorial é que a perspectiva do rompimento do bipartidarismo é tratado, revelando uma posição não só oposta às perspectivas de um dos grupos apoiadores do jornal – o MR8 – como levemente diferente do grupo gaúcho, na medida em que trata das características do que se imagina um novo partido de oposição. Estas características seriam:

Um futuro partido de oposição deve ter um programa que combine a luta pelas liberdades democráticas com a superação das contradições sociais e econômicas da atual sociedade; deve caracterizar-se muito mais como uma frente do que como um partido; deve ser compreendido como transitório; e finalmente deve ter uma ampla democracia interna, na qual esteja assegurada o direito de fração para que seu setor mais combativo não seja tragado como aconteceu com os autênticos do MDB.<sup>142</sup>

O primeiro semestre de 1978 é de continuidade da linha de proposição de constituição de um Partido Socialista. Os grupos trotskistas do Em Tempo defendem a ligação do socialismo com a defesa das liberdades democráticas, contra aqueles que querem a luta exclusiva pelas liberdade; defendem a formação de um Partido Socialista contra aqueles que pregam a construção de uma frente popular, o ressurgimento do PTB ou a simples permanência no MDB.

O debate acerca do PS é marcado também pela constante polêmica com o nascente movimento Convergência Socialista. Como já vimos (capítulo 1), a Convergência Socialista propõe a fundação de um Partido Socialista, no entanto, para o “Em Tempo” aparentemente a CS luta pela formação de “qualquer” PS, desprovido de conteúdo, o que valeu a advertência de que “Num mundo repleto de 'socialistas' que se propõe tão somente a 'harmonizar' a convivência do capital com o trabalho, semear ilusões significa juntar-se a eles, apesar das melhores intenções”<sup>143</sup>

Mas o ano de 1978 serrá marcado ainda pelas eleições legislativas para a câmara federal, senado e assembleias. E em maio o “Em Tempo”<sup>144</sup> já noticia a

<sup>141</sup> “Em Tempo” N°2, 4 de Fev. 1978, p. 3.

<sup>142</sup> “Em Tempo” N°2, 4 de Fev. 1978, p. 3.

<sup>143</sup> “Em Tempo” N°5, 20/03/1978, p. 11.

<sup>144</sup> “Em Tempo” N°12, 22/05/1978, p. 4.

formação de frentes eleitorais dentro do MDB, congregando os postulantes a “candidatos populares” no interior do partido oficial de oposição a ditadura. As eleições e a consequente formação da Frente Nacional de Redemocratização, que lança, através do MDB o General Euler Bentes à presidência da república, será o mote para outras tensões no Em Tempo.

A Tendência Socialista registra uma espécie de “apoio crítico” a Frente Nacional de Redemocratização e seu candidato, sem, contudo, deixar de propagandear a necessidade de formação do Partido Socialista<sup>145</sup>.

Em agosto as divergência em torno da linha dos trotskistas de apoio a construção de um Partido Socialista, e do MR8 e outros setores, de apoio a Frente Nacional de Redemocratização resultam em uma reunião do Conselho de Administração do Jornal, em que um pacto é firmado, pela defesa das duas linhas nas páginas do jornal (Cf Kusinski, 2003, 424). Nesta mesma reunião a editoria de cultura sofre uma intervenção, tendo sido retirada do controle do MEP, que passa a se afastar do “Em Tempo”, até fundar, em abril do ano seguinte seu próprio periódico.

Do ponto de vista sindical, o número inaugural do Em Tempo trás uma matéria analisando o descontentamento dos metalúrgicos do ABC provocado pela descoberta da fraude dos índices inflacionários de 1973 e 1974, intitulada “Reposição: a luta já pegou o breu”. A reportagem destaca o aumento da presença dos operários nas assembleias sindicais, e mais da metade do espaço é destinada a reproduzir declarações do presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo, o Lula, que segundo o próprio jornal já possui renome nacional. Mas o artigo se destaca mais pelo que não está escrito do que pelo que está escrito: nenhuma palavra sobre a estrutura sindical, a não ser as do próprio Lula, que afirma que “não é a antecipação salarial que deve fazer com que os operários esqueçam a causa muito maior: a liberdade sindical, a liberdade da própria classe trabalhadora”<sup>146</sup>.

No entanto o papel de Lula será debatido nas páginas do Em Tempo, retratando o debate que atravessava a esquerda, não só sobre os personagens da época, mas sobre o nascente “novo sindicalismo”. Este debate se principia com uma

<sup>145</sup> Como por exemplo na matéria intitulada “Gaúchos constroem tendência socialista” “Em Tempo” N° 2, 29/07/2010, p. 3.

<sup>146</sup> “Em Tempo” N° Zero, Nov. 1977, p. 4.

carta da sucursal mineira do Jornal, publicada na edição de 04 de fevereiro de 1978. Nesta missiva os dois signatários (Paula Regis Junqueira<sup>147</sup> e Paulo Cesar de Lara) protestam contra o tratamento concedido a Lula na reportagem, afirmando existe um tipo de dirigente sindical liberal, que possibilitam, de vez em quando o avanço da luta dos trabalhadores. Para eles, Lula seria um dirigente deste tipo, e completam afirmando que “durante a luta pela reposição salarial (...) sabe-se que sua prática foi, como a de outros dirigentes sindicais, desmobilizadora.”<sup>148</sup> O artigo conclui tentando demonstrar como as estratégias de Lula (negociação, dissídio), estão opostas ao que pregam as oposições sindicais (assembléias, mobilização).<sup>149</sup>

Já em março, quando o Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo e o de Santo André decidem não participar do dissídio coletivo na Delegacia Regional do Trabalho, optando pela negociação direta com os patrões, o “Em Tempo” aponta sua concordância<sup>150</sup>. Em maio não passa despercebido pelo jornal o início do levante operário, com as primeiras paralisações, espontâneas, de funcionários da Ford de São Bernardo<sup>151</sup>. Mas é com título “A grande greve do ABC”<sup>152</sup>, como chamada principal do jornal de 22 de maio que o “Em Tempo” entra de cabeça na cobertura do movimento grevista que se inaugura. No entanto, no calor da greve, a cobertura do “Em Tempo” não se apresenta, como a de “O Trabalho”, de maneira prescritiva. Pelo contrário, é dada voz a diversos participantes, em longas entrevistas, como por exemplo com Almir Pazzianoto, advogado do sindicato de São Bernardo<sup>153</sup>, com operários de fábricas ainda não em greve<sup>154</sup>, etc.

Mas a cobertura que o jornal dá para a greve vai se tornar objeto de disputa entre os grupos que compõe o Jornal, e a matéria “Reposição: a luta já pegou o breu” renderia mais debate, no interior da diretoria do “Em Tempo”. Segundo Kusinski foi consenso que a matéria

não subsidia a luta no sentido da organização independente dos trabalhadores na medida em que mantém uma visão legalista do processo

<sup>147</sup> Atualmente autora de literatura infantil.

<sup>148</sup> “Em Tempo” N°2, 04/02/1978, p. 11.

<sup>149</sup> Note-se que neste aspecto o “Em Tempo” é muito diferente do Jornal “O Trabalho”. No “Em Tempo” “Eram abertas as discussões de todas as divergências, as críticas eram assumidas e publicadas” (Kusinski, 2003, 410).

<sup>150</sup> “Em Tempo” N°5, 20/03/1978, p. 4.

<sup>151</sup> “Em Tempo” N°11, 15/05/1978, p. 1.

<sup>152</sup> “Em Tempo” N°12, 22/05/1978, p. 1.

<sup>153</sup> “Em Tempo” N°13, 29/05/1978, p. 5.

<sup>154</sup> “Em Tempo” N°12, 22/05/1978, p. 6.

dos trabalhadores. Procura-se ligar o sindicato a Lula ('o sindicato do Lula'). Não há visão crítica sobre a atuação do sindicato, há contradições de suas lideranças, o atrelamento do sindicato. Ao mistificar-se o Lula, entra-se pela mesma porta que a imprensa burguesa: a do puxa-saquismo e a do liberalismo. (Kusinski, 2003, 420)

Mesmo a entrevista com Pazzianoto será criticada. Mas publicamente o debate se concentra nas matérias, assinadas por Bernardo Kusinski, que seriam “amistosas” com a Frente Nacional de Redemocratização (FNR) e com a candidatura do General Euler Bentes<sup>155</sup>. Estas críticas aparecem publicamente nas páginas do próprio jornal, como de praxe, na forma de cartas, sendo uma da sucursal de Curitiba (controlada pelo MEP) e outra assinada por Luiz Nadai (que tinha ligações com o POC e que será um dos fundadores da Democracia Socialista)<sup>156</sup>. A polêmica persiste com a publicação de uma carta<sup>157</sup> de Tarso Genro, defendendo a FNR.

Após as polêmicas, o balanço da greve é apresentado, e depois de considerações sobre a importância do movimento, e apontamentos em relação a falta de organização representativa por local de trabalho, a conclusão é que “embora atrelados os Sindicatos de São Bernardo e Santo André desempenharam um importante papel nas greves”<sup>158</sup>. E ainda, em edições seguintes, a questão da estrutura sindical é atacada, mas sempre do ponto de vista do “novo sindicalismo”, em entrevistas com Olívio Dutra, Lula<sup>159</sup>, etc. Mas é pela boca do operário Antônio Flores, da oposição metalúrgica de SP que aparecem as propostas de formação de uma Central Sindical dos Trabalhadores, bem como é debatida a estrutura sindical, e a necessidade de sua reforma. E o entrevistado aponta que “Esse movimento sindical, atrelado como é, ainda tem um lado positivo no ABC, pois o sindicato ainda é o lugar em que dá para discutir os problemas da categoria.”<sup>160</sup>

No debate realizado na Convenção Estadual do Setor Jovem do MDB gaúcho fica claro o posicionamento da Tendência Socialista do MDB no debate político. Esta convenção, ocorrida no dia 16 de dezembro de 1979 (concomitante com a própria fundação da Democracia Socialista), concentra o debate sobre o rumo das

<sup>155</sup> Tratava-se das articulações que levariam o General Euler Bentes a concorrer nas eleições presidenciais indiretas de 1978 pelo MDB, contra o General Figueiredo, da ARENA.

<sup>156</sup> Intituladas “enxergando aliados no campo inimigo” e “não cabe a oposição entrar nesta frente” no “Em Tempo” N° 14, 05/06/1978, p. 11.

<sup>157</sup> “Em Tempo” N° 16, 19/06/1978, p. 11.

<sup>158</sup> “Em Tempo” N° 16, 19/06/1978, p. 3.

<sup>159</sup> “Em Tempo” N° 18, 03/07/1978, p. 6, 7.

<sup>160</sup> “Em Tempo” N° 19, 09/07/1978, p. 4, 5.

oposições no interior do MDB. O “Em Tempo”<sup>161</sup> informa que três posições se estabeleceram: o “Movimento Trabalhista”, a “Tendência Socialista” e a “Unidade Democrática”, sendo que o primeiro apontava para a constituição de um Partido trabalhista, o segundo para um “Partido Socialista”, e o terceiro para a continuidade do MDB como aglutinador de toda a oposição. Assim, podemos visualizar que, na fundação da DS, o grupo gaúcho permanece no interior do MDB, pugnando pela formação do Partido Socialista pelo qual já se bate a algum tempo.

Mas o debate no interior do “Em Tempo” evolui, e na edição de 29 de janeiro o debate acerca das estratégias da oposição explode nas páginas do periódico. Trata-se de um artigo de Tibério Canuto<sup>162</sup> intitulado “No Espaço Sideral do Socialismo”<sup>163</sup>, em que critica aqueles que tomaram a propaganda do socialismo como o corte principal de suas campanhas eleitorais, propondo a formação de um Partido Socialista. O artigo termia defendendo o fortalecimento da ala “autêntica” do MDB com vistas a enfrentar a ditadura e lutar pela democracia. A resposta vem na mesma edição, em um texto de João Antônio de Paula<sup>164</sup>, em que defende que a ascensão eleitoral do MDB é um problema, “porque ela significa manter a consolidação de um partido burguês e da as influência sobre as massas”<sup>165</sup>. O texto termina propondo a constituição de uma tendência socialista no MDB, “considerando-se a impossibilidade de uma articulação partidária própria neste momento”<sup>166</sup>. Outro que responderia o texto de Canuto será Geraldo Siqueira Filho, da APML e deputado estadual pelo MDB, que afirma que “defender o MDB e sua manutenção é (...) uma forma limitada e pouco honesta de intervir no debate sobre rearticulação partidária.”<sup>167</sup>

A sucursal de Paris do “Em Tempo” também se manifestou no debate, criticando a retomada pelo “Em Tempo” das teses etapistas da revolução brasileira, que separam a questão da democracia da luta pelo socialismo.<sup>168</sup>

<sup>161</sup> “Em Tempo” Nº 43, 21 de dezembro de 1979, p. 2.

<sup>162</sup> Canuto era um ex-militante da Ação Popular.

<sup>163</sup> “Em Tempo” Nº 44, 29 de janeiro de 1979, p. 6.

<sup>164</sup> Na época professor da UFMG, função que exerce até hoje. Não está claro se era militante do grupo trotskista mineiro, mas a posição que expressa no artigo pode ser interpretada como muito próxima.

<sup>165</sup> “Em Tempo” Nº 44, 29 de janeiro de 1979, p. 6.

<sup>166</sup> “Em Tempo” Nº 44, 29 de janeiro de 1979, p. 6.

<sup>167</sup> “Em Tempo” Nº 50, 8 de fevereiro de 1979, p.7.

<sup>168</sup> “Em Tempo” Nº 44, 29 de janeiro de 1979, p. 11.

A primeira matéria do “Em tempo” a tratar explicitamente da ideia de constituição do PT é assinada por Júlio de Grammont, vinculado ao ABCD Jornal, ligado a Ala Vermelha. Portanto, não se trata da posição dos trotskistas, mas a cobertura é em torno do congresso dos metalúrgicos do estado de São Paulo, realizado em Lins, no qual o sindicato de Santo André aprova uma resolução ela construção do PT, influenciado, como já vimos, pela Convergência Socialista. O cerne da matéria aponta os resultados contraditórios do congresso, que teria “conclusões muito contraditórias no que toca aos interesses dos trabalhadores”<sup>169</sup>

A posição da recém-fundada DS só aparece em fevereiro, em um artigo de análise da conjuntura partidária assinado pelo gaúcho Raul Pont. O autor faz um panorama do quadro da rearticulação partidária, apontando para a falta de perspectiva em permanecer no MDB, posto ser um partido da “ordem”; argumenta ainda que a rearticulação do PTB fará surgir “na melhor das hipóteses [...] um partido social-democrata”<sup>170</sup>. Os sindicalistas são lembrados com a menção de que o congresso metalúrgico recém realizado em Lins aprovara a criação do partido dos Trabalhadores. Ainda os articuladores do partido socialista, em especial os intelectuais, são lembrados, anotando o autor que alguns seguem para o PTB, enquanto outros permanecem no MDB, vacilando quanto a criar efetivamente o novo partido. O artigo termina por concluir que existe uma encruzilhada:

Ou construímos uma alternativa orgânica, socialista, que combine desde agora a ação parlamentar e o trabalho de bases, dentro e fora do MDB, e conjuntamente com os trabalhadores contribuímos para uma adjetivação ideológica de sua organização ou levaremos as massas ao um novo engodo pequeno burguês...<sup>171</sup>

Deste modo, a perspectiva da construção do partido Socialista, pela qual se batiam os trotskistas do “Em Tempo” já parece menos provável do que esta busca para influenciar o movimento dos trabalhadores que desponta no cenário nacional. E já no número seguinte<sup>172</sup>, uma entrevista com Lula e Benedito Marcílio, sobre o PT, é apresentada por Flávio Andrade, um dos fundadores da DS, onde a discussão sobre o socialismo ocupa o centro do debate, bem como a recusa do MDB e o distanciamento em relação aos reconhecidos pelegos do movimento sindical. Desta

<sup>169</sup> “Em Tempo” Nº 48, 25 de janeiro de 1979, p. 3.

<sup>170</sup> “Em Tempo” Nº 50, 08 de fevereiro de 1979, p. 8.

<sup>171</sup> “Em Tempo” Nº 50, 08 de fevereiro de 1979, p. 8.

<sup>172</sup> “Em Tempo” Nº 51, 15 de fevereiro de 1979, p. 7.



forma a DS procura colocar sua pauta em direção ao PT, buscando a definição ideológica dos seus proponentes, bem como o distanciamento do MDB e dos pelegos.

É a partir deste momento (entre fevereiro e março de 1979) que o “Em Tempo” fica sobre controle da Democracia Socialista. O MR8 tentará no fim de fevereiro aprovar a suspensão da publicação do jornal no Conselho Administrativo. Fazendo frente com Tibério Canuto a suspensão do jornal é aprovada. No entanto, os trotskistas não acatam a decisão, convocando uma assembleia dos acionistas do jornal (onde tem maioria), que no início de março consolida a cisão e coloca o “Em Tempo” sobre controle dos militantes da DS, “inaugurando um longo período em que se constitui no único veículo de venda em banca no Brasil que propugna o socialismo” (Kusinski, 2003, 427).

Com o “Em tempo” como porta voz da DS que o jornal vai efetuar a cobertura da greve metalúrgica de março de 1979, que mais uma vez agita o ABCD paulista.

Uma faixa erguida numa das assembléias metalúrgicas de São Bernardo do Campo dizia: “Primeiro Deus, segundo Lula, terceiro a União”. O operário que escreveu esta frase errou. [...] Lula estava disparado na frente de Deus ao exercer sua autoridade sobre a massa de milhares de grevistas [...] compreender esta situação e aceita-la como dado incontestável da realidade é meio caminho andado para se chegar ao centro da dinâmica dos dez primeiros dias de greve [...].<sup>173</sup>

O parágrafo acima dá noção do tom da matéria que faz a cobertura das assembleias sindicais. Apologético e descrevendo eventos de fora apoteótica, o “Em Tempo” nada na maré da popularidade de Lula. E nada na maré do novo sindicalismo também:

Nestes últimos 14 anos, o trabalhador passou a achar que o Sindicato não servia para nada – a não ser frequentar médico, dentista, advogado, etc. [...] Mas a partir das greves do ano passado, começou a voltar a idéia do Sindicato como um organismo em torno do qual se unir para lutar. Isso ficou muito claro neste ano, quando o Sindicato é que assumiu a greve e está encaminhando o movimento. Então passa a ser uma decorrência natural o trabalhador se aproximar da entidade.<sup>174</sup>

<sup>173</sup> “Em Tempo” N°56, 22/03/1979, p. 5.

<sup>174</sup> “Em Tempo” N°56, 22/03/1979, p. 6.

Passam-se quinze dias de greve, a direção do sindicato dos metalúrgicos de São Bernardo está cassada e uma nova assembleia, realizada em 12 de março decide “suspender” a greve por 45 dias, na tentativa de ver levantada a intervenção governamental. A polêmica decisão é assim apresentada pelo “Em Tempo”, na matéria intitulada “Trégua no ABC: a volta sem derrota”:

Mesmo não levando nada de concreto, material, a não ser o exemplo de combatividade que deram, o nível de aumento de consciência que certamente ocorreu e o desrecalque que a greve produziu como vingança coletiva à opressão de anos e anos, o moral parecia elevado. Em vez de desânimo, uma inexplicável euforia, um sabor de vitória incompreensível.<sup>175</sup>

Do lado das articulações partidárias os trotskistas do “Em Tempo” continuam acenando para o PT, aguardando “surgir alguma agremiação do tipo proposto pelos socialistas e pelos sindicalistas autênticos – popular (excluindo a burguesia), democrática internamente e apontando para o socialismo”<sup>176</sup>. Em maio o lançamento da carta de princípios do PT é coberta pelo jornal com a reprodução completa do documento nas páginas do “Em Tempo”<sup>177</sup>.

No ABC o dia 13 de maio significava o fim do prazo de trégua da greve metalúrgica. A diretoria, como já vimos, Lula a frente, propõe a não retomada da greve, mesmo com um acordo salarial muito abaixo dos índices reivindicados. O “Em Tempo” na matéria publicada sobre a questão reconhece a frustração dos operários, fala inclusive no desgaste do poder de liderança, inclusive de Lula, no descontentamento mesmo de parte significativa da categoria. No entanto, acabaram endossando a posição da liderança sindical, afirmando que

Os trabalhadores recuaram porque não podiam deixar de recuar (...). Conforme a opinião praticamente unânime mesmo daqueles que mantêm-se numa posição mais crítica à diretoria de São Bernardo, não havia outra alternativa. Faltava a infra-estrutura e a organização necessárias para poder não apenas deflagrar, mas manter e levar até o fim uma greve, quando se sabia que a repressão ocorrida em março pareceria brincadeira de cabra-cega diante da que viria agora, tanto para a massa, como parar as lideranças.<sup>178</sup>

Nos meses seguintes o “Em Tempo” segue acompanhando as articulações referentes a formação do PT, dando espaço em suas páginas para entrevistas e

<sup>175</sup> “Em Tempo” N° 57, 29/03/1979, p. 3.

<sup>176</sup> “Em Tempo” N° 56, 22/03/1979, p. 5.

<sup>177</sup> “Em Tempo” N° 62, 03/05/1979, p. 5.

<sup>178</sup> “Em Tempo” N° 64, 18/05/1979, p. 8.

artigos dos principais organizadores do PT, como o próprio Lula, Paulo Skromov, Olívio Dutra, Francisco Welffort, entre outros. Mesmo a cobertura do Encontro de São Bernardo (entre sindicalistas, “autênticos” do MDB e intelectuais), que visava discutir o reforço da ala autêntica do MDB ou a formação futura de um Partido Popular, é noticiada sem nenhum viés crítico. A formação de comissões pró-PT no Rio Grande do Sul e em Minas Gerais é acompanhada de perto, com longas matérias.

Em uma matéria que analisa o comportamento da esquerda organizada e relação ao PT, o autor<sup>179</sup> assim caracteriza o novo partido em formação:

Aquilo que a esquerda gastou anos discutindo – e ainda gasta em certas áreas – o caráter da revolução brasileira, democrático burguês ou socialista, os trabalhadores resolveram praticamente num gesto agora, quando de sua emergência em 1978. E a reivindicação de um partido dos trabalhadores não é senão a prova dos nove desta verdade. Os trabalhadores estão pleiteando uma organização política sem patrões, classista portanto, e que lute pelo socialismo.<sup>180</sup>

Os trotskistas da DS seguem o apoio ao PT, tendo sumido das páginas do “Em Tempo” a campanha pelo partido socialista, mesmo que se mantenham discussões sobre a formação do PTB (sempre em tom crítico), e mesmo sobre os rumos do MDB, que não viu sumir ainda, de seu interior, a Tendência Socialista, animada pelos militantes gaúchos da DS, que continua em atividade.

Aliás, a Tendência Socialista participará da convenção do MDB de Porto Alegre, em aliança com outros setores à esquerda, fazendo cerca de 30% dos votos da convenção. Mas segue a linha de apontar para fora deste partido, em matéria mais uma vez de Flávio Andrade, em que decreta que

as convenções com seus resultados e o desenvolvimento que vêm tendo propostas novas tipo PT poderão, talvez, pelo menos convencer a muitos iludidos de que o MDB, definitivamente, não tem conserto<sup>181</sup>.

E ainda, na convenção estadual do MDB do estado do Rio Grande do Sul a Tendência Socialista termina sua proclamação aos convencionais com a conclamação de que todos se unam “pela organização autônoma e independente

<sup>179</sup> Assina como F.A. devendo, provavelmente, se referir a Flávio Andrade, diretor presidente da editora que publica o “Em Tempo” e membro da DS.

<sup>180</sup> “Em Tempo” N° 75, 02/08/1979, p. 5.

<sup>181</sup> “Em Tempo” N° 79, 03/09/1979, p. 5.

dos trabalhadores, a organização do Partido dos Trabalhadores.”<sup>182</sup> E já no dia 21 de outubro de 1979, uma reunião do PT gaúcho escolhe uma nova direção provisória que inclui Raul Pont<sup>183</sup>, da DS e da Tendência Socialista do MDB, fazendo notar que mesmo ainda formalmente dentro do MDB os militantes gaúchos da DS já participam ativamente da construção do PT. O desenlace definitivo da relação da Tendência Socialista com o MDB se dá no final de novembro, quando sua Convenção Anual Ordinária decide pelo “total engajamento no Movimento pelo PT. Orientação que os núcleos da TS já vem desenvolvendo há vários meses.”<sup>184</sup>

O suporte ao PT é o tom principal do Jornal, que consagra tal orientação em outubro de 1979, com a manchete “O PT sai pras ruas”<sup>185</sup>, e como segunda matéria de capa “Veja como você pode entrar no Partido dos Trabalhadores”. A partir de então o Jornal dedica várias páginas em todas as suas edições a cobertura relativa ao PT.

No final de 1979 a DS analisa retrospectivamente a formação do PT, em matéria mais uma vez de Flávio Andrade, e aponta os desafios que vislumbra para o nascente partido: primeiramente a legalização sem descaracterizar-se e tornar-se um simples partido eleitoral; como lutar, no pano sindical contra o governo e os pelegos e ainda pela unidade do movimento; e finalmente um desafio programático, de conseguir “armar-se para ser capaz de oferecer uma alternativa global e estratégica capaz de disputar o espaço que se abre agora com o pluripartidarismo (...)”<sup>186</sup>

O “Em Tempo”, em fevereiro de 1980 comemorou, além da centésima edição, a fundação do PT. Com a matéria “Como fundar um partido de baixo para cima”<sup>187</sup> a DS aponta na reunião do Colégio Sion de 10 de fevereiro sua interpretação daquela reunião fundacional. A DS informa que o debate corrigiu imprecisões no manifesto e no programa do PT, em especial

O papel do parlamento como instrumento de transformação social e terreno de atuação do PT é relativizado em prol das formas diretas de representação e exercício do poder por parte dos trabalhadores. E a

<sup>182</sup> “Em Tempo” N° 86, 18/10/1979, p. 6.

<sup>183</sup> Segundo reportagem “Gaúchos no PT” publicada no “Em Tempo” N° 87, 25/10/1979, p. 5.

<sup>184</sup> “Em Tempo” N° 92, 29/11/1979, p. 3.

<sup>185</sup> “Em Tempo” N° 86, 18/10/1979, p. 1.

<sup>186</sup> “Em Tempo” N° 95, 20/12/1979, p. 16.

<sup>187</sup> “Em Tempo” N° 100, 21/02/1980, p. 2.

linguagem do texto é mais precisada com vistas a marcar de modo mais nítido o caráter classista do partido, seu compromisso com os explorados.<sup>188</sup>

Mas também é localizada uma investida da imprensa, que segundo o jornal tenta “queimar o PT”<sup>189</sup>, por conta da participação de grupos de esquerda no interior do Partido. O tom geral da cobertura relativa a fundação do PT é de crítica a uma certa postura tida como sectária, por parte de uma minoria (que critica os parlamentares e classifica o PT como “pequeno burguês”), assim como de alerta ao núcleo sindicalista do PT quanto a tentativa da imprensa indispor a esquerda organizada com o estante do partido.

No campo da disputa no interior da esquerda a DS vai dedicar um espaço para discutir a posição da OSI em relação ao PT, no Em Tempo de 06/03/1980<sup>190</sup>. Com o título “PT arrasta mais uma” o jornal faz a crítica da mudança de posição que a OSI vem praticando em relação ao PT, começando por criticar o que seria o papel exagerado que confere ao PCB no interior do PMDB, como mantenedor do pacto conservador da transição política brasileira, bem como considera a luta da OSI pelos sindicatos livres e a formação da Comissão de Entidades e da Pré-conferência que realizam, como uma espécie de “política-ficção”. Em suma o artigo considera que a OSI está mudando de posição para evitar o isolamento, bem como esta mudança ainda não é completa, posto que enxerga ainda o PT como uma manobra dos sindicalistas para salvar suas carreiras. Tal artigo dará ensejo a uma resposta da OSI, publicada pelo “Em Tempo”<sup>191</sup>, em que afirma que “corrige um erro político” com a mudança de orientação em relação ao PT, mas na qual recusa qualquer insinuação de oportunismo em relação ao PT.

Já as disputas no interior do PT também se acirram. A discussão sobre critérios para a eleição de delegados aos encontros do PT, em que a DS se opõe ao chamado “convidado”, que seria um delegado não eleito (maneira dos parlamentares poderem participar dos encontros partidários sem serem chancelados pelos militantes).<sup>192</sup> A ênfase ou não na participação eleitoral e parlamentar (sempre defendida pela DS, mas de modo conjugado com a luta social), a composição dos núcleos (com ênfase nos núcleos por local de trabalho, em oposição aos núcleos por

<sup>188</sup> “Em Tempo” N° 100, 21/02/1980, p. 2.

<sup>189</sup> “Em Tempo” N° 100, 21/02/1980, p. 3.

<sup>190</sup> “Em Tempo” N° 101, 06/03/1980, p. 17.

<sup>191</sup> “Em Tempo” N° 103, 03/04/1980, p. 23.

<sup>192</sup> É desse assunto que tratam duas matérias no “Em Tempo” N° 102, 03/03/1980, p. 2 e “Em Tempo” N° 101, 06/03/1980, p. 3.

local de moradia), serão outros aspectos da polêmica que se travará no interior do PT, tendo a DS como protagonista.

No encontro do PT do Rio Grande do Sul a DS faz aprovar uma proposta de programa, além de ganhar a posição referente ao “delegado convidado”, elegendo ainda Raul Pont para a direção estadual e como delegado ao encontro nacional.<sup>193</sup>

O Encontro nacional do partido, previsto para abril de 1980 é adiado, devido a campanha salarial dos metalúrgicos de São Bernardo, que mais uma vez chega ao impasse nas negociações e a decretação da greve em 30 de março. O Jornal da DS acompanhará mais esta greve esforçando-se para apoiá-la, e em maio faz um balanço parcial do movimento, apontando o que seriam as diretrizes defendidas pela organização frente a conjuntura grevista: uma pauta imediata, composta de “libertação dos presos, liberação dos locais para assembleias e a reabertura das negociações”<sup>194</sup>, e uma pauta mais de fundo, em que propõe a construção do PT e da CUT, como sustentáculos da unidade da classe, a bandeira da Assembleia Constituinte como saída para a situação política, e, ainda a greve geral como meio de enfrentamento ao governo.

Ao término da greve a DS volta a insistir na construção da CUT e na luta pela Assembleia Constituinte como fundamentais, voltando a destacar também a luta pela liberdade e autonomia sindicais. E é após o movimento grevista que a organização começará a acompanhar também a proposta do Encontro Nacional dos Trabalhadores em Oposição a Estrutura Sindical, tomado como a “possibilidade de criação de um pólo que aglutinará as oposições sindicais e sindicalistas combativos em sua luta comum”<sup>195</sup> Quando o Encontro Estadual de São Paulo se realiza, em 14 de junho de 1980, no entanto, o balanço da DS é muito negativo. Criticam a ausência dos sindicalistas do ABC, mas muito mais criticada é a decisão do Entoes de não realizar um novo encontro estadual, com vistas a aproximar os dirigentes sindicais do ABC, Lula em especial. Criticando a Comissão Nacional de Entidades Livres, impulsionada pela OSI, a DS acusa seus militantes de práticas golpistas, por terem posto a voto questões importantes no final do encontro, quando a plenária já estava esvaziada. Contudo, o “Em Tempo” 109, de 03 de julho já comemora o

---

<sup>193</sup> “Em Tempo” N° 104, 17/04/1980, p. 3, 4 e 5.

<sup>194</sup> “Em Tempo” N° 105, 01/05/1980, p. 12.

<sup>195</sup> “Em Tempo” N° 106, 15/05/1980, p. 10.

acordo realizado posteriormente para que possa acontecer um novo encontro, em que as lideranças do Novo Sindicalismo estarão engajadas.

A DS participou ativamente do primeiro Encontro Nacional do PT, em que foram debatidos o estatuto e o programa do novo partido. João Machado, dirigente da DS é que vai fazer o balanço do Encontro nas páginas do *Em Tempo*, identificando uma tensão entre dois campos, um que queria preservar as definições do manifesto e da plataforma política de maio de 1979, que resume como “Partido sem patrões, que luta por um governo dos trabalhadores, contra a exploração capitalista”<sup>196</sup>. E outro que quer abrandar estas definições. E mesmo que o citado dirigente considere que o “Programa aprovado é consideravelmente mais diluído”<sup>197</sup>, ainda assim o classismo característico do PT está garantido, tendo este conservado o caráter básico de sua proposta original. Por fim uma observação mais crítica em relação ao critério de composição das direções partidárias, que previa a composição da direção exclusivamente pela chapa que obtivesse 50% mais um dos votos, excluindo qualquer chapa minoritária de participar da direção.

Ainda ressoando os debates do Encontro nacional petista, Flávio Andrade, um dos fundadores da DS, ressalta a polêmica sobre se o PT deveria ser um partido de militantes ou de massa, um partido de classe ou uma frente? Na ironia da legenda de uma foto está contida a polêmica: “O plenário, do Encontro: todos queriam um PT de massas: mas de massa militante ou de massa de manobra?”<sup>198</sup> No texto do artigo, o autor não avança a polêmica, e aponta que este debate encerrou-se inconcluso no Encontro.

E as tensões entre DS e o setor majoritário do PT prosseguem, na disputa sobre os rumos do PT, suas características e definições. No entanto, diferentemente da OSI vemos a DS dedicar-se menos as discussões sobre as características do novo sindicalismo, ou mesmo a qualquer possibilidade de sindicatos paralelos.

Em suma, no que se refere ao sindicalismo, já notou ANGELO (2008, 100) que a DS era contra

o ‘abandono da luta dentro dos sindicatos oficiais’ e a ‘defesa de um sindicalismo paralelo’. Esse posicionamento aproximou os fundadores da DS de alguns dirigentes autênticos – como Lula -, críticos dos setores mais

<sup>196</sup> “Em Tempo” N° 107, 03/06/1980, p. 06.

<sup>197</sup> “Em Tempo” N° 107, 03/06/1980, p. 06.

<sup>198</sup> “Em Tempo” N° 108, 19/06/1980, p. 03.

radicais das oposições, que defendiam (...) algumas práticas consideradas paralelistas.

Desta forma, por fim, podemos considerar que a questão sindical teve também importância no estabelecimento da maneira como a DS caracterizava o PT, produzindo muito mais identidade com o novo partido.



## CAPÍTULO 4 – A CONSTRUÇÃO DO DISCURSO

Neste capítulo tentaremos demonstrar como a tradição, a composição social e o alinhamento internacional explicam a produção dos diferentes discursos que vimos confrontados no capítulo anterior.

Será o momento de resolver a hipótese, tentando demonstrar que por possuírem uma gênese diferente as organizações em análise produzem discursos diferentes. Trata-se de reconhecer que suas histórias, a maneira como foram formadas e as tradições das quais são herdeiras representam uma diretriz discursiva.

Também procuraremos demonstrar que as composições sociais diferentes de cada organização dão a elas lugares de fala distintos, que explicam a produção de discursos distintos.

Por fim, também o alinhamento internacional de cada organização, no xadrez do trotskismo internacional, representará a adesão a escolas de pensamento que trarão influência na maneira como estas organizações elaboram suas idéias sobre o Brasil.

Esquemáticamente tentaremos demonstrar que:

	OSI	DS
Composição social	Acentuadamente jovens	Nem tanto jovens
Gênese	Trotskismo tradicional	“Novos” trotskistas
Alinhamento internacional	Lambertismo	Mandelismo

Posições políticas:

Posição sobre o PT	Crítica	Adesão
Posição sobre o novo sindicalismo	Desconfiança	Apoio

Não imaginamos uma necessária relação de causa e efeito, que se reproduza como uma fórmula, a partir dos elementos que elencamos. Veremos inclusive que no caso em questão as coisas se operaram assim, mas que o elemento principal, a disputa simbólica, transpassa os elementos elencados na hipótese, e junta-se a eles, como retomaremos mais a frente.

#### 4.1 – TRADIÇÃO, GÊNESE E DISCURSO

Sustentamos que os dois grupos em questão representam tradições distintas no trotskismo brasileiro. Cada uma delas formou-se a partir de rupturas e reagrupamentos que carregaram para suas histórias características próprias, que ajudam a explicar as posições políticas e interpretações do mundo que sustentam.

Como já vimos, a OSI nasceu da fusão de grupos menores (Organização Marxista Brasileira e Organização Comunista 1º de maio), mas que possuíam em comum o fato de terem se desgarrado do Partido Operário Revolucionário, que era, até o momento daquelas rupturas, o único representante do trotskismo no Brasil. Assim, ruptura e continuidade marcavam indelévelmente a relação do nascente lambertismo brasileiro com o posadismo no qual fora gestado.

O posadismo era marcado por uma severa centralização (entendida aqui como comando rigoroso do conjunto da organização pela direção). Tal característica do posadismo fica patente nas manifestações de seu líder máximo, que cria um novo conceito, o de monolitismo, que é assim explicado:

Monolitismo significa uma única intenção, uma única vontade de ação, um único objetivo, um único programa, uma única política, e uma única organização (...). Submeter-se significa prover o centro de meios. Prover, prover e prover. Sejam militantes, sejam meios materiais, seja dinheiro, seja disposição intelectual e espiritual, sem resistência, e aplicar as resoluções da internacional (Posadas, apud LEAL, 2004, 147)

Desta forma, afirmar que a OSI trás consigo as marcas do trotskismo “tradicional”, é, na verdade, afirmar que trás aquele trotskismo tradicional no Brasil, ou seja, o posadismo. E esta forma de funcionamento, com fortes traços centralizadores, ficará registrada no texto em que o responsável do trabalho em juventude da OSI menciona como eram operadas as mudanças na linha política: “os ventos de Paris, contudo, interromperam este processo no meio”<sup>199</sup>, ou ainda “ao manipular este verdadeiro ‘pacote’, o setor continuava agindo com ‘segurança’ absoluta”<sup>200</sup>, denotando a centralização internacional a que estava submetida a OSI.

<sup>199</sup> Balanço do setor estudantil. “Jairo”. 29/01/1979. Fundo OSI do Cedem-Unesp. p. 1.

<sup>200</sup> Balanço do setor estudantil. “Jairo”. 29/01/1979. Fundo OSI do Cedem-Unesp. p. 2.

Em outro trecho é mencionada a “hiper centralização”<sup>201</sup>, aplicada sobre os militantes pelos dirigentes, e não pelos organismos.

Chama a atenção ainda, que nas várias atas do Comitê Central da OSI ou de seu Birô Político, invariavelmente existe um ponto de pauta relativo a alguma sanção (advertência, etc), o que mostra que se a centralização é rigorosa, também não são raras as insubordinações, que vão desde o não cumprimento das tarefas designadas, passando pelo consumo de drogas, até a expulsão “por (...) atitudes provocadoras que consubstanciam um quadro de ataque á OSI”<sup>202</sup>.

Já no caso da DS a relação com os métodos organizacionais é diferente. O comum são os relatos e textos reclamando da falta de estrutura orgânica da DS, do funcionamento irregular, da não centralização. É o que ressalta um documento interno, de 1983, em que está assentado:

Entre os inúmeros problemas que marcaram e marcam nossa existência julgamos importante ressaltar:

- 1) Debilidades de nossas definições programáticas e políticas (...).
- 2) A fragilidade da direção nacional, além de não contrarrestar uma inevitável tendência ao federatismo, a impediu até agora, de encaminhar a resolução destas questões e de jogar um papel mais ativo no acompanhamento das regionais e CRs (...).<sup>203</sup>

Ou ainda outro documento, que faz o balanço da DS em um dos principais estados em que está presente, o Rio Grande do Sul, onde está dito que a organização atravessa “uma situação contraditória, onde convivem lado a lado as enormes possibilidades existentes para a sua construção (...), e um processo contínuo de diluição política e organizativa”.<sup>204</sup> E ainda afirma, que por conta de seu engajamento na construção do PT “Quanto mais aprofundávamos a nossa inserção social, maior a dispersão, o rebaixamento da vida orgânica e da militância.”<sup>205</sup>

Trata-se, portanto, de outra tradição, ligada a mistura característica que deu origem à DS, que foi de organizações clandestinas, por vezes até mesmo guerrilheiras. Até setores oriundos do MDB.

<sup>201</sup> Balanço do setor estudantil. “Jairo”. 29/01/1979. Fundo OSI do Cedem-Unesp. p. 3.

<sup>202</sup> Ata da Reunião do Birô Político da OSI de 29/05/1980. Fundo OSI do Cedem-Unesp.

<sup>203</sup> Texto nº 1. 1983 (?) Fundo “Em Tempo” do Cedem-Unesp p. 1.

<sup>204</sup> Balanço e perspectivas de construção. CR1-RS. Fundo “Em Tempo” do Cedem-Unesp. p.1

<sup>205</sup> Balanço e perspectivas de construção. CR1-RS. Fundo “Em Tempo” do Cedem-Unesp. p.1



dados do levantamento feito pelo Projeto Brasil Nunca Mais, com base nos processos judiciais contra a esquerda na ditadura militar, para tentar traçar um quadro de sua composição social. O levantamento abarca um período imediatamente anterior ao que temos por objeto nesta dissertação, mas não temos motivos para julgar que o quadro tenha se alterado significativamente.

O quadro da composição social das organizações de esquerda indica uma predominância de trabalhadores intelectuais entre os mortos pelo regime militar (64%), entre os torturados (55,2%) e entre os denunciados (45%). Particularizando os estudantes, que são os que nos interessam, temos que são 38% dentre os mortos, 25% entre os torturados e 21% entre os denunciados. Tais dados indicam que, no geral, a esquerda brasileira possuía forte participação juvenil, sendo que o grupo dos estudantes é o maior grupo isolado dentro do levantamento.<sup>206</sup>

Descer até a composição social das organizações em questão não é tarefa fácil. Teremos que juntar cacos de informação, tentando constituir um retrato aproximado do que eram estas organizações, para balizarmos as conclusões que estamos propondo.

Do ponto de vista dos indícios da composição social, ao enfocarmos a Democracia Socialista, começamos por buscar nas organizações que a antecederam nossas pistas. Andreas Maia, em artigo no *Em Tempo*<sup>207</sup>, refazendo a memória de algumas organizações de esquerda aborda entre elas o Partido Operário Comunista, que é como já vimos, um dos antecessores da DS. E afirma que “Ao contrário da maioria das organizações de esquerda neste período, o POC esteve ausente do movimento estudantil”<sup>208</sup>, o que indica uma composição social mais envelhecida, de militantes de esquerda com um perfil mais voltado a outras frentes de intervenção. É o que o mesmo autor nos informa, quando diz que o “POC consegue impulsionar no movimento operário a ideia das Comissões de Fábrica”<sup>209</sup>. Dando a pista de que o POC estava presente em outros movimentos sociais (o que não signifique que tenha sido realmente influente neles)

---

<sup>206</sup> O quadro indica ainda que graduados com diploma superior seriam o segundo grupo mais numeroso. O terceiro grupo mais numeroso é o dos “trabalhadores manuais urbanos”

<sup>207</sup> “Em Tempo” N° 106, 15/05/1980, p. 19.

<sup>208</sup> “Em Tempo” N° 106, 15/05/1980, p. 19.

<sup>209</sup> “Em Tempo” N° 106, 15/05/1980, p. 19.

Um documento<sup>210</sup> da DS da Paraíba, de 1989, dá um quadro das ocupações dos 38 militantes do estado, que pode ser assim resumido:

<b>Profissão</b>	<b>Número absoluto</b>	<b>% sobre o total</b>
Professores	25	65,7%
Mestrandos	02	5,2%
Estudantes	04	7,8%
Engenheiro	01	2,6%
Téc. Processamento de dados	01	2,6%
Agricultor	01	2,6%
Comerciário	01	2,6%
Bancário	01	2,6%

Neste balanço é feito ainda um apanhado sobre a origem política destes militantes. Segundo o texto a DS na Paraíba surgiu de:

- “A) Militantes originários de outras organizações;
- B) Militantes originários apenas do movimento estudantil;
- C) Militantes originários do movimento sindical;
- D) Militantes originários do PT/sem referência nenhuma na esquerda;
- E) Militantes de esquerda, porém sem militância organizada.”<sup>211</sup>

Como podemos perceber, na DS paraibana, predominam os professores como ocupação social. Não podemos saber se a lista referente à origem política enumera do mais comum (A) ao mais raro (E), mas se assim for, teríamos o recrutamento em outras organizações de esquerda como predominante. O que é perfeitamente coerente com o que temos observado em relação a DS, no que se refere a sua formação vinculada às disputas no interior da esquerda, da qual o maior exemplo é a própria disputa pelos rumos e controle do “Em Tempo”, no qual teve que suplantear diversas outras organizações, e neste processo se constituiu como organização política.

Outro documento, intitulado “Texto n°2”, provavelmente de 1983, traça um panorama da implantação da DS no Estado de São Paulo, principalmente na capital e arredor. O objetivo do texto é demonstrar a necessidade da DS crescer

<sup>210</sup> Balanço da DS na Paraíba. 13 de Junho de 1989, Fundo “Em Tempo” do Cedem-Unesp.

<sup>211</sup> Balanço da DS na Paraíba. 13 de Junho de 1989, Fundo “Em Tempo” do Cedem-Unesp.

prioritariamente em São Paulo, centro econômico e social do país, para reverter uma característica de sua estrutura, que é a maior implantação no Rio Grande do Sul e em Minas Gerais, onde estão os núcleos fundadores da organização.

O texto mostra que a DS estava implantada em Diadema, São Bernardo, Americanópolis e região sul da capital, com um trabalho de bairros e no PT. Em Osasco a DS estava presente na categoria dos vidreiros, bancários, metalúrgicos e no PT. Tinham presença também em Carapicuíba e Taboão, no PT.

Do ponto de vista estritamente sindical, e sem mencionar a base geográfica, o texto ressalta as categorias de bancários, vidreiros e coureiros, com destaque para este último, que, segundo o texto “assume um papel particularmente importante por ser aí um lugar privilegiado para criarmos uma articulação classista e nossa”<sup>212</sup> Por fim a DS também está presente na USP (onde é a maior corrente petista) e participa do DCE da PUC.

Outra menção importante, no que se refere a composição social da DS é a indicada no documento “Balanço e perspectivas de construção”, assinado pelo CR1 da DS no Rio Grande do Sul, que revela haver um núcleo dirigente local (Juarez, Ramon e Osvaldo)<sup>213</sup>, formado “no período negro da ditadura militar”, o que nos leva a crer não se tratem dos típicos militantes universitários que vemos proliferar na OSI.

Já vimos também (cap. I), que a organização mineira que será uma das criadoras da DS fora criada por estudantes da Universidade Federal de Minas Gerais, da Universidade Federal de Juiz de Fora e da PUC-MG, na primeira metade dos anos 1970 (ANGELO, 2008, 62). No entanto, alguns de seus militantes já haviam passado pela Ação Popular, outros pelo Comando de Libertação Nacional (Colina) e outros pela Juventude Universitária Católica (KAREPOVS; LEAL, 2007, 162), demonstrando uma composição fora do Movimento Estudantil e recrutamento dentro de outras organizações de esquerda ou entre ex-militantes. Vimos também que a O. Possuía também ligações com a oposição metalúrgica de Belo Horizonte, principalmente através do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos de Minas Gerais, dirigido por um de seus militantes e do Centro de Estudos do Trabalho, onde também participavam (ANGELO, 2008, 62).

No que se refere a OSI, o depoimento de um de seus militantes é enfático. Perguntado se “nesse grupo havia mais militantes sindicais?”, ele responde que,

<sup>212</sup> Texto nº 2, 1983(?), Fundo “Em Tempo” do Cedem-Unes p. p. 6

<sup>213</sup> Provavelmente codinomes.

“Não, somente eu era ligado ao movimento sindical”<sup>214</sup>. O entrevistado refere-se a uma das organizações que dará origem a OSI, a Organização Comunista 1º de Maio. Como já vimos tinha sido esta uma dissidência do Partido Operário Revolucionário, em 1968, circunscrita principalmente a São Paulo, e que, portanto, será fornecedora de bom contingente dos militantes do centro político da OSI, na capital paulista.

Ainda sobre a atuação do Grupo 1º de Maio, SILVA (S/d) anotou que este adotou severas normas de segurança, que permitiram sua sobrevivência durante a ditadura, “conservando um trabalho no movimento estudantil, onde tinha uma atuação influente” (SILVA, S/D, 137)

Ainda um texto intitulado “Balanço do Setor Estudantil”, de 29/01/1979, de autoria de “Jairo” (membro do Comitê Central responsável pelo setor estudantil). O texto é destinado ao debate no interior da direção da OSI. No início do documento o redator informa que existem 40 militantes universitários em São Paulo, sendo divididos em duas células na USP e uma na PUC.<sup>215</sup> Um confronto com uma tabela de militantes encontrada no fundo OSI da Unesp, provavelmente de dezembro de 1979, indica que este número de militantes universitários deveria representar entre 35% a 40%<sup>216</sup> do total de militantes da capital paulista no momento em que “Jairo” redigiu este texto. Assim, o trabalho entre os universitários é definido no texto como “simplesmente nosso trabalho mais importante”<sup>217</sup>

Não temos dados aqui sobre o trabalho entre secundaristas, que seguramente é menor que o trabalho universitário, mas do qual não dispomos de dados seguros. Para efeitos de comparação, os bancários, que parece ser um setor sindical muito importante para a OSI, conta com 80 militantes em todo o Brasil em outubro de 1979, o que representa 14% do total de militantes.

Corroborando com esta avaliação da importância da corrente estudantil da OSI, Bernardo Kusinski afirma que: “No meio estudantil a fermentação é capitaneada pela nova corrente Liberdade e Luta (Libelu), trotskista e basista, fugaz, a que melhor soube captar esse estado de espírito de destampe da panela”

<sup>214</sup> Skromov, Paulo. Memória: Paulo Skromov. In.: Teoria e debate nº 63, julho/agosto de 2005.

<sup>215</sup> Balanço do setor estudantil. “Jairo”. 29/01/1979. Fundo OSI do Cedem-Unesp. p. 1.

<sup>216</sup> Para chegar a este número fizemos uma projeção com o número de militantes de 13/10/1979, na capital paulista, que é o dado mais próximo que dispomos para a capital paulista, disponível na tabela sem título que fornece número de militantes de 02/04/1979 até projeções para fevereiro de 1981, com diferentes informações, a depender do ano. Esta tabela consta do fundo OSI do Cedem-Unesp.

<sup>217</sup> Balanço do setor estudantil. “Jairo”. 29/01/1979. Fundo OSI do Cedem-Unesp. p. 1.



(KUSINSKI, 1982, 142). A Libelu toma fôlego com o ascenso do movimento estudantil em 1977, ganhando adeptos por sua postura radical de defesa da derrubada da ditadura militar, quando outros ainda hesitavam em levantar esta bandeira. A Libelu vai ser a porta de entrada de muitos jovens para a OSI (SILVA [198-], 178). Este relativo sucesso da Libelu<sup>218</sup> vai fazer com que a OSI tenha uma forte composição estudantil, em especial de jovens universitários.

#### 4.3 – AS “IVª INTERNACIONAIS” E OS DISCURSOS

A IV internacional como já vimos, em sua versão mandelista havia flertado com a guerrilha latino-americana. Como diz BENSAID (2008, 110)

Sob o impacto dos acontecimentos, a maioria do Congresso<sup>219</sup> está convencida de que a travessia do deserto foi bem terminada e de que soou enfim a hora da transformação de uma Internacional de propaganda num ‘partido de combate’.

O que abre diálogo do mandelismo com uma geração de militantes que optaram por pegar em armas no Brasil. Claro que, o momento de fundação da DS já viu este período de elogio à guerrilha refluir no Secretariado Unificado, que agora volta a apostar suas fichas em teorias mais convencionais de revolução, combinadas com o início da valorização das lutas específicas, em especial das mulheres.

Agora se tratava de uma “viragem para a indústria” (BENSAID, 2008, 110), que fazia com que o surgimento do PT se enquadrasse perfeitamente nessa nova visão da proeminência da classe operária. Fora o abandono da linha “guerrilheira” e da revolução colonial, que colocou o Secretariado Unificado em condições de dialogar com os setores que fizeram autocrítica deste período, mas também os posicionou para poder criar uma seção brasileira<sup>220</sup> alinhada com o PT e com o Novo Sindicalismo.

<sup>218</sup> A mística que se desenvolveu em torno da Libelu vai fazê-la inclusive tema de um poema de 1983, de Paulo Leminski: *Para a Liberdade e Luta / me enterrem com os trotskistas / na cova comum dos idealistas / onde jazem aqueles / que o poder não corrompeu / me enterrem com meu coração / na beira do rio / onde o joelho ferido / tocou a pedra da paixão.* (LEMINSKI Apud: LIMA, 2002).

<sup>219</sup> IX Congresso da IV Internacional, em 1969.

<sup>220</sup> Claro que sabemos que a DS não será oficialmente seção brasileira do SU tão cedo. Permanecerá como uma organização simpatizante durante anos, só formalizando sua adesão anos mais tarde. No entanto, não existem motivos para opor a orientação da Internacional e da DS. Não havia uma disputa

Já o lambertismo via a situação pelos olhos da formação de partidos operários independente, a partir de setores desgarrados tanto da social-democracia quanto do stalinismo, mas não via no sindicalismo latino-americano qualquer possibilidade de gestar estes sindicatos (a posição era a mesma, por exemplo, para a Argentina, o que levou a separação do Partido Obrero, como já vimos)

Para os seguidores de Lambert onde deveriam ser procurados então os atores das novas configurações partidárias que propunham? Segundo o que advogavam a social-democracia e o stalinismo ainda capitaneavam as ilusões dos trabalhadores, que não reconheciam senão estas direções “traidoras”<sup>221</sup> como suas. Para os lambertistas, que surgiram fazendo a crítica do mandelismo em sua integração aos PCs, tampouco adiantaria a simples denúncia destas direções para modificar a consciência dos trabalhadores.

Destas constatações surge a estratégia de buscar constituir partidos cujo eixo fosse a independência de classe, ou seja, em que definições programáticas mais acabadas seriam desnecessárias. Assim, buscava-se construir partidos que mantivessem distância tanto dos PCs quanto da social-democracia, com setores sociais que buscassem no campo político uma expressão independente.

Eram estas teorias que guiavam a OSI quando de sua recusa e posterior aceitação do PT, conforme já vimos.

---

entre duas organizações internacionais pela DS, mas apenas um processo mais lento de reconhecimento, por parte da organização, do trotskismo como referencial teórico e da IV Internacional como organização. Tal processo está descrito por ANGELO (2008).

<sup>221</sup> Traidoras como no sentido do programa de transição, conforme já vimos no capítulo I

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como já vimos, a disputa política é, antes de qualquer coisa, uma disputa simbólica, pelo “poder de fazer ver e fazer crer, de predizer e de prescrever, de dar a conhecer e de fazer reconhecer” (Bourdieu, 2007, 174). E a disputa que visualizamos nesta pesquisa, entre dois agrupamentos trotskistas, lutando entre si e com vários outros, por dominar o mercado das ideias políticas e atrair seguidores, é também relacional. Ou seja, DS e OT, em que pesem contarem com composições sociais diferentes, até mesmo com implantação espacial diferente, estão, no campo da política disputando o poder simbólico de enunciadores, no Brasil, do que se conhece como trotskismo.

A “cultura esotérica” (Bourdieu, 2007, 178) eivada de termos só compreensíveis pelos trotskistas (e ainda assim de compreensões distintas entre base e direção), como os “balanços e perspectivas”, a “construção do partido revolucionário”, “a política das direções”, dentre outros, cujo conteúdo e significado pode ser inclusive objeto de disputa, marca o discurso dos trotskistas, que exercitam muito pouco, nas páginas dos seus jornais, a diferença entre o discurso para os iniciados e para o grande público. A ausência mesma de um grande público pode ser aqui causa e efeito mesmo desta modalidade discursiva que não diferencia o iniciado do não iniciado.<sup>222</sup> As manifestações desta cultura esotérica, no que se refere a como encarar os sindicatos brasileiros, sobre o papel do Novo Sindicalismo, sobre a natureza e perspectivas do Partido dos Trabalhadores, estão expressando uma verdadeira disputa simbólica.

Se o objetivo dos jogadores do jogo político é a conquista do poder de fazer crer, ou seja o exercício do próprio poder, isto não se faz sem seguidores, que são conquistados pela homologia em relação ao discurso dos profissionais. Mas este discurso, como matéria-prima da disputa simbólica, está limitado, em termos de pluralidade (a possibilidade de existência de um discurso particular para cada agente político), pelo critério da eficácia em atrair seguidores. Assim, quanto mais seguidores um determinado discurso político obtém, maior o número de concorrentes próximos elimina. É isto que dá o fator de coesão aos partidos, e faz a

---

<sup>222</sup> O discurso esotérico é mais pronunciado para a OSI que para a DS.

distinção entre um simples movimento de ideias e um movimento político propriamente dito (Bourdieu, 2007, 183).

O movimento inverso, de não conquista de adeptos, identifica o que Bourdieu chama de seitas políticas, que, defensoras de um purismo intransigente, não se adaptam ao jogo político, e tendo poucos seguidores não se vem constrangidas pelo sucesso a manterem sua própria unidade, subdividindo-se em uma pluralidade de outras seitas, cada uma com seu discurso mais “puro” que a primeira. Assim, de certa forma, é a maneira como se configuram os discursos da OSI e da DS, uma mais (OSI), outra menos (DS), estão no campo das seitas, despreocupadas com a ineficácia da atração de seus discursos, e cada vez mais suscetíveis às divisões.

Assim, finalmente, como resolver a pergunta acerca dos motivadores dos diferentes discursos entre os trotskistas? Um primeiro elemento, o diferente recrutamento social, explica que uns tenham mais facilidade para manter uma organização centralizada, mais desligada da política “real” e, portanto, mais propensa a políticas mais extravagantes, como é o caso da OSI e sua recusa total dos sindicatos e do PT, já a DS, mesmo que não fuja grosso modo desta mesma caracterização, apresenta traços menos acentuados.

A gênese e formação destas organizações também explicam parcialmente a questão proposta. Mais plural na sua formação, menos carregada da “tradição” trotskista, a DS estava mais aberta para as novidades do cenário político, nomeadamente o surgimento do novo sindicalismo e do PT, do que a OSI, herdeira de uma tradição mais esquemática. Este aspecto só era reforçado pelo alinhamento internacional das duas organizações, que mantendo laços com o lambertismo e o mandelismo, traduziam suas orientações (aqui mais uma vez com distinção, a OSI era mais marcada por esta referência internacional do que a DS), para a luta política no Brasil, em especial para as disputas simbólicas no interior do campo trotskista.

Mas ainda, para compreender o trotskismo como movimento de ideias e político temos que levar em conta que o grande referencial do trotskismo é o próprio Trotsky e sua biografia, profundamente marcada pela disputa e dissidência. O Trotsky cultuado pelos trotskistas é mais o da revolução do que o homem de Estado. Secundado apenas pelo Trotsky anti-stalinista, ponta de lança da disputa intrapartidária. Esta é a raiz do *ethos* político do militante trotskista por excelência: a fé na revolução e a disputa política. Profunda fé que o leva a romper com o divergente. Polemista contra seus iguais. E estas conclusões não seriam completas

se olhássemos somente para as organizações trotskistas, e esquecêsemos-nos dos militantes trotskistas e sua configuração particular, da qual já demos elementos no capítulo 1.

Intellectual, rebelde, radical, fora dos padrões. Estes foram e são alguns dos adjetivos lançados aos os aderentes do trotskismo seja por detratores ou por defensores. Nadando contra a corrente, o militante trotskista representa e representou ao mesmo tempo o diferente no seio da esquerda, mas também constituiu um padrão alternativo de militância política.

O militante trotskista está incluso no rol daqueles que operam com a fé, a disciplina e a hierarquia, e são, portanto, militantes políticos, mas também possuem uma conjugação particular destes fatores, demonstrando uma relação diferenciada com a fé e o que defendem como verdadeiro, com uma “coerência” incomum, e por que não dizer inadequada, para os moldes de uma política baseada na eficiência. Os trotskistas defendem sua fé particular de um modo ancestral e primitivo, mesmo que recebendo como pagamento a derrota, o isolamento, a deficiência numérica, e a fragmentação de suas organizações.

Assim, diferenças de ênfase ou de natureza em relação aos aspectos apresentados são elementos constituintes da resposta à questão da multiplicidade de discursos. No entanto, o aspecto da disputa, o aspecto relacional, o fato de tratar-se de organizações que querem primar pela pureza de sua ideologia, acima da eficácia de sua ação, fazem necessariamente o aspecto relacional ganhar importância, demonstrando que entre os trotskistas, a disputa por ser “o trotskista”, no sentido de portar a melhor interpretação, a mais verdadeira, a partir dos textos canônicos, não é diferente das disputas do conjunto da esquerda, mas mais acentuado, dado o maior desligamento e isolamento a que estas organizações estão histórica, social e politicamente submetidas.

## REFERÊNCIAS

ALTHUSSER, Louis. **Lo que no puede durar em el Partido Comunista**. Madri: Siglo Vienteuno, 1978.

ANGELO, Vitor Amorim. **A trajetória da Democracia Socialista, da fundação ao PT**. São Carlos: EduFSCAR, 2008.

\_\_\_\_\_. **A trajetória da Democracia Socialista, da fundação ao PT**. Dissertação (mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2007.

ANTUNES, Ricardo. **Crise e poder**. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 1985.

ARAÚJO, Maria Paula Nascimento. **Memórias Estudantis. Da fundação da UNE aos nossos dias**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, Fundação Roberto Marinho, 2007.

\_\_\_\_\_. Por uma História da esquerda brasileira. In.: **Topoi**, Rio de Janeiro, dezembro 2002, pp. 333-353.

AZEVEDO, Ricardo. Memória: medo e Liberdade. In.: **Revista Teoria e Debate**, São Paulo, Julho/Agosto/Setembro de 1997, pp. 1-5. Disponível em <<http://www2.fpa.org.br/portal/modules/news/article.php?storyid=2942>> . Acesso em 06 de agosto de 2009.

BARROS, Alberto Luiz da Rocha. Dialética e teoria da ciência. In.: COGGIOLA, Osvaldo. (org.) **Marx e Engels na história**. São Paulo: Xamã, 1996. p. 365-370.

BASBAUM, Leôncio. **Uma vida em seis tempos: memórias**. São Paulo: Alfa-Omega, 1976.

BENSAID, Daniel. **Trotskismos**. Lisboa: Edições combate, 2008.

BIANCHI, Álvaro. Apresentação de um esboço bibliográfico: Trotsky em português. In.: **Cadernos AEL**. Nº 22/23, Campinas: AEL, Primeiro e segundo semestre de 2005. p. 223-410.

\_\_\_\_\_. O marxismo de Leon Trotski. Notas para uma reconstrução teórica. In.: **Idéias**, Campinas, n. 14. p. 57-99, 2007.

BOITO, Armando Jr. **O sindicalismo de Estado no Brasil: uma análise crítica da estrutura sindical**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1991.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Lisboa: Difel, 1989.

\_\_\_\_\_. **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

BRAIDA, Celso Reni. Apresentação. In.: SCHLEIERMACHER, Friedrich D. E. **Hermenêutica – arte e técnica de interpretar**. Petrópolis: Vozes, 1999. p. 7-22.

ARQUIDIOSECE DE SÃO PAULO. **Brasil: nunca mais**. Petrópolis: Vozes, 1985.

BROUE. Pierre. **O Partido Bolchevique: dos primeiros tempos à revolução de 1917**. Curitiba: Pão e Rosas, 2005.

CAMPOS. Alzira Lobo de Arruda. **“Tempos de viver”: Dissidentes comunistas em São Paulo (1931-1936)**. 381p. Tese (Livre Docência) – Universidade Estadual Paulista, Franca, 1998.

CAMPOS, José Roberto. **O que é trotskismo**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

CARELLI, Wagner. Eis o fascínio radical. **Isto é**. 25 de julho de 1979. pp. 10-14.

CASTRO. Ricardo Figueiredo de. **A oposição de esquerda brasileira (1928-1934). Teoria e práxis**. Dissertação (mestrado em História), Universidade Federal Fluminense, 1993.

CERDEIRA, Bernardo. **Breve história da corrente trotskista morenista no Brasil**. 2008. Disponível em: <[http://www.pstu.org.br/partido\\_materia.asp?id=9130&ida=58](http://www.pstu.org.br/partido_materia.asp?id=9130&ida=58)>. Acesso em 10 de outubro de 2009.

CODATO, Adriano; PERISSINOTTO, Renato Monseff. O Estado como Instituição. Uma leitura das obras históricas de Marx. In.: **Crítica marxista**, Campinas, n. 13. p. 9-28, 2001.

COGGIOLA, Osvaldo. O trotskismo no Brasil (1928-64). p. 239-270. In: MAZZEO, Antonio Carlos e LAGOA, Maria Izabel. (Orgs) **Corações Vermelhos: Os comunistas brasileiros no século XX**, São Paulo: Cortez, 2003.

COUTINHO, Carlos Nelson. O lugar do Manifesto na evolução da teoria política marxista. p. 43-66. In.: MARX, Karl; ENGELS, Frederick; COLTINHO, Nelson, [et. a]. **O Manifesto Comunista 150 anos depois**. Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998.

DEUTSCHER. Issac. **Trotsky: O profeta armado**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984a.

\_\_\_\_\_. **Trotsky: O profeta banido**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984b.

\_\_\_\_\_. **Trotsky: O profeta desarmado**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

DUVERGER, Maurice. **Os partidos políticos**. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.

ENGELS. Frederick. Prefácio à edição alemã de 1883. P. 23-24. In.: MARX, Karl; ENGELS, Frederick. **Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: Anita Garibaldi, 1989.

FALCON, Francisco. História e poder. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (orgs). **Domínios da história**. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

FARIA, Marcos de Moutta. **Partido Socialista ou Partido dos Trabalhadores? Contribuição a história do trotskismo no Brasil: A experiência do Movimento Convergência Socialista**. 2005. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

\_\_\_\_\_. Partido Socialista ou Partido dos Trabalhadores? Contribuição a história do trotskismo no Brasil: A experiência do Movimento Convergência Socialista. In.: **Diálogos**, Maringá, v. 9, n 2. p. 239-245, 2005.

FAUSTO, Ruy. Trotski, a democracia e o totalitarismo (a partir do Trotsky de Pierre Broué). In: **Lua Nova**, SP, n. 62. p. 113-130, 2004.

FERNANDES, Florestan. **A ditadura em questão**. 2ª ed. São Paulo: T.A. Queiroz, 1982.

FERREIRA, Pedro Roberto. O Brasil dos trotskistas (1930-1960). In.: **Cadernos AEL**. Nº 22/23, Campinas: AEL, Primeiro e segundo semestre de 2005. p. 11-53.

\_\_\_\_\_. **Os trotskistas (PSR) em 1946: Uma ultra-esquerda brasileira**. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1985. 175p.

FISHLOW, Albert. Uma história de dois presidentes: a economia política da gestão da crise. p. 137-197. In.: STEPAN, Alfred (Org.) **Democratizando o Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

FLAMARION, Maués. O momento oportuno: Kairós, uma editora de oposição. In: **História**, S.P., v. 25, n. 2 p. 115-146, 2006.

FONTES, Virgínia. O Manifesto Comunista e o pensamento histórico. p. 155-179. In.: MARX, Karl; ENGELS, Frederick; COLTINHO, Nelson, [et. al]. **O Manifesto Comunista 150 anos depois**. Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998.

FRANCO Jr, H. **As Cruzadas**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

FREIRE, Isa Maria. Informação; consciência possível; campo. Um exercício com construtos teóricos. **Ciência da Informação** - Vol 24, número 1, 1995.

GADDOTI, Moacir e PEREIRA, Otaviano. **Pra que PT**. São Paulo: Cortez, 1989.

GEISEL, Ernesto. Discursos, Vol I. Brasília: Assessoria de Imprensa da Presidência da República, 1974. Apud: SKIDMORE, Thomas. **Brasil: de Castelo a Tancredo**. 7ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.



GENRO, Tarso. O Estado e o Manifesto Comunista. p. 121-138. In.: MARX, Karl; ENGELS, Frederick; COLTINHO, Nelson, [et. al]. **O Manifesto Comunista 150 anos depois**. Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998.

GOODE Jr., Willian; HATT, Paul K. **Métodos em pesquisa social**. São Paulo: Companhia Editorial Nacional, 1969.

GOULART, Serge. Comunicado nº 1 de Serge Goulart. In.: **A Verdade**. São Paulo: Corrente O Trabalho, maio de 2006, pp. 82-86.

GUTIERREZ, Andrei da Cunha Guerreiro. **O trotskismo e o capitalismo neoliberal no Brasil: Democracia Socialista, PSTU e O Trabalho – uma análise das campanhas eleitorais de 1998 e 2002**. Dissertação (Mestrado em Ciência Política), Universidade Estadual de Campinas, 2004.

HADDAD, Fernando. **O sistema soviético**. São Paulo: Scritta, 1992.

HARNECKER, Marta. **O Sonho era possível: A história do Partido dos Trabalhadores narrada por seus protagonistas**. Havana/São Paulo: MEPLA/Casa América Livre, 1994.

HARDMAN, Francisco Foot. Prefácio: o que é um PS?. In: LENIN, V.I. **A falência da II Internacional**. São Paulo: Kairós, 1979.

JOHNSTONE, Monty. Um instrumento de tipo novo: o partido leninista de vanguarda. p. 13-43. In: HOBBSAWM, Eric J. **História do Marxismo. O marxismo na época da terceira internacional: da internacional comunista de 1919 às frentes populares**. V6. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1985.

KAISER, Jakzam. **Tempos heróicos**. Florianópolis: Letras Brasileiras, 2006.

KAREPOVS, Daines. Apresentação. In.: **Cadernos AEL**. Nº 22/23, Campinas: AEL, Primeiro e segundo semestre de 2005. p. 7-10.

\_\_\_\_\_. **Nos subterrâneos da luta (um estudo sobre a cisão no PCB em 1937-1938)**. 469p. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996.

\_\_\_\_\_. O Arquivo Edgard Leuenroth e a pesquisa sobre o trotskismo no Brasil. In.: **Cadernos AEL**. Nº 22/23, Campinas: AEL, Primeiro e segundo semestre de 2005. p. 263-284.

KAREPOVS, Dainis e LEAL, Murilo. Os trotskismos no Brasil: 1966-2000. p 153-234. In.: RIDENTI, Marcelo e REIS, Daniel Aarão (Orgs). **História do marxismo no Brasil**. V 6. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

KAREPOVS, Dainis e MARQUES Neto, José Castilho. Os trotskistas Brasileiros e suas Organizações Políticas: 1930-1966. p 109-166. In.: RIDENTI, Marcelo e REIS, Daniel Aarão (Orgs). **História do marxismo no Brasil**. V 5. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

KAREPOVS, Dainis e MARQUES Neto, José Castilho e LÖWY, Michel. Trotsky e o Brasil. In.: MORAES, João Quartim de (Org). **História do marxismo no Brasil**. V 2. Campinas, Editora da Unicamp, 1995.

KECK, Margaret. **PT, a lógica da diferença**. São Paulo: Ática, 1991.

KUCINSKI, Bernardo. **Abertura, a história de uma crise**. São Paulo: Editora Brasil Debates, 1982.

\_\_\_\_\_. **Jornalistas e revolucionários**. São Paulo: Edusp, 2003.

LAMOUNIER, Bolivar. O “Brasil autoritário” revisitado: o impacto das eleições sobre a abertura. p. 83-134. In.: STEPAN, Alfred (Org.) **Democratizando o Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

LAMONIER, Bolívar (Org). **De Geisel a Collor: o balanço da transição**. São Paulo: Editora Sumaré, 1990.

LEAL, Murilo. **À esquerda da esquerda. Trotskistas, comunistas e populistas no Brasil contemporâneo (1952-1966)**. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

LÊNIN, V.I. **O Estado e a revolução**. São Paulo: Global, 1987.

\_\_\_\_\_. **Que fazer?**. São Paulo: Hucitec, 1979.

LUFT. Celso Prado. **Minidicionário Luft**. São Paulo: Ática, 2000.

MANDEL, Ernest. **O lugar do marxismo na história**. São Paulo: Xamã, 2001.

MARIE, Jean-Jacques. **Os quinze primeiros anos da Quarta Internacional**. São Paulo: Palavra, 1981.

\_\_\_\_\_. **O Trotskismo**. São Paulo: Perspectiva, 1990.

MARQUES Neto. José Castilho. **Revolução solitária: Mário Pedrosa e as origens do trotskismo no Brasil (1926-1931)**. 1992. Tese (Doutorado em Filosofia) – Universidade de São Paulo, 1992.

\_\_\_\_\_. **Solidão revolucionária: Mário Pedrosa e as origens do trotskismo no Brasil**. São Paulo: Paz e terra, 1993.

MARX, Karl; ENGELS, Frederick. **Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: Anita Garibaldi, 1989.

MATEUCCI, Nicola. Trotskismo. In.: BOBBIO, Norberto; MATEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política**. Brasília: Editora Universidade de Brasília. 12ª Ed. 2004. p. 1260-1267.

MATHIAS, Kalil Suzeley. **Distensão no Brasil. O projeto militar (1973-1979)**. Campinas: Papirus, 1995.

MENEGUELLO, Raquel. **PT – a formação de um partido (1979-1982)**. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1989.

MIGUEL, Luis Felipe. Os meios de comunicação e a prática política. **Lua Nova** [online]. 2002, n.55-56, pp. 155-184.

MOLIN, Naiara Dal. **Sindicato e Estado no Brasil: o sindicalismo no período populista e o novo sindicalismo**. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

MORENO, Nahuel. **Ser trotskista hoy**. 1988. Disponível em <http://www.nahuelmoreno.org/pdf/sertrot.pdf>. Acessado em 10 de agosto de 2009.

OSAKABE, Haquira. **Argumentação e discurso político**. São Paulo: Kairós, 1979.

PÊCHEUX, Michel. **O discurso: estrutura ou acontecimento**. Campinas: Pontes, 2002.

PEREIRA Neto. Murilo Leal. **Outras histórias: Contribuição a história do trotskismo no Brasil, 1952-1966: o caso do POR**. São Paulo, 1997. 2 v. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia, letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, São Paulo, 1997.

PESSETI, Sírio. **Os limites do discurso**. Curitiba: Criar edições, 2002.

PONT, Raul. **A estrela necessária**. Porto Alegre: Veraz, 2002.

\_\_\_\_\_. **Breve história do PT**. Brasília: Câmara dos deputados, 1992.

REIS Filho, Daniel Aarão. O Manifesto e a revolução em 1948. P. 75-100. In.: MARX, Karl; ENGELS, Frederick; COLTINHO, Nelson, [et. a]. **O Manifesto Comunista 150 anos depois**. Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998.

REIS Filho, Daniel Aarão. **A revolução faltou ao encontro. Os comunistas no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1990.

RICOEUR, Paul. **Interpretação e ideologias**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1990.

RODRIGUES, Leôncio Martins. **Partidos e sindicatos. Escritos de sociologia política**. São Paulo: Ática, 1990.

RODRIGUES, Iram Jácome. **Sindicalismo e política: A trajetória da CUT**. São Paulo: Scritta, 1997.

\_\_\_\_\_. Igreja e movimento operário nas origens do novo sindicalismo no Brasil (1964-1978). **História: Questões & Debates**, Curitiba. N. 29, p. 11-24, 1998.

SADER, Emir. **A transição no Brasil**. São Paulo: Atual, 1990.

SARTORI, Giovanni. Da Sociologia da política à Sociologia Política. In: LIPSET, S. M. (Org.). **Política e Ciências Sociais**. Rio de Janeiro: Zahar, 1969.

SILVA, Angelo José da. **Comunistas e trotskistas: A crítica operária à revolução de 1930**. Curitiba: Moinho do Verbo, 2002.

\_\_\_\_\_. **A crítica operária à revolução de 1930: comunistas e trotskistas**. 1996. 174p. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1996.

\_\_\_\_\_. **A formação do militante anarquista. Primeiros movimentos para uma leitura distinta**. Tese (Doutorado em História), Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2003.

SILVA, Antonio Ozai da. **História das Tendências no Brasil (origens, cisões e propostas)**. 2ª ed. Revisada e ampliada, São Paulo: s. ed., s/d.

\_\_\_\_\_. **Os partidos, tendências e organizações marxistas no Brasil (1987-1994): permanências e descontinuidades**. Dissertação (Mestrado Ciências Sociais) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1998.

SILVA. José Otacílio da Silva. A Produção de discursos políticos na visão de Pierre Bourdieu. In.: **Tempo da Ciência** (12) 23 : 187-200, 1º semestre 2005.

SINGER, André. **O PT**. São Paulo: Publifolha, 2001.

SOARES, Gláucio Ary Dílson. *Et. al.* (orgs). **A volta aos quartéis: a memória militar sobre a abertura**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1995.

SOUZA. Nelson Rosário de. A esquerda militante: entre o engajamento pastoral e os revides locais. In.: **Revista de Sociologia e Política**. Nº 12, Curitiba: GEES-DECISO-UFPR, jun. 1999. p. 131-146.

SKIDMORE, Thomas E. A lenta via brasileira para a democratização: 1974-1985. p. 27-79. In.: STEPAN, Alfred (Org.) **Democratizando o Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. (a)

\_\_\_\_\_. **Brasil: de Castelo a Tancredo**. 7ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. (b)

TROTSKY, Leon. O Programa de Transição. P. 68-119. In: LENIN, Vladimir; TROTSKY, Leon. **A questão do programa**. São Paulo: Kairós, 1979.

\_\_\_\_\_. **A revolução de 1905**. São Paulo: Global, [19--].

\_\_\_\_\_. **A revolução permanente**. Lisboa: Antídoto, 1977.

\_\_\_\_\_. O testamento. In.: TROTSKI, Leon. **Diário do exílio**. São Paulo: Edições Populares. 1980. pp. 123-125.

WACQUANT, Loïc. **Corpo e Alma: Notas etnográficas de um aprendiz de boxe**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.

WACQUANT, Loïc. Esclarecer o habitus. **Revista Sociologia**, disponível em <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/255.pdf>, acessado em 16 de fevereiro de 2010.

WILSON. Edmund. **Rumo à Estação Finlândia**. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

VAINSMAN, Ester. A obra da juventude e da maturidade: ruptura ou continuidade? P. 13-22. In.: BOITO Jr., Armando; TOLEDO, Caio Navarro; [ET. AL], Orgs. **A obra teórica de Marx: atualidade, problemas e interpretações**. São Paulo: Xamã, 2000.

VALVERDE, Monclar Eduardo Góes de Lima. **Militância e poder**. Tese (Doutorado em História) Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1986.

## APÊNDICE I

### GLOSSÁRIO DE SIGLAS E NOMENCLATURAS ADOTADAS PELOS TROTSKISTAS BRASILEIROS DE 1930 A 2007

AJS	– Aliança da Juventude Socialista
CLTB	– Comitê de Ligação dos Trotskistas Brasileiros
CO	– Causa Operária
CS	– Convergência Socialista
CST	– Corrente Socialista dos Trabalhadores
EM	– Esquerda Marxista
FBT	– Fração Bolchevique Trotskista
FR	– Frente Revolucionária
Fração IV	– Fração IV Internacional
GCL	– Grupo Comunista Lênin
LBI	– Liga Bolchevique Internacionalista
LCI	– Liga Comunista Internacionalista
LO	– Liga Operária
LPS	– Luta pelo Socialismo
OC 1º de maio	– Organização Comunista 1º de maio
OMB	– Organização Marxista Brasileira
OMO	– Organização pela Mobilização Operária
ORM-DS	– Organização Revolucionária Marxista Democracia Socialista
ORT	– Organização Revolucionária dos Trabalhadores
OSI	– Organização Socialista Internacionalista
OT	– Corrente “O Trabalho”
Outubro	– Grupo Outubro
PCO	– Partido da Causa Operária
POL	– Partido Operário Leninista
POR	– Partido Operário Revolucionário
PP	– Ponto de Partida
PSR	– Partido Socialista Revolucionário
PST	– Partido Socialista dos Trabalhadores
PSTU	– Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado

## **APÊNDICE II**

### **CAPAS DE JORNAIS “O TRABALHO” E “EM TEMPO”**







# O TRABALHO

**O TRABALHO**

São Paulo, 13 de fevereiro de 1979 - Número 17 - Cr\$ 10,00

POR UM PARTIDO OPERÁRIO

## BANCÁRIOS VOLTAM ÀS URNAS PARA GARANTIR A VITÓRIA DA OPOSIÇÃO



Apesar de ganhar as eleições, a Oposição Bancária não levou. A legislação-CLT obriga a realização de uma segunda votação, por não ter sido atingida a maioria absoluta. Mas a categoria já demonstrou sua vontade em 46 urnas das 53 existentes. Foram 8.833 votos, contra 5.189 dados aos pelegos. Mais do que nunca, é hora dos bancários repetirem a dose e garantir que a Oposição Sindical assumirá o lugar que já conquistou.

## QUE PARTIDO É ESSE?



A luta dos residentes do N.S. de Lourdes (pag. 3)



Catástrofe e ecologia no Brasil (pag. 6)



O Congresso de Lins, o PT e as oposições sindicais (pags. 3, 4 e 5)

## A REVOLUÇÃO NO IRÃ





# O TRABALHO



São Paulo, 29 de maio a 11 de junho, N.º 24 — Cr\$ 10,00

**O TRABALHO**  
POR UM PARTIDO OPERÁRIO

**Nas escolas e nas ruas, contra a ditadura**

## A UNE VOLTOU

### EDITORIAL

Este é o primeiro ato concreto, o primeiro aperto de mão real e objetivo dirigido pelo povo ao estudantado brasileiro. O importante é que haja confiança recíproca para que vamos, juntos, encontrar novos caminhos». Esta frase, do Ministro da Educação Américo de Oliveira, foi pronunciada dias antes do Congresso de Reconstrução da UNE como parte do aparato teatral montado pelo regime militar, quando o general Figueiredo assinou a «revogação» dos decretos 477 e 228 para o Congresso Nacional.

Na verdade, o conjunto das Reformas de Figueiredo nada mais são do que máscaras maliciosas, destinadas a sufocar a questão central que se coloca hoje neste país: de onde emanam as forças capazes de instaurar e garantir a democracia? De Figueiredo, isto é, da própria ditadura militar?

O movimento grevista, que já mobilizou só neste ano mais de um milhão de trabalhadores, responde NAO. Sem pedir licença pra ninguém, milhares e milhares se colocam em movimento em busca de satisfação de suas reivindicações mais elementares, negadas por esses 15 anos de ditadura. São milhares que seguiram nesta via, afirmando praticamente que não existe nenhum processo de «democratização», «diálogo» ou de «abertura» em curso, mas sim um processo em que os trabalhadores impõem a sua vontade, mostrando claramente toda a fraqueza e traqueza do regime militar. As mobilizações estudantis que vinham ocorrendo de

forma mais intensa a partir de 1975 apenas prenunciavam essa irrupção dos trabalhadores, num movimento de conjunto contra a ditadura militar.

A UNE nasce e será alimentada por essa energia que agora começa a ser liberada. A UNE é assim um marco nessa luta. Independente do Estado, dos patrões e dos seus partidos. A UNE surge para defender os interesses materiais e morais de um setor da população explorada. Ela surge, assim, como o primeiro sindicato nacional livre do Brasil. E a sua própria existência é incompatível com a ditadura militar. Por isso mesmo, a ditadura militar estende sua mão».

Bastou os estudantes terem realizado a UNIDADE no combate à ditadura, reconstruindo a UNE, para que se iniciasse a aplicação das «reformas». Bastou que os trabalhadores expressassem o seu anseio por sindicatos livres, para que novas «reformas da CLT» atuassem centenas de dirigentes sindicais para convivência e sustentação do sindicato corporativista, atrelado ao Estado.

No interior da UNE certamente surgirá uma corrente que se comprometa com a luta consequente pela sua independência e democracia, pela luta contra o regime militar. Da mesma forma, são centenas os núcleos que combatem hoje nas Oposições Sindicais, nas Comissões de Fábricas, nos Comandos de Greves, pela construção de sindicatos livres neste país, pela construção da Central Sindical Independente, que a UNE hoje anuncia.

### O retorno de Zé Ibrahim



Foto: Maria Nogueira

**Itamaracá:  
Seis presos  
foram soltos.  
A campanha  
continua**

### Jornalistas em greve geral



Foto: João Carlos

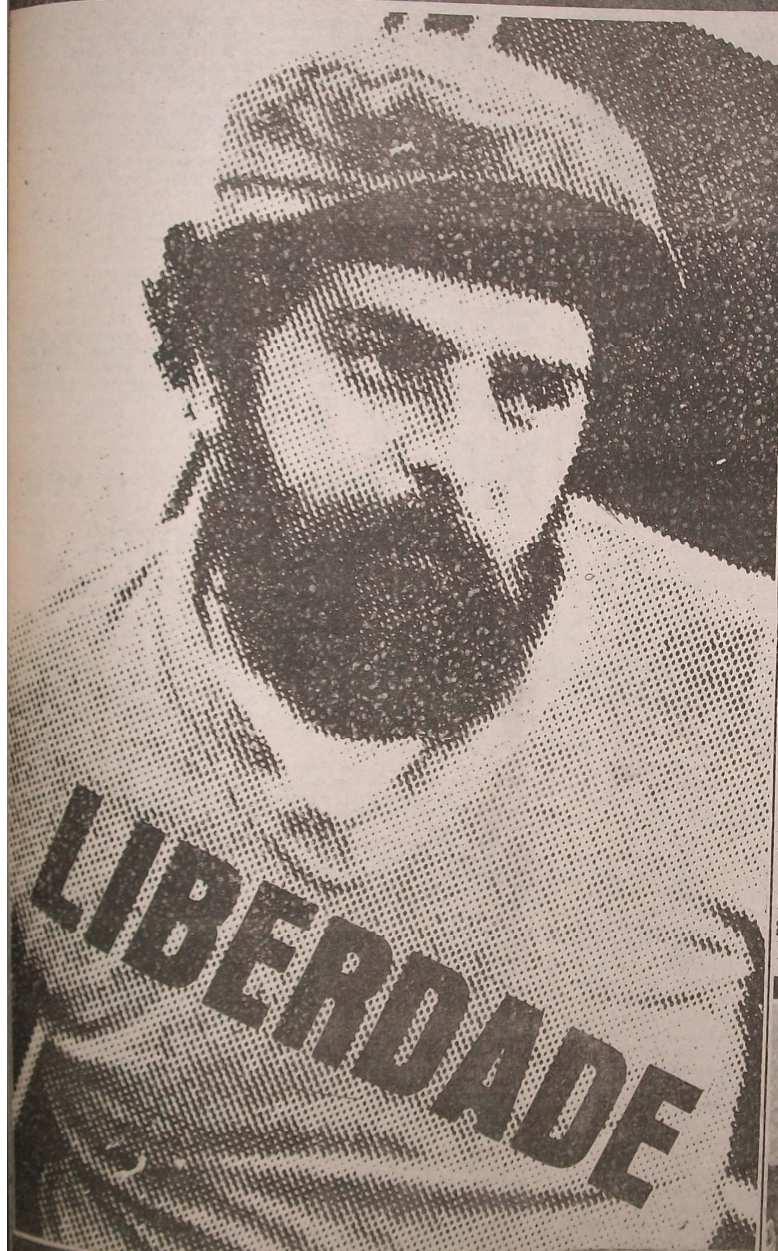
**Minas: a greve dos 55 mil professores**

**O I Encontro dos Servidores Públicos**



# O TRABALHO

*A emancipação dos trabalhadores será obra dos próprios trabalhadores*



A greve acabou. Mas, «a guerra continua», dizem os metalúrgicos de São Bernardo, após 41 dias de luta.

Agora, o que se trata é de combater pela imediata libertação de Lula e dos demais dirigentes sindicais presos, entre eles o metalúrgico de Santo André José Maria de Almeida (foto abaixo), que a ditadura mantém na cadeia sob o pretexto de que é militante da Convergência Socialista.

Nas fábricas, os trabalhadores preparam operações marcha-lenta e até sabotagem da produção para se defender das demissões.

Domingo, Lula e os sindicalistas presos encerraram a greve de fome

Págs. 3, 6 e 7.





# EM TEMPO

Quinzenário Nacional • Ano III • Nº 102 • 20/3 a 2 de abril de 1980. Cr\$ 25,00

EM TEMPO  
Cr\$ 25,00  
que quase um ano de  
congelamento do seu  
preço, TEM TEMPO  
é reajustado em 25%

1º de Abril: Ditadura vai ter indigestão no seu 16º aniversário

**Metalúrgicos do ABC decidiram repetir a dose do ano passado:**

Metalúrgicos de São Bernardo do Campo decidiram repetir a greve no Estádio de Jockey Club se as reivindicações não forem atendidas o ABC voltará a parar.

(Págs. 12 e 13)



A assembleia do dia 16 na Vila Euclides

**Veja também nesta edição:**

- Como participar dos Encontros do PT? (Pág. 2)
- Colômbia: o que são os guerrilheiros do M-19. (Pág. 21)
- Minas: médico torturador é expulso da Universidade. (Pág. 24)
- Estudantes e professores retomam suas lutas. (Págs. 8 e 16)

**Entrevistas exclusivas:**

Paulo Francis fala de tudo e de todos. (Págs. 18 e 19)

Paulo Schilling: a ditadura, o imperialismo e Flávia (Pág. 5)

Santos, 16 anos depois do golpe militar:

**Portuários voltam à greve**



Portuários decidem continuar a greve

(Pág. 11)



# EM TEMPO:

Semanário Nacional — Ano II — Cr\$ 20,00 — 3/8 à 5 de Setembro de 1979 — Nº 75

Os donos do baralho vencem as Convenções:



## O MDB não tem conserto

Pág. 5

1960/64

## PC começa a rachar

(Surge a POLOP e a AP.  
Do PC sai o PC do B)

Contribuição à História  
da Esquerda Brasileira  
págs. 12 e 13

## Flávio Koutzii

(A primeira grande entrevista do brasileiro  
que ficou quatro anos preso na Argentina)  
Págs. 14 e 16

## Campanhas salariais

Págs. 8, 9 e 10

E mais:

## Mulher metalúrgica

Pág. 7

**Economia** (pág. 6)

**e Cultura** (pág. 11)



**Adesão de  
o Trabalho ao PT**  
Pág. 8


# ABALHO

*A emancipação dos trabalhadores será obra dos próprios trabalhadores*

**DIA 26, SÃO PAULO**  
Contra o terror e a repressão.

**TODOS AO ATO  
DE SÃO  
BERNARDO**

Págs. 6 e 7



**Metalúrgicos - Contra o pelego e os patrões**

## PREPARAR A GREVE

Pág. 5



# EM TEMPO:

Quinzenário Nacional • Ano III • nº 104 • 17 a 23 de abril de 1980

Por motivos de ordem técnica, na gráfica, esta edição do EM TEMPO está saindo sem sua tradicional cor vermelha.

## LULA NÃO BLEFOU

### CONTINUA A GREVE

No jogo com os patrões,  
140 mil metalúrgicos  
parados desde o dia 1º

(Págs. 12, 13 e 14)

Hélio Campos



**Racha no Partidão  
se aprofunda  
Em São Paulo  
já há duas direções**  
(Págs. 6 e 7)

**Um ano da abertura:  
Mais de 25 atentados  
terroristas impunes**  
(Pág. 24)

**O protesto dos  
homossexuais**  
Realizado em São Paulo o I Encontro  
Nacional de Homossexuais  
(Págs. 18 e 19)



Oposição na CNTI:  
Os trabalhadores exigem  
Anistia e Constituinte.

(Pág. 4)

# EM TEMPO:

SEMANÁRIO NACIONAL — Cr\$ 10,00 — NÚMERO 23 — 7/13 DE AGOSTO DE 1978

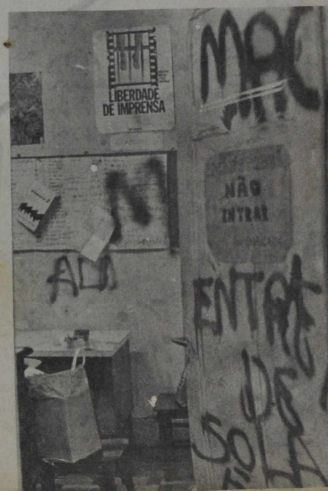
**ATENTADOS E SAQUES EM CURITIBA E BELO HORIZONTE:**

## TERROR DE DIREITA CONTINUA IMPUNE



Uma semana depois que os comandos terroristas de extrema direita GAC e MAC arrombaram e saquearam a sucursal de EM TEMPO, em Belo Horizonte, o governo não tomou ainda nenhuma iniciativa para apurar os episódios e punir os responsáveis. O atentado ocorreu três dias após a invasão da sucursal de Curitiba, onde o CCC identificou-se como "Ala Os 233", numa referência direta ao listão de policiais e militares acusados como torturadores por presos políticos, que este semanário divulgou. Em Minas, os organismos para-militares perseguem constantemente o Movimento Estudantil e o Movimento Feminino pela Anistia, com espancamento, bomba, ameaça, bloqueio de correspondência, entre outras violências.

(Págs. 6 e 7.)



**Bahia:  
o campo  
já não é  
mais aquele.**

(Pág. 12)



**Darcy Ribeiro  
bota em xeque  
a máquina  
da educação**

(Pág. 8)

**Ceramistas:  
passeata e  
greve na  
"grande" Itu.**

O movimento grevista alcança o interior de São Paulo. Em Itú, cidade conhecida pelos seus "recordes", 1700 ceramistas de 28 empresas pararam o serviço, exigindo 34% de aumento. Um depoimento colhido lá: "trabalho que nem camelo e não ganho nada, tenho 13 anos, não sou puxa-saco, e já tô fazendo greve, sim sinhô", disse um garoto. A reportagem está na pág. 5.

**Aborto: quem  
respeita  
a proibição?**

(Pág. 8)

**Loteamentos  
clandestinos  
em São Paulo**

(Pág. 11)

**Conjuntura:  
a Frente na  
encruzilhada.**

(Pág. 3)



**MDB gaúcho:  
Tendência Socialista  
define as suas metas.**

(Pág. 3)

# EM TEMPO

SEMANÁRIO NACIONAL — Cr\$ 10,00 — NÚMERO 22 — 29/7 A 4 DE AGOSTO DE 1978

## VIRADA DE MESA NA CNTI: TRABALHADORES EXIGEM UM NOVO SINDICALISMO

O V Congresso Nacional de Trabalhadores nas Indústrias - CNTI - abriu para o sindicalismo brasileiro um momento novo, de transição, apesar dos pelegos. A luta pela autonomia sindical ganha força e se amplia. 54 entidades, representando cerca de 4 milhões de operários, exigiram o fim deste sindicalismo atrelado, através de eleições diretas até para as confederações, voto facultativo e uma data única para as eleições sindicais em todo o Brasil. (Págs. 6/7)



## CCC ataca EM TEMPO no Paraná



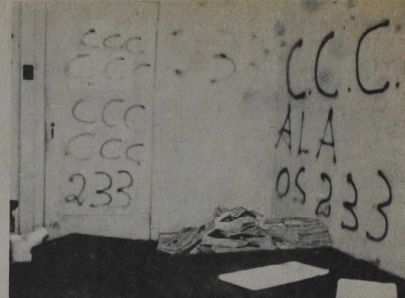
### Hugo Blanco e a esquerda na Constituinte

Depois do início dos trabalhos da Assembleia Constituinte peruana, nesta semana, o regime militar entra em sua última etapa. (Pág. 9).

### Chile: Pinochet na hora do gol contra. É o fim?



A mesma CIA que ajudou a botar o general Pinochet no poder, há cinco anos, informa agora que o ditador "está com os dias contados". (Pág. 9).



Inconformado com a divulgação em nossas páginas, de uma lista de 233 militares e policiais acusados como torturadores de presos políticos, o grupo paramilitar de direita conhecido como CCC (Comando de Caça aos Comunistas) invadiu nossa sucursal de Curitiba no último dia 24. O grupo roubou documentos administrativos, pichou as paredes e identificou-se como "Ala Os 233". Entre os que se solidarizaram conosco estão o Sindicato dos Jornalistas de São Paulo e a Associação Brasileira de Imprensa - ABI -, que repudiaram o atentado. Também o cardeal Dom Paulo Evaristo Arns, enviou-nos uma carta enaltecendo a denúncia pública dos torturadores. (Pág. 5)

**Lotes: na lei  
ou na marra!**

(Pág. 12)

**Horóscopo: tudo  
bem pra você?**

(Pág. 8)

**Greve: agora  
os gráficos.**

(Pág. 5)